



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PAC

2022

ÍNDICE

1. – SOCIETÁRIAS	2
1.1. – Relatório da Administração	2
1.2. – Balanço Patrimonial	24
1.3. – Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	27
1.4. – Demonstração da Mutaç�o do Patrim�nio L�quido – DMPL	31
1.5. – Demonstrac�o do Fluxo de Caixa – DFC	33
1.6. – Notas Explicativas Societ�rias	35
1.7. – Parecer do Conselho Fiscal Societ�rio	78
1.8. – Parecer do Auditor Independente Sobre as Demonstra�es Societ�rias	79
2. – REGULAT�RIAS	82
2.1. – Relatório da Administra�o Regulat�rio	82
2.2. – Balanço Patrimonial – BPREG	104
2.3. – Demonstrac�o do Resultado do Exerc�cio – DREREG	107
2.4. – Demonstrac�o da Muta�o do Patrim�nio L�quido – DMPLREG	111
2.5. – Demonstrac�o do Fluxo de Caixa – DFCREG	113
2.6. – Notas Explicativas Regulat�rias	115
2.7. – Notas Conciliat�rias Societ�ria x Regulat�ria	156
2.8. – Parecer do Conselho Fiscal Regulat�rio	169
2.9. – Parecer do Auditor Independente Sobre as Demonstra�es Regulat�rias	170

1 – SOCIETÁRIAS

1.1 – Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Associados/Consumidores,

Apresentamos a seguir, relatório com as principais atividades do exercício de 2022 (encerrado em 31 de dezembro de 2022), em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar, de forma objetiva e transparente, o desempenho da CERRP para a sociedade, parceiros, investidores, cooperados e consumidores. Tais informações possibilitam que o leitor conheça um pouco mais sobre a Cooperativa e suas atividades de prestadora de Serviço Público de distribuição de energia elétrica, além de servir de base para realização de um trabalho ainda mais produtivo a ser realizado nos próximos anos.

Carta do Presidente

E findou-se o exercício 2022!

Que ano desafiador!

Libertos da pandemia do COVID-19 e amenizados os efeitos nocivos da guerra europeia, viramos a página para as dificuldades políticas brasileiras no processo eleitoral.

Nossa missão foi trabalhar arduamente para evitar que a CERRP fosse atingidas por essas ondas maléficas.

Nesse encerrar de exercícios, agradecemos a DEUS por ter conseguido.

Assim, apresentamos aos Srs. Associados da CERRP e demais partes relacionadas, um balanço vitorioso, demonstrando solidez de nossa Cooperativa Permissionária para prosseguir na busca de ser a Permissionária que melhor atende o seu associado/consumidor e que mais qualidade oferece em nosso País.

Em um mundo de escuridão, nós escolhemos ser luz, e acreditamos ser possível seguir em frente com esperança de uma vida melhor, afinal, sua energia é a nossa força.

Por fim, agradecemos a DEUS, à Diretoria, aos Conselhos, colaboradores e terceirizados por mais esse exercício bem sucedido!

Nosso muito obrigado!



ODAIR CORNELIANI MILHOSSI
Diretor Presidente
CPF: 018.694.018-16

Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERRP - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos Senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2022, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

Neste exercício, podemos acompanhar e registrar adequadamente a retomada do crescimento, os novos projetos e execução dos mesmos, observando a abertura e finalização de cada Ordem em Curso, o que proporciona à Empresa, a clara demonstração ao Órgão Regulador de que a CERRP segue firme e equilibrada, oferecendo a cada ano mais qualidade e continuidade na distribuição de energia elétrica, e, transparência em sua administração.

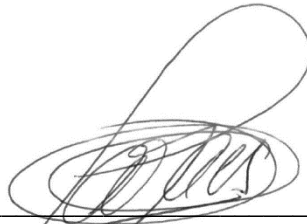
Neste contexto, todo o resultado desta Prestação de Contas será enviado, dentro do prazo, para a Aneel, e, disponibilizado através do canal de divulgação da Permissionária, para todos os que desejarem verificar o equilíbrio econômico e financeiro da CERRP, bem como o resultado apresentado aos seus cooperados.

Frisamos, ainda, nosso empenho no cumprimento Regulatório, uma vez que a Aneel tem intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados, foram enviados tempestivamente e aprovados na pré-análise realizada pela Aneel.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal tem implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio dos SPED, ECF, ECD, REINF, EFD ICMS e IPI, EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos também têm sido enviados dentro do prazo legal.

Diante do acima descrito, e com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Cooperados que na sequência se encontram todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a possibilitar o conhecimento dos resultados e dar todas as condições para V.Sas. traçarem as metas para o novo exercício.

Por fim, agradecemos a DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como a todos os departamentos internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

Carta do Departamento Técnico

No ano de 2022 marcado pelo fim da pandemia, associado às dificuldades externas da guerra europeia, e a crise política eleitoral interna, conseguimos manter a estratégia de alocação eficiente de recursos humanos e financeiros, o que nos possibilitou concluir o ano com indicadores de continuidade entre os melhores do Brasil.

Investimentos na Rede de Distribuição

Em 2022 foram investidos 2.163 R\$/mil na rede de distribuição de energia elétrica, sendo 246 R\$/mil em alterações na rede devido solicitações de terceiros, 385 R\$/mil em obras de para atendimento a novas UCs, 493 R\$/mil em equipamentos de medição, 891 R\$/mil na renovação e/ou modernização de redes de distribuição e 147 R\$/mil em substituição de bens danificados.

Qualidade do Fornecimento

No ano de 2022 a CERRP manteve um bom desempenho na continuidade do fornecimento de energia elétrica prestado aos consumidores, em virtude dos investimentos em manutenção e reforço da rede de distribuição, o emprego de materiais de boa qualidade, e, também, ao treinamento do pessoal envolvido na manutenção do sistema elétrico. Cumprimos desta forma, as metas estabelecidas pela ANEEL, que são de 31 horas para o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e 16 interrupções para o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).

Base de Dados Geográfica da Distribuição

A CERRP entregou em novembro de 2022 a Base de Dados Geográfica da Distribuição - BDGD, com data-base 31/12/2021, obtendo o protocolo de validação e envio "BDGD_5385_2021-12-31_V10_20221027-1630". Neste sentido, apresentamos com satisfação os resultados operacionais no presente relatório da Administração e nas Notas Explicativas dos Balanços Regulatório e Societário, compilados por nosso Departamento Contábil.



ALEXANDRE ALVES SANCHES

Engenheiro Eletricista

CREA 5061770410

CPF 294.795.718-03

Cenário

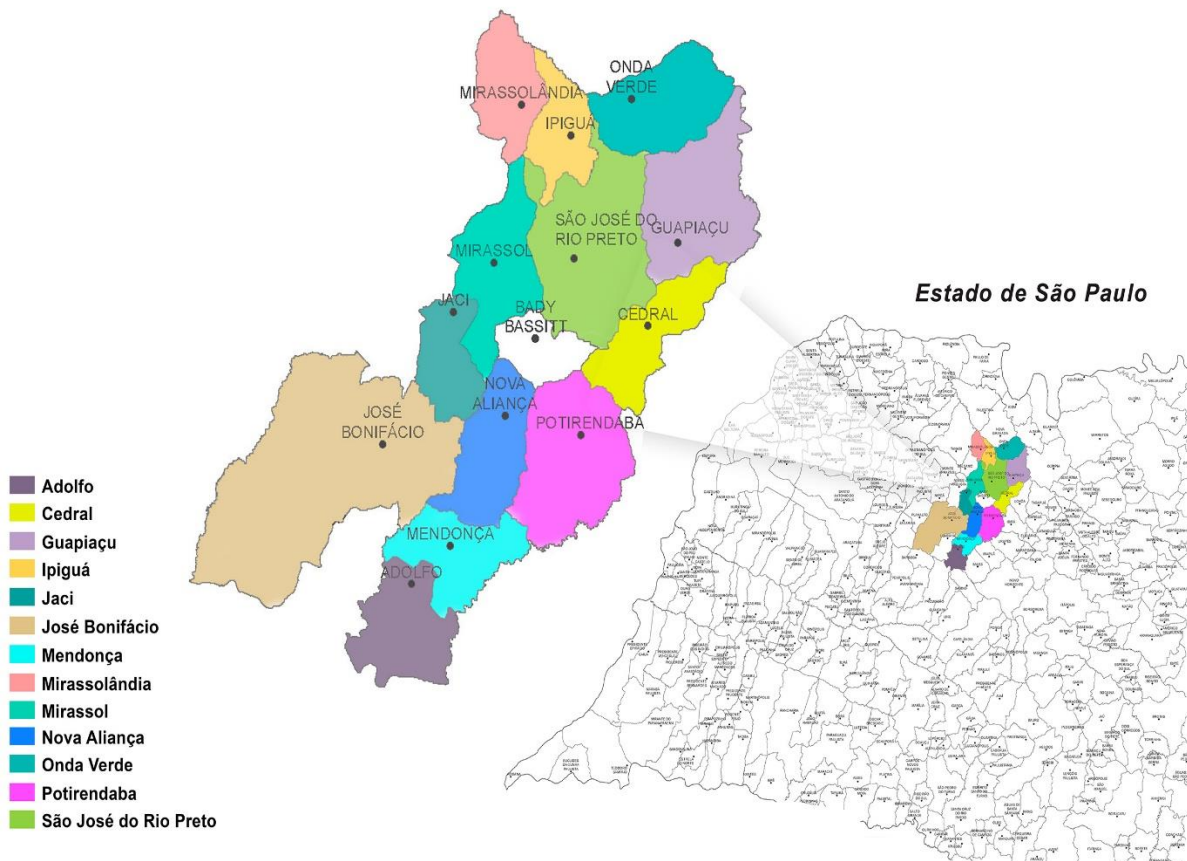
A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto – CERRP atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 47 anos de existência.

Em 2022, com todos os desafios que enfrentamos, usamos de toda a experiência adquirida para enfrentar todas as adversidades, e, levar ao consumidor energia com os melhores indicadores de continuidade e qualidade. Como fruto disto, tivemos um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor Residencial com um aumento de 10,91% com relação a 2021. O consumo do setor Residencial foi representativo, atingindo o patamar de 26,47 GWh (23,87 GWh em 2021). A demanda da classe Residencial representa 34,27% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2022.

Atualmente existe uma grande expectativa para o crescimento elétrico na área de atuação da CERRP, uma vez que a localização geográfica da permissão tem sido favorável e o desenvolvimento urbano na região de atuação muito promissor.

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica.

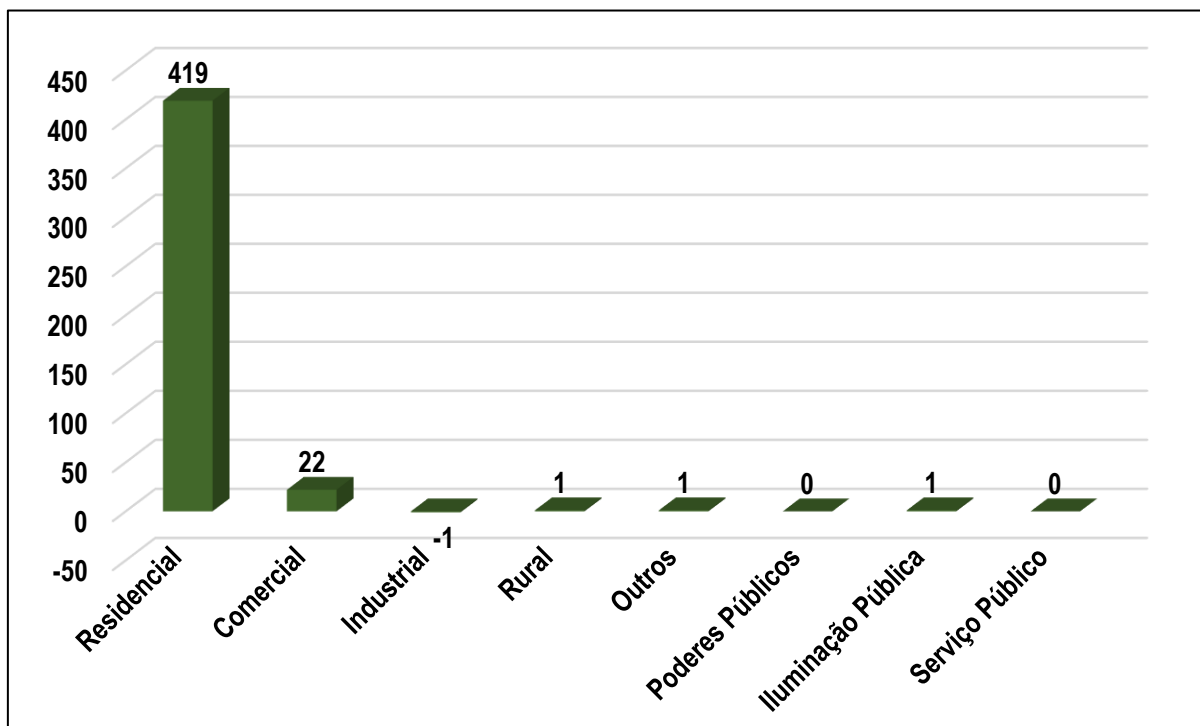
A Outorgada distribui energia elétrica em 13 dos 645 municípios do Estado, o que representa 0,04% dos consumidores do Estado de São Paulo. Atualmente atendemos um Consumidor no município de Nova Aliança com Status de “Consumidor Livre”.



Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano, 442 novas ligações com destaque 419 Residenciais, totalizando 13.781 consumidores atendidos pela CERRP, número -75,81% inferior ao de 2021 com 1.827 ligações realizadas.

Ligação de Consumidores					
	2018	2019	2020	2021	2022
Residencial	1.065	1.345	1.189	1.871	419
Comercial	23	6	51	12	22
Industrial	7	-2	0	-2	-1
Rural	21	11	4	-4	1
Outros	13	6	6	-50	1
Poderes Públicos	0	0	0	1	0
Iluminação Pública	7	1	3	-59	1
Serviço Público	6	5	3	8	0
Total	1.129	1.366	1.250	1.827	442
Varição	28,88%	20,99%	-8,49%	46,16%	-75,81%



Comportamento do mercado

A distribuição de energia pela Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2022 foi de 77,33 GWh (73,68 GWh em 2021).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial e Industrial. A classe Residencial foi a que teve maior crescimento nesse volume de energia, com 10,91%, que se deve à significativa evolução das construções na área da Permissionária. A classe Industrial apresentou aumento de 4,15% no consumo de energia elétrica, porém representando volume menor que o Residencial pela quantidade de consumidores, o que mostra que esse setor mantém as elevadas taxas de crescimento verificadas nos últimos anos. O desempenho deve-se, principalmente, aos novos investimentos no setor, notadamente em prédios residenciais e novos loteamentos. A classe Comercial teve forte impacto dos clientes, que manteve consumo significativo durante todo o ano.

A classe residencial apresentou evolução de 10,91%, refletindo o aumento no nível de emprego no estado, conforme dados publicados pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

A seguir são apresentados resultados do consumo faturado a variação nos últimos períodos:

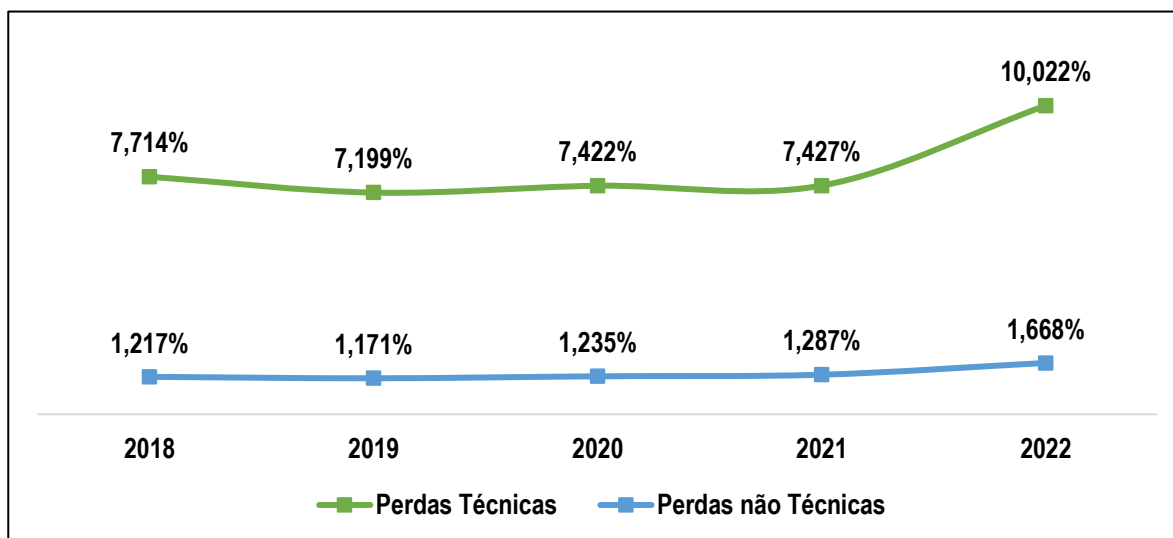
Mercado Atendido					
Mercado Atendido - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Energia Faturada	58,82	66,52	68,12	62,43	64,44
Fornecimento	58,82	66,52	68,12	62,43	64,44
Residencial	15,02	17,74	21,17	23,87	26,47
Comercial	6,54	8,16	8,22	9,69	10,06
Industrial	12,25	14,52	13,84	2,77	1,71
Rural	10,00	10,66	10,48	10,81	10,47
Poderes Públicos	0,18	0,14	0,13	0,12	0,15
Iluminação Pública	3,08	3,40	3,44	3,66	3,92
Serviço Público	11,74	11,89	10,84	11,51	11,65
Suprimento para agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	11,25	12,89
Consumidores Livres/Distribuição/Geração	-	-	-	11,25	12,89
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	58,82	66,52	68,12	73,68	77,33
Variação	6,15%	13,09%	2,41%	8,16%	4,95%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram aumento passando de 8,71%, 2021 para 11,69% em 2022.

Em 2023 continuamos buscando a redução das perdas não técnicas com evolução nas ferramentas tecnológicas e eliminação de perdas eventuais (desvios de energia – popularmente conhecidos como gatos).

Balanco Energético

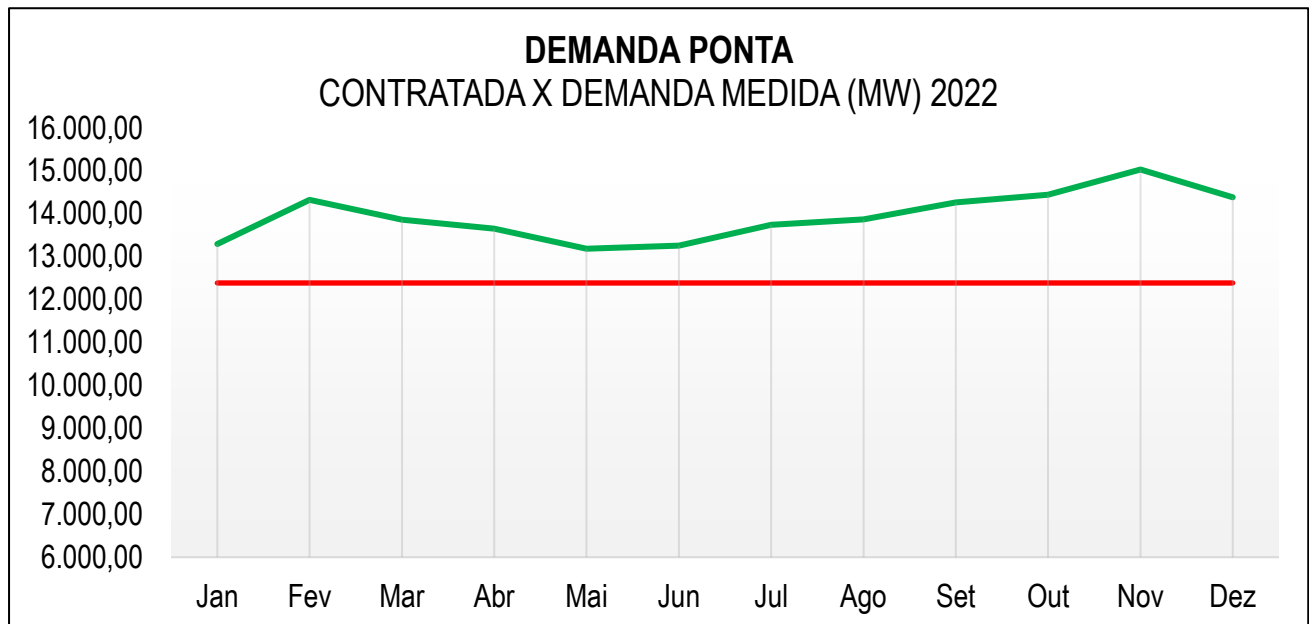
Energia Requerida - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Venda de Energia	58,82	66,52	68,12	73,68	77,33
- Fornecimento	58,82	66,52	68,12	62,43	64,44
- Suprimento para agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres / Distribuição / Geração	-	-	-	11,25	12,89
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	58,82	66,52	68,12	73,68	77,33
Perdas na Rede Básica					
Pernas na Distribuição	5,25	5,57	5,90	6,42	9,04
Perdas Técnicas	4,54	4,79	5,06	5,47	7,75
Perdas não Técnicas - PNT	0,72	0,78	0,84	0,95	1,29
Perdas Totais - PT	5,25	5,57	5,90	6,42	9,04
PNT / Energia Requerida %	1,22%	1,17%	1,24%	1,29%	1,67%
PT / Energia Requerida %	7,71%	7,20%	7,42%	7,43%	10,02%
Perda Total / Energia Requerida %	8,93%	8,37%	8,66%	8,71%	11,69%
Total	64,07	72,08	74,02	80,10	86,37



Nos quadros abaixo demonstramos os dados computados da demanda contratada e da demanda realizada no universo de cinco anos, para os oito pontos de conexão, contribuindo com o processo de contratação anual de energia e eventuais estudos técnicos para a adequação dos volumes contratados ou de conveniência de novas tomadas de energia.

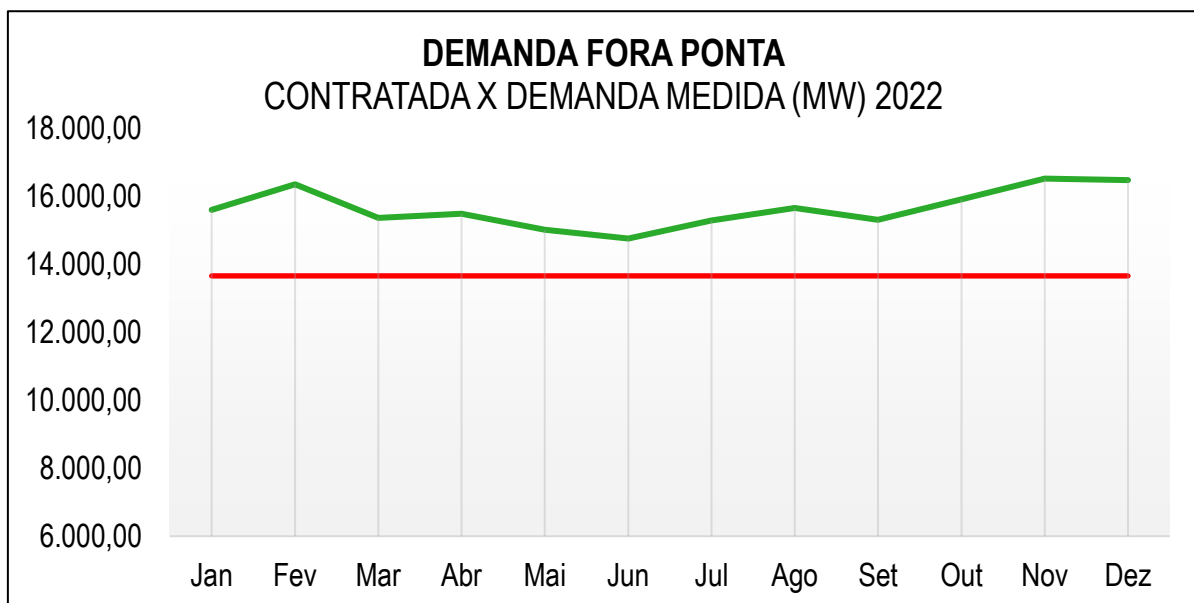
Demanda Ponta (KW)						
Mês	Contratada em 2022 (CPFL e ENERGISA)	Realizada				
		2018	2019	2020	2021	2022
Jan	12.390,00	10.040,15	12.026,16	11.743,36	12.758,40	13.301,16
Fev	12.390,00	10.515,84	11.508,74	11.575,44	12.323,44	14.327,92
Mar	12.390,00	9.429,55	10.951,01	11.739,97	12.951,48	13.866,84
Abr	12.390,00	8.970,69	10.966,36	9.648,52	12.651,80	13.654,76
Mai	12.390,00	9.974,13	10.787,13	11.341,36	12.288,92	13.188,52
Jun	12.390,00	9.258,63	10.556,92	11.451,17	13.519,20	13.260,04
Jul	12.390,00	9.905,57	10.884,04	13.171,65	13.389,72	13.741,84
Ago	12.390,00	10.080,27	10.959,45	12.726,88	12.824,20	13.872,16
Set	12.390,00	10.268,79	11.555,61	13.121,16	14.315,80	14.263,76
Out	12.390,00	10.261,33	11.993,07	13.409,60	12.998,40	14.448,52
Nov	12.390,00	10.823,73	11.716,19	12.805,76	13.281,40	15.033,96
Dez	12.390,00	10.582,89	12.831,48	13.820,76	13.963,52	14.384,24

Maior	10.823,73	12.831,48	13.820,76	14.315,80	15.033,96
Menor	8.970,69	10.556,92	9.648,52	12.288,92	13.188,52

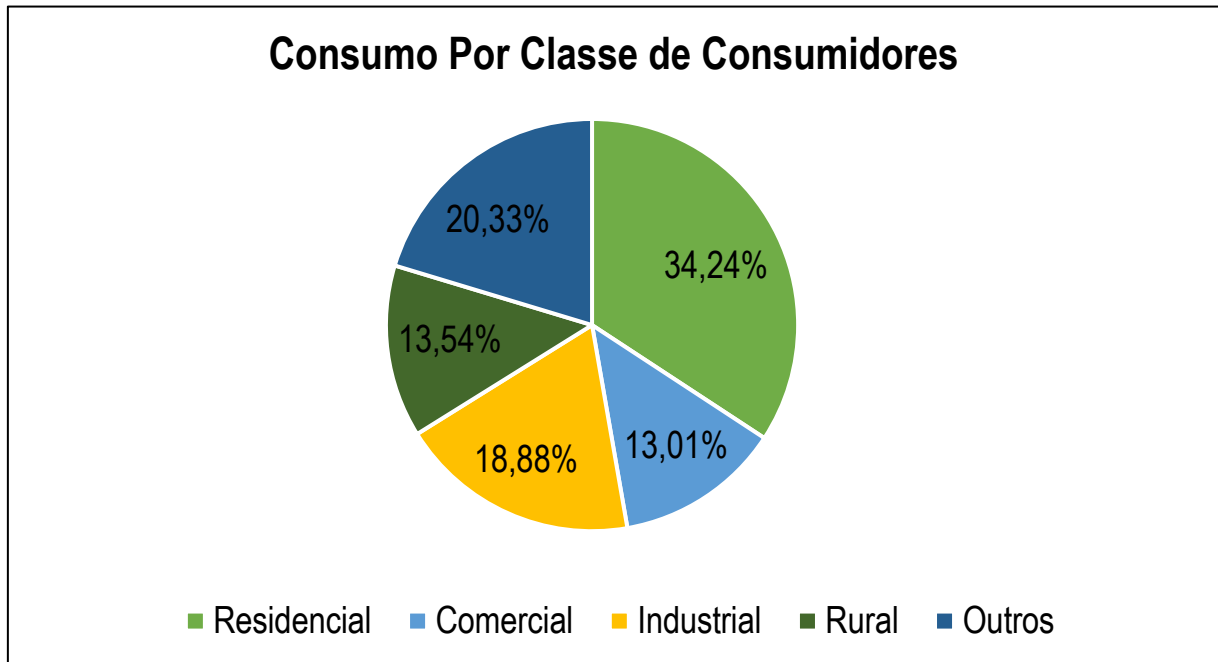


Demanda Fora de Ponta (KW)						
Mês	Contratada em 2022 (CPFL e ENERGISA)	Realizada				
		2018	2019	2020	2021	2022
Jan	13.660,00	11.274,04	13.425,60	13.589,76	15.020,00	15.600,64
Fev	13.660,00	11.530,64	12.911,64	13.597,72	14.550,00	16.356,68
Mar	13.660,00	10.550,77	12.169,73	13.225,20	14.567,00	15.363,36
Abr	13.660,00	11.893,90	12.169,87	13.039,76	14.383,04	15.490,08
Mai	13.660,00	11.911,78	12.033,53	13.068,72	14.462,36	15.021,92
Jun	13.660,00	11.780,44	11.710,91	12.970,55	14.735,48	14.758,92
Jul	13.660,00	10.982,45	11.769,78	14.112,31	14.417,28	15.293,24
Ago	13.660,00	11.058,33	12.335,07	14.089,00	15.014,28	15.657,96
Set	13.660,00	11.594,73	12.645,47	15.511,24	16.315,12	15.309,20
Out	13.660,00	11.678,05	13.630,72	15.920,88	15.455,36	15.911,76
Nov	13.660,00	12.016,13	12.875,20	15.390,60	15.600,04	16.522,64
Dez	13.660,00	11.405,41	13.621,00	15.151,24	15.342,92	16.480,40

Maior	12.016,13	13.630,72	15.920,88	16.315,12	16.522,64
Menor	10.550,77	11.710,91	12.970,55	14.383,04	14.758,92



Abaixo, o gráfico demonstra o percentual do consumo por classe no ano de 2022:

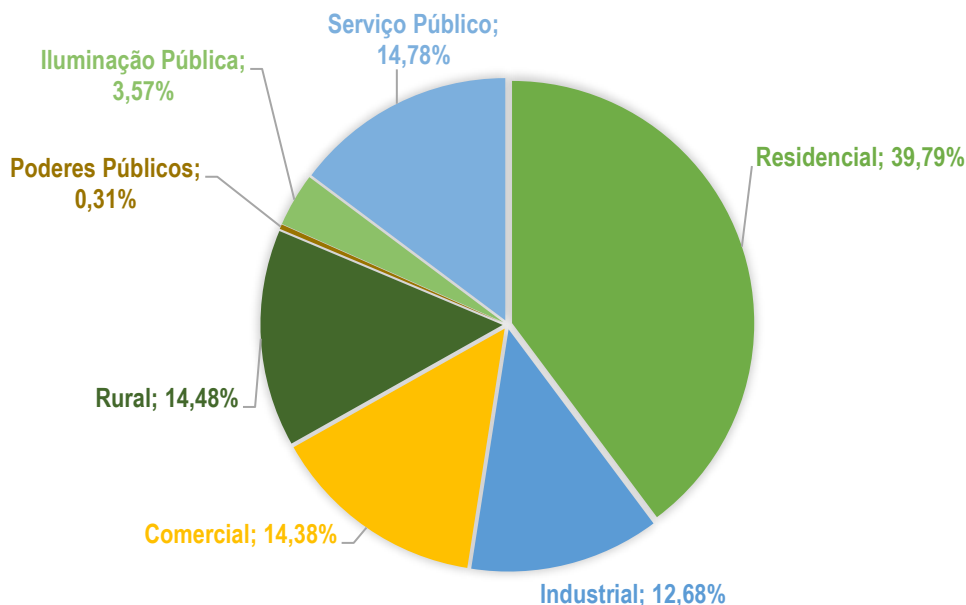


Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, importou em R\$ 47.246,65 mil, com expressivo aumento de 13,23%, conforme quadro a seguir:

Classe	2022	2021	%
Residencial	18.799,75	15.548,53	20,91%
Industrial	5.990,39	6.757,01	-11,35%
Comercial	6.795,64	5.905,58	15,07%
Rural	6.843,08	5.956,46	14,88%
Outros	8.817,81	7.559,20	16,65%
Poderes Públicos	148,40	80,23	84,96%
Iluminação Pública	1.687,61	1.419,48	18,89%
Serviço Público	6.981,80	6.059,50	15,22%
Total	47.246,65	41.726,78	13,23%

RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2022 apresentou um crescimento de 3,31% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir.

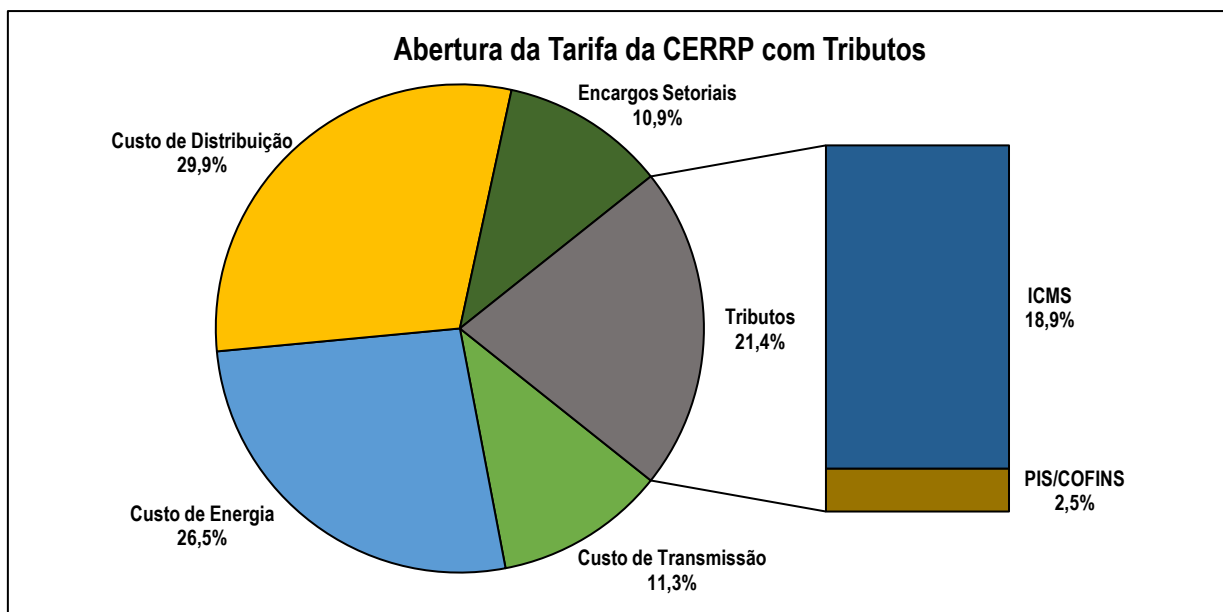
Número de Consumidores			
Classe	2022	2021	Var %
Residencial	12.162	11.743	3,57%
Industrial	26	27	-3,70%
Comercial	509	487	4,52%
Rural	1.016	1.015	0,10%
Outros	68	67	1,49%
Poderes Públicos	2	2	0,00%
Iluminação Pública	16	15	6,67%
Serviço Público	50	50	0,00%
Total	13.781	13.339	3,31%

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2022, atingiu R\$ 610,99/MWh, com aumento de 7,89% com relação a dezembro de 2021. A homologação das tarifas ocorreu pela Resolução Homologatória Aneel nº 3039 de 24/05/2022.

Classe	2022			2021			%
	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	
Residencial	18.799,75	26,47	710,11	15.548,53	23,87	651,38	9,02%
Industrial	5.990,39	14,60	410,27	6.757,01	14,02	481,96	-14,87%
Comercial	6.795,64	10,06	675,23	5.905,58	9,69	609,45	10,79%
Rural	6.843,08	10,47	653,79	5.956,46	10,81	551,01	18,65%
Poderes Públicos	148,40	0,15	969,42	80,23	0,12	668,59	44,99%
Iluminação Pública	1.687,61	3,92	430,15	1.419,48	3,66	387,84	10,91%
Serviço Público	6.981,80	11,65	599,54	6.059,50	11,51	526,45	13,88%
Total	47.246,65	77,33	610,99	41.726,78	73,68	566,32	7,89%

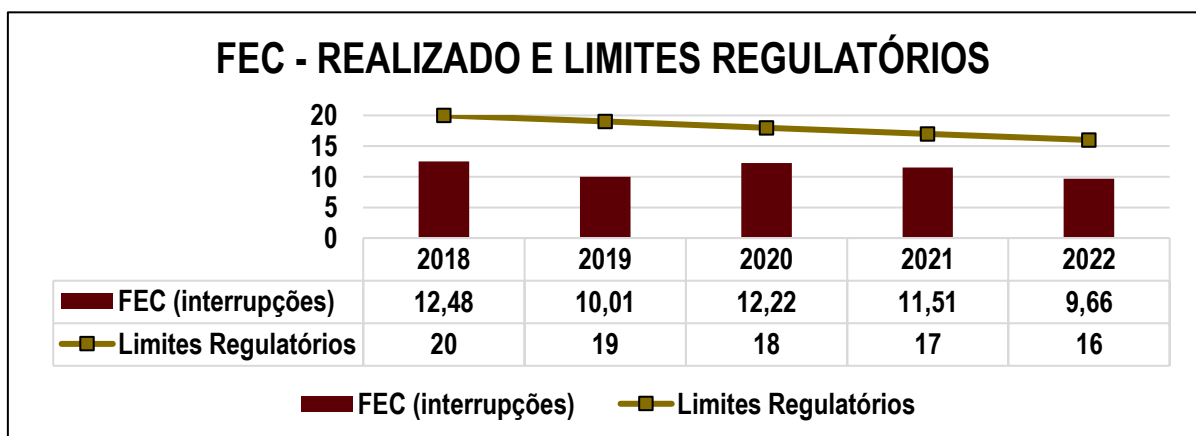
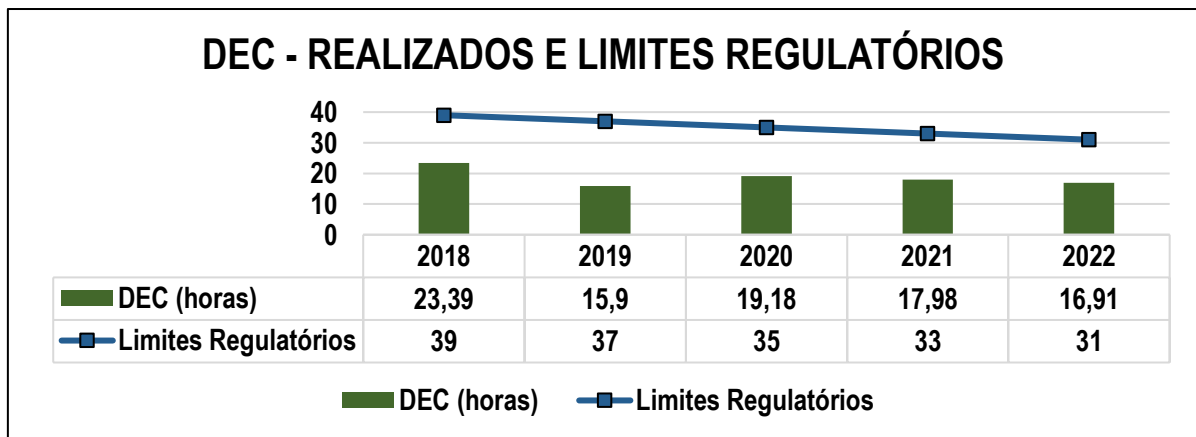
Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo (R\$/kWh)			
Tarifas Brutas	2022	2021	%
0 - 30 KWh	0,23265	0,21390	1,88%
31 - 100 KWh	0,39884	0,36669	3,22%
101 - 220 KWh	0,59826	0,55004	4,82%
221 acima KWh	0,66474	0,61116	5,36%



Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são: o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Qualidade do Fornecimento (Indicadores DEC e FEC)		
Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)
2018	23,39	12,48
2019	15,90	10,01
2020	19,18	12,22
2021	17,98	11,51
2022	16,91	9,66



Em 2022, o DEC registrou o índice de 16,91, mantendo-se abaixo do índice determinado pela Aneel, que é de 31,00, e o FEC 9,66, mantendo-se também abaixo do índice determinado pela Aneel, que é de 16,00.

Considerando o crescimento do número de consumidores e a ocorrência de temporais, a CERRP manteve a qualidade e continuidade do fornecimento de energia a seus consumidores, bem abaixo das metas estabelecidas pela Aneel.

Atendimento ao consumidor

Dando sequência ao processo de melhoria e modernização no atendimento ao consumidor, neste exercício de 2022, além do término da reforma de nossa sede administrativa, com foco no conforto ao consumidor, a Diretoria iniciou a construção de nosso escritório regional na Cidade de Mendonça – SP. Naquela localidade, quando concluída a construção, teremos Almojarifado, instalações do plantão e, principalmente, atendimento presencial com o mesmo conforto e disponibilidades da sede de São José do Rio Preto. Pretendemos inaugura-lo em meados de 2023, trazendo a modernidade e rápido atendimento que nosso consumidor merece.

Tecnologia da informação

Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CERRP continua aperfeiçoando o sistema comercial e de gestão interna, contando com banco de dados e novas ferramentas de trabalho, mais seguras e eficazes. Além da bem sucedida implantação de equipamentos mais modernos, foi implementado o sistema de comunicação com os equipamentos religadores automatizados, conectados 24 horas por dia com o Centro de Operação, manobrados remotamente, o que, garante um menor tempo de atendimento a ocorrências e às faltas de energia. Além disso, nesse exercício, houve a modernização do servidor, com aquisição de novos processadores, os quais trouxeram significativa melhora de velocidade de processamento.

Por fim, implementamos um novo sistema de segurança e monitoramento, visando garantir melhor controle e segurança para nossos colaboradores, consumidores e patrimônio.

Desempenho Econômico-financeiro

Em 2022, as sobras líquidas foram de R\$ 4.845,77 mil, contra R\$ 4.378,23 mil em 2021, um aumento de 10,68%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 48.860,42 mil, enquanto em 2021 situou-se em R\$ 43.073,09. Esse aumento de 13,44% resulta na evolução nas vendas para consumidores finais.

As despesas operacionais totalizaram em 2022 R\$ 45.383,59 mil, 11,72% superiores em relação à 2021, destacando-se os custos com Energia elétrica comprada para revenda que tiveram um crescimento de 18,31% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 12,32% contra 12,68% em 2021.

Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da Aneel que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

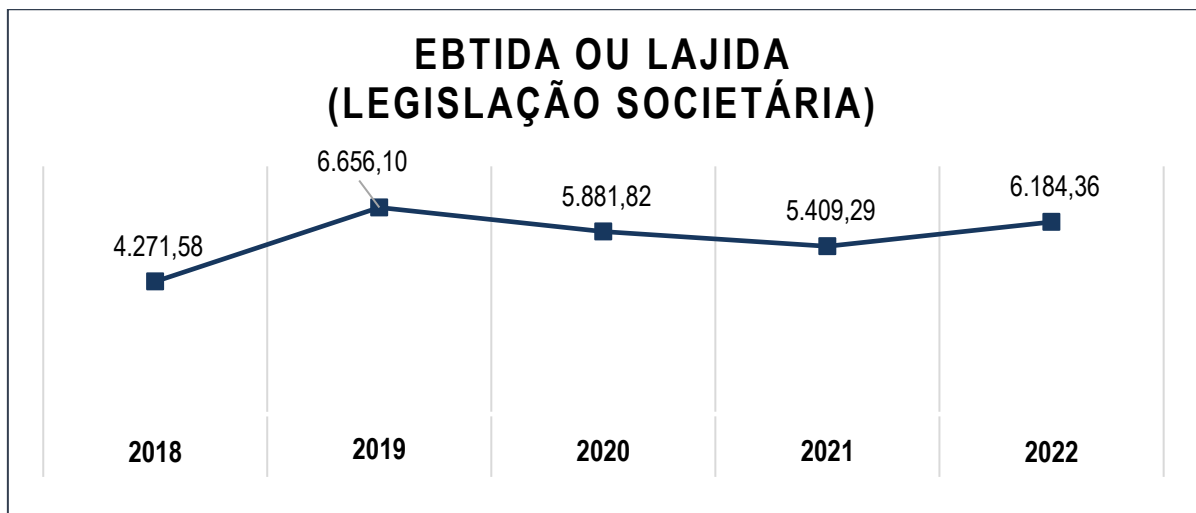
Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 4.845,77 mil

RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 3.576,64 mil

RESULTADO FISCAL (RESULTADO ATOS NÃO COOPERADOS): R\$ 1.055,86 mil

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 6.184,36 mil, superior em (14,33)% a 2021, que foi de R\$ 5.409,29 mil, conforme evolução abaixo:



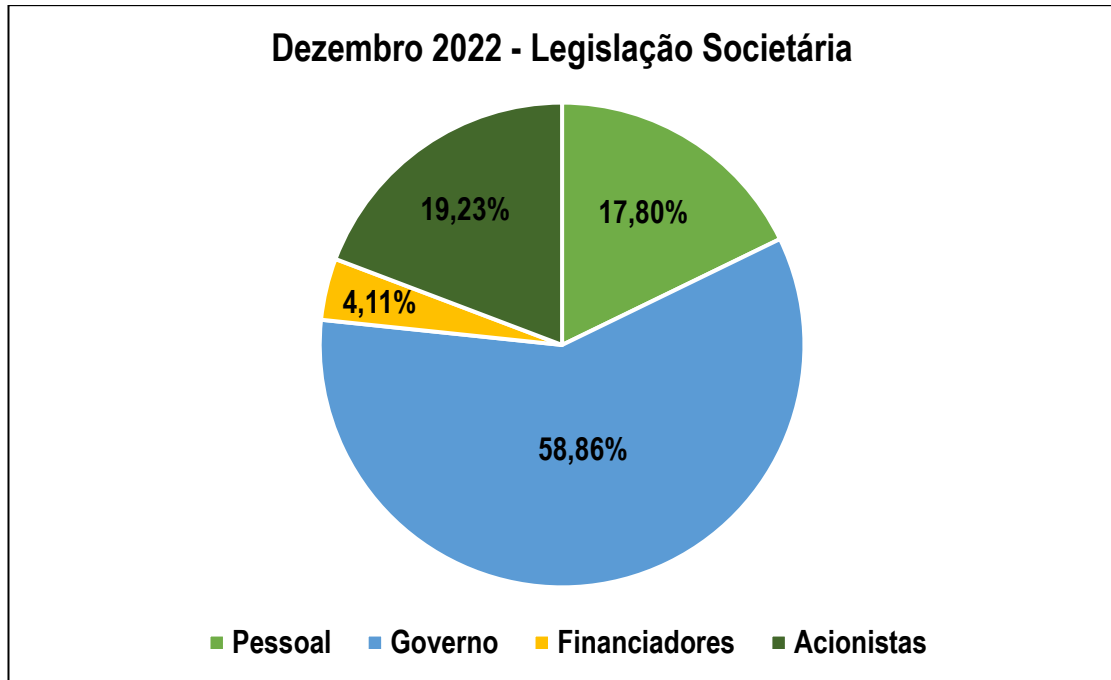
Obs: O aumento do Ebitda 2022 deve-se a mudança de metodologia de cálculos referente à Resolução Aneel 896 de 17 novembro de 2020

Investimentos

Em 2022, os investimentos da Permissionária importaram em R\$ 2.163 mil, 135,40% inferiores em relação à 2021, dos quais R\$ 2.163 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 22.577 mil.

Valor adicionado regulatório

Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 27.615,24 mil, representando 43,15% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa, seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria dos serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social, constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de 60% para Reserva Legal e 5% de FATES e conforme Estatuto Social é destinado também 10% para Reserva de Desenvolvimento.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 1.178,51 mil, composto por 1.178.510 mil quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a acionistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou pelos telefones da empresa.

Gestão

Administração

Durante o ano de 2022, a Permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Essas medidas que atendem às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve, em grande parte, à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais e econômicas.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Neste sentido, vale lembrar que atuamos num Setor totalmente Regulado, cujo órgão regulador, a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, regulamenta e fiscaliza mensal, trimestral e anualmente todas as informações técnicas, comerciais, e, no caso do presente balanço, de forma ampla, o resultado econômico e financeiro da CERRP.

Para melhor conhecimento de todos, destacamos de forma resumida no quadro abaixo, o DRE SOCIETÁRIO RESUMIDO, conforme segue:

Demonstração do Resultado do Exercício Simplificado

Operações em continuidade	Societário	
	2022	2021
Receita / Ingresso	63.997,45	61.614,56
Tributos	(9.758,16)	(10.127,39)
Encargos - Parcela "A"	(5.378,87)	(8.414,09)
Receita líquida / Ingresso líquido	48.860,42	43.073,09
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(33.123,57)	(27.997,18)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	15.736,86	15.075,91
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(12.480,69)	(11.374,46)
Resultado da Atividade	3.256,17	3.701,44
Equivalência patrimonial		
Resultado Financeiro	2.052,96	912,04

Resultado antes dos impostos sobre os lucros	5.309,13	4.613,48
Despesa com impostos sobre os lucros	(463,36)	(235,25)
Resultado líquido das operações em continuidade	4.845,77	4.378,23

Gestão pela qualidade total

Esta Permissionária prioriza o cumprimento da Regulação, dando ênfase aos direitos da energia elétrica para todos seus consumidores, respeitando a isonomia de tratamento. A CERRP faz planejamentos de curto, médio e longo prazo, objetivando uma Empresa organizada, resultando em clientes satisfeitos.

Quinzenalmente são realizadas, nas dependências da CERRP, reuniões entre a administração e demais setores da Empresa, para que o funcionário que participa de algum evento possa compartilhar com os demais suas novas experiências.

A CERRP também preza pela manutenção da Certificação de Indicadores e processos, em cumprimento à legislação setorial, assegurando alta confiabilidade na apuração de seus indicadores técnicos e comerciais.

Também mantém intenso trabalho de atualização dos processos técnicos e operacionais, obedecendo os critérios das normas ISO 9001:2015 e 10.002:2005, sempre melhorando o sistema de Gestão da Qualidade.

Recursos humanos

Em 2022, mantivemos os treinamentos essenciais, para todas as áreas. Realizamos um processo de melhoria de atuação dos gestores, os capacitando à identificar suas estruturas deficientes e conseqüentemente a melhoria da performance deficitária através de planos de ação. Buscando nos gestores identificar o aprendizado nas ações práticas com seus colaboradores trazendo assim maior desempenho para toda a equipes laboral.

Responsabilidade social

Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números

Atendimento	2022	2021	%
Número de consumidores	13.781	13.339	3,31%
Número de empregados	53	49	8,16%
Número de consumidores por empregado	260	272	-4,41%
Número de localidades atendidas	12	12	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00%
Mercado			

Área de Permissão (Km ²)	664	664	0,00%
Geração própria (GWh)	0,00	0,00	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	16,52	16,32	1,23%
Distribuição direta (GWh)	0,00	0,00	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.106,84	2.032,90	3,64%
Tarifas médias de fornecimento (R\$/MWh)	610,99	566,32	7,89%
Total (exceto curto prazo)	0,00	0,00	0,00%
Residencial	710,11	651,38	9,02%
Comercial	675,23	609,45	10,79%
Industrial	410,27	481,96	-14,87%
Rural	653,79	551,01	18,65%
Suprimento	0,00	0,00	0,00%
DEC (horas)	16,91	17,98	-5,95%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	27,89	25,95	7,48%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	24,66	23,49	4,98%
FEC (número de interrupções)	9,66	11,51	-16,07%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	5,37	6,90	-22,18%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	881,04	877,18	0,44%
Capacidade instalada (MW)	56,40	57,29	-1,56%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	63.997,45	61.614,56	3,87%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	48.860,42	43.073,09	13,44%
Margem operacional do serviço líquida (%)	30,98%	43,05%	-28,03%
EBITDA OU LAJIDA	6.184,36	5.644,31	9,57%
Lucro líquido (R\$ mil)	4.845,77	4.378,23	10,68%
Lucro líquido por mil cotas	243,20	283,10	-14,09%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	39.325,56	34.540,73	13,85%
Valor patrimonial por mil cotas	29,97	35,88	-16,49%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	12,32%	12,68%	-2,79%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	55,48%	60,69%	-8,58%
Em moeda nacional (%)	55,48%	60,69%	-8,58%
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00%


Ativos Regulatórios	1.475,12	1.513,61	-2,54%
Passivos Regulatórios	1.196,04	318,96	274,99%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	4,41	4,21	4,75%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1.532,57	1.608,57	-4,72%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	5,89	5,91	-0,34%
Retorno de ativos por unidade	0,13	0,16	-18,75%

*Ativos e Passivos Regulatórios tem a garantia real órgão Regulador de transformação em caixa no final da concessão

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Cooperativa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CERRP.


São José do Rio Preto, 14 abril de 2023



ODAIR CORNELIANI MILHOSSI
Diretor Presidente
CPF: 018.694.018-16



NIVALDO APARECIDO CANGINI
Gerente
CPF: 038.710.698-76




LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

1.2 – Balanço Patrimonial

Ativos	Consolidado	
	2022	2021
Ativo Circulante	29.897,99	26.041,63
Caixa e equivalentes de caixa	16.438,16	12.980,11
Consumidores	7.875,86	7.803,62
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	37,22	-
Tributos compensáveis	403,54	376,26
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	803,72	666,99
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	1.475,12	1.513,61
Despesas pagas antecipadamente	121,96	81,40
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	2.742,42	2.619,64
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	31.246,79	29.462,41
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	468,31	475,96
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	36,54	30,91
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	72,58	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	6.255,63	5.469,97
Bens e ativ. não vinculadas à concessão do Serv. Público de E.E.	-	-
Imobilizado	1.208,24	910,30
Intangível	23.205,47	22.575,27
Total do ativo	61.144,78	55.504,04

Passivo		
Passivo Circulante	9.319,71	8.563,50
Fornecedores	4.331,72	3.620,12
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	559,97	482,99
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	853,42	1.237,76
Provisão para litígios	-	125,48
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	524,04	1.790,15
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	1.196,04	318,96
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	131,76	69,30
Outros passivos circulantes	1.722,75	918,75
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	12.499,51	12.399,81
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	299,17	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	38,00	36,53
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	12.162,34	12.363,28
Total do passivo	21.819,22	20.963,31

Patrimônio líquido	39.325,56	34.540,73
Capital social	1.178,51	1.239,44
Reservas de capital	5,56	5,56
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	36.856,82	32.298,27
Sobras à disposição da Assembleia	1.284,67	997,45
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	39.325,56	34.540,73
Total do passivo e do patrimônio líquido	61.144,78	55.504,04



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

1.3 – Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Operações em continuidade	2022	2021
Receita / Ingresso	63.997,45	61.614,56
Fornecimento de energia elétrica	24.502,15	25.885,24
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	33.011,26	27.611,81
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	31,65	(54,22)
Serviços cobráveis	305,93	228,65
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	8.435,76	7.715,83
Outras receitas	(2.289,30)	227,26
Tributos	(9.758,16)	(10.127,39)
ICMS	(8.598,46)	(8.773,36)
PIS-PASEP	(206,57)	(241,12)
COFINS	(953,13)	(1.112,90)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(5.378,87)	(8.414,09)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(5.283,75)	(3.851,75)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(95,13)	(78,85)
Outros encargos	-	(4.483,48)
Receita líquida / Ingresso líquido	48.860,42	43.073,09
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(33.123,57)	(27.997,18)
Energia elétrica comprada para revenda	(33.123,57)	(27.997,18)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-

(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de comb. para produção de energia elétr.	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	15.736,86	15.075,91
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(12.480,69)	(11.374,46)
Pessoal e administradores	(6.922,24)	(5.839,93)
Material	(923,77)	(1.064,13)
Serviços de terceiros	(2.069,89)	(1.689,74)
Arrendamento e aluguéis	(1.135,69)	(1.030,83)
Seguros	(92,99)	(75,94)
Doações, contribuições e subvenções	(59,21)	(50,78)
Provisões	150,50	(377,90)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	124,50	118,46
Tributos	(97,64)	(71,33)
Depreciação e amortização	(875,22)	(795,81)
Gastos diversos	(358,35)	(1.745,83)
Outras Receitas Operacionais	1.830,46	1.771,05
Outras Despesas Operacionais	(2.051,12)	(521,74)
Resultado da Atividade	3.256,17	3.701,44
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	2.052,96	912,04
Despesas financeiras	(24,20)	(5,70)
Receitas financeiras	2.077,16	917,74
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	5.309,13	4.613,48
Despesa com impostos sobre os lucros	(463,36)	(235,25)
Resultado líquido das operações em continuidade	4.845,77	4.378,23
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-

Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	3,91	3,53
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	3,91	3,53
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade		
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício	Consolidado	
	2022	2021
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Obs: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

1.4 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido – DMPL

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavalia�o	Reservas de lucros	Lucros (preju�zos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposi�o da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.238,04	5,56	-	-	-	27.788,93	1.128,57	-	30.161,09
Remunera�o das imobiliza�es em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1,40	-	-	-	-	-	-	-	1,40
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro L�quido (Preju�zo do Exerc�cio)	-	-	-	-	388,42	-	-	-	388,42
Destina�o proposta � A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	3.989,80	-	3.989,80
Reserva legal	-	-	-	-	-	3.522,45	(3.522,45)	-	-
FATES	-	-	-	-	(388,42)	587,91	(199,49)	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital pr�prio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equaliza�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	398,98	(398,98)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.239,44	5,56	-	-	-	32.298,27	997,45	-	34.540,72
Remunera�o das imobiliza�es em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(60,93)	-	-	-	-	-	-	-	(60,93)
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo do Exercício)	-	-	-	-	1.055,86	-	-	-	1.055,86
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	3.789,91	-	3.789,91
Reserva legal	-	-	-	-	-	3.271,40	(3.271,40)	-	-
FATES	-	-	-	-	(1.055,86)	908,16	147,70	-	0,00
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	378,99	(378,99)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.178,51	5,56	-	-	-	36.856,82	1.284,67	-	39.325,56

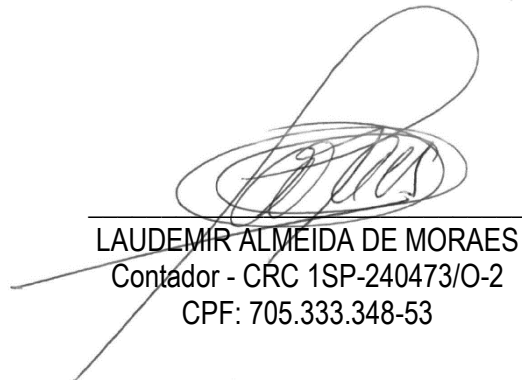


LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

1.5 – Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

	Consolidado	
	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.168,19	4.622,41
Fornecimento de Energia	55.302,74	49.946,58
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	9.028,68	7.795,11
Outros Recebimentos Operacionais	329,86	149,58
Fornecedores - Materiais e Serviços	(5.627,10)	(5.745,05)
Fornecedores - Energia Elétrica	(29.803,57)	(26.831,20)
Salários e Encargos Sociais	(3.967,91)	(3.506,07)
Tributos sobre a Receita - Federais	(2.938,51)	(3.153,18)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(6.921,40)	(5.654,83)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(218,51)	(256,84)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(8.745,80)	(7.140,75)
Outras Despesas Operacionais	(1.270,30)	(980,94)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.710,14)	(3.575,91)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(3.174,97)	(3.972,50)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	1.464,83	396,58
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	3.458,05	1.046,50

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.458,05	1.046,50
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.458,05	1.046,50
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.458,05	1.046,50
No início do exercício	12.980,11	11.933,61
No fim do exercício	16.438,16	12.980,11



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

1.6 – Notas Explicativas Societárias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A CERRP é uma cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2. Das Permissões

A CERRP detém Permissão válida até o ano 2038, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica no Município de São José do Rio Preto e região, Estado de São Paulo, conforme contrato de Permissão N° 013/2008, assinado em 30/06/2008 e aditivado em 14/04/2020. Atualmente (base dezembro/2022), possui 13.781 consumidores, sendo que, aproximadamente 7,37% desses consumidores, estão localizados em áreas rurais. Os consumidores não ligados em nossa Permissionária, são atualmente atendidos pelas Concessionárias que possuem Concessão para atuarem nessa região (CPFL Paulista e ENERGISA Sul Sudeste). Atualmente não atendemos nenhum “Consumidor Livre”, porém conectamos um consumidor industrial que opera no Mercado Livre de Energia.

O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 30/06/2008 até o dia 29/06/2038. Durante o exercício de 2021, a Aneel aprovou nossa solicitação de extensão do prazo do Contrato de Permissão de 20 para 30 anos, uma vez que, após a assinatura da CERRP em 2008, é que houve a regulamentação que permitia esse prazo e a possibilidade de prorrogação de prazo idêntico. A Aneel, como Delegado do Poder Concedente, fez uma série de exigências, inclusive que a CERRP aceitasse que a regulamentação de seu Reajuste Tarifário fosse através do Submódulo PRORET 8.4. Como a CERRP atendeu a todos os requisitos, houve, então, a aprovação de sua prorrogação, que trouxe estabilidade de longo prazo para a Administração da Permissionária.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução Aneel nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa Cooperativa.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retroativa a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/Aneel, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC nº 01 não foi aprovado pela SFF/Aneel, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011, entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução Aneel nº 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/Aneel através dos Despachos: nºs 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 0155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016, 4.356/2017, 2.904/2021 e 1.690/2022. Para o presente exercício contábil foi renovado a vigência de todos os Despachos dos anos anteriores, e, a Aneel esclareceu que, as dúvidas e/ou novas orientações serão publicadas no sítio da Agência Reguladora, no canal "Gestão de dados e normatização Contábil".

Houve aperfeiçoamento das normas da Contabilidade Regulatória a partir da publicação do Novo MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, pela Resolução Normativa Aneel 605/2014, que entrou em vigor a partir de 01/01/2015, atualizada em 01/01/2022.

4. Principais Práticas Contábeis

- **Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

- **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.**

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2022, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

- **Investimentos**

A CERRP não possui outros investimentos, senão em seu próprio imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

- **Imposto de renda diferido**

A CERRP não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2022 ou anterior.

- **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERRP não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

- **Apuração do resultado**

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

- **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes (longo prazo) estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento n° 2.775/2008 – SFF/Aneel, n° 127/2009 – SFF/Aneel e Despachos Aneel n°s 4.722/2009, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016, 4.356/2017, 2.904/2021 e 1.690/2022 aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que, no exercício 2012, a SFF/Aneel determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, ser auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela Aneel exclusivamente para esse fim.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/Aneel No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016, 4.356/2017, 2.904/2021 e 1.690/2022, estão sendo publicadas em separado, as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a Aneel desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho Aneel 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44.

5. Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A CERRP possui o montante de R\$ 15.218,61 (Reais/mil) em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, desdobrados conforme demonstramos a seguir:

				Legisla�o Societ�ria	
Institui�o	Tipo de Aplica�o	Vencimento	Remunera�o	2022	2021
Bradesco S/A	Aplica�o CDB	Indeterminado	CDI	2.360,11	1.926,76
Bradesco S/A	Conta Investimento	Indeterminado		190,49	1.002,44
Credicitrus	Aplica�o RDC/CDI	Indeterminado	CDI	143,11	127,35
Caixa Econ�mica Federal	Conta Investimento	Indeterminado		9.517,66	2.810,66
Banco Santander	Aplica�o Aut Contamax	Indeterminado		12,30	65,63
Caixa Econ�mica Federal	Aplica�o CDB	Indeterminado		648,57	578,17
Caixa Econ�mica Federal	Aplica�o CDB	Indeterminado	CDI	-	869,99
Banco do Brasil S/A	Aplica�o CDB	Indeterminado	CDI	-	720,17
Banco do Brasil S/A	Conta Investimento	Indeterminado	CDI	4,17	3,83
CDB/RDB - BANCO SANTANDER	Aplica�o CDB	Indeterminado	CDI	2.305,66	2.038,94
Credicitrus	T�tulos e Valores Mobili�rios	Indeterminado		36,53	30,90
Uniao	T�tulos e Valores Mobili�rios	Indeterminado		0,01	0,01
Total				15.218,61	10.174,84

6. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2022 e 2021, estão assim elencados:

	Legislação Societária	
	2022	2021
Consumidores		
Faturados	6.140,51	6.525,33
Não Faturados	1.455,21	1.611,74
Sub Total	7.595,71	8.137,07
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total	7.595,71	8.137,07

Composição das Contas a Receber

Legislação societária

Consumidor/Concessionárias/Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2022	2021	2022	2021
Residencial	1.942,29	758,98	186,69	2.887,97	(186,69)	(171,35)	2.701,28	2.815,67
Industrial	376,09	11,66	306,13	693,89	-	(298,75)	693,89	410,36
Comércio, Serviços e Outras Atividades	772,79	92,93	83,56	949,28	(82,90)	(175,31)	866,38	980,47
Rural	509,40	70,77	8,95	589,12	(8,45)	(3,02)	580,67	605,93
Poder Público	13,64	5,86	-	19,50	-	-	19,50	11,65
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	13,64	5,86	-	19,50	-	-	19,50	11,65
Iluminação Pública	189,10	-	-	189,10	-	-	189,10	224,32
Serviço Público	811,66	-	-	811,66	-	-	811,66	828,48
Atualização Regime de Competência	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargo a Recuperar na Tarifa	-	-	-	-	-	-	-	-
Renda não faturada	1.455,21	-	-	1.455,21	-	-	1.455,21	1.611,74
Subtotal - Consumidores	6.070,18	940,21	585,33	7.595,72	(278,04)	(648,43)	7.317,68	7.488,62
Concessionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização no MAE:	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessionárias/permissionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	6.070,18	940,21	585,33	7.595,72	(278,04)	(648,43)	7.317,68	7.488,62

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - (a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - (b) Consumidores comerciais vencidos há mais 180 dias; e
 - (c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela CCEE, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Baixa Densidade de Cargas Tarifas publicada pela Aneel em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios a receber, em dezembro/2022, importavam em: 1.915,02 (R\$/MIL), ativos e R\$/MIL 736,05 passivos, totalizando um valor líquido de R\$/MIL 1.178,97 R\$/MIL.

7. Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	2022	2021
Em Serviço Societário	1.208,24	910,30
Em Curso Societário		
Ativo Financeiro da Concessão	6.255,63	5.469,97
Ativo Intangível da Concessão	18.150,24	18.134,60
Ativo Intangível em Curso	5.055,23	4.429,35
Reavaliação Regulatória Compulsória	19.458,87	21.050,32
Sob Total	50.128,22	49.994,55
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	(12.162,34)	(12.363,28)
Sub Total	(12.162,34)	(12.363,28)
Total	37.965,87	37.631,27
Ativo Imobilizado Societário	1.208,24	910,30
Ativo Imobilizado Regulatório	37.965,87	37.631,27

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.

- Ativo intangível**

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão dos serviços público conforme abaixo

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2022	Valor Líquido 2021
Intangíveis				
Em Serviço	18.506,48	(356,24)	18.150,24	18.134,60
Em Curso	5.055,23	0,00	5.055,23	4.429,35
Total	23.561,71	(356,24)	23.205,47	22.563,95

8. Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2022, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2022
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.513,61	3.075,51	(1.356,58)	0,47	(1.757,89)	1.475,12
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	58,71	110,62	-	0,47	-58,72	111,08
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Bandeiras Tarifárias	-	-	-	-	0,00	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	1454,90	2964,89	-1356,58	-	-1699,17	1.364,04
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.513,61	3.075,51	(1.356,58)	0,47	(1.757,89)	1.475,12
Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2022
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	318,96	6.212,74	(7.034,35)	1,86	1.696,84	1.196,05

Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	172,82	479,72	-261,31	1,86	-198,16	194,93
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	542,60	542,60
Bandeiras Tarifárias	-	5144,49	-6590,74	-	1448,34	2,09
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	146,14	588,53	-182,30	-	-95,94	456,43
Total Passivos Financeiros Setoriais	318,96	6.212,74	(7.034,35)	1,86	1.696,84	1.196,05

9. Fornecedores

	Legislação Societária	
	2022	2021
CPFL - Cia. Paulista de Força e Luz	3.005,97	2.612,93
CPFL - Penalidade por Ultrapassagem de Consumo	-	-
Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	700,32	751,47
PROINFA	-	-
Sub Total - Fornecedores de Energia Elétrica	3.706,29	3.364,40
Fornecedores de energia Elétrica - CCEE	-	-
Subtotal	-	-
Materiais e Serviços	625,43	255,73
Subtotal - Materiais e Serviços	625,43	255,73
Total	4.331,72	3.620,12

10. Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Longo			2022	2021
	Circulante		Prazo		
	Principal	Encargos	Principal	Total	
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
Eletróbrás/RGR/Luz para todos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Econômica Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

11. Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2021 e 2022.

	Legislação Societária	
	2022	2021
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	0,00	0,00
Quota da conta de Consumo de Combustível - CCC	0,00	0,00
Taxa de Fiscalização - Aneel	95,13	78,85
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	5.283,75	3.851,75
Pesquisa e Desenvolvimento Energética - PEE	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0,00	0,00
Bandeiras Tarifárias a Recolher	0,00	4.483,48
Total	5.378,87	8.414,09

12. Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERRP possui em seu Ativo Longo Prazo créditos de ICMS sobre Ativo Imobilizado no valor de 468,31 R\$/MIL.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERRP no exercício de 2022 e anteriores.

14. Provisões para Contingências

• Contingências Trabalhistas

No exercício de 2021 e 2022 não houve reversão de contingências trabalhistas a provisionar.

• Contingências Cíveis

No exercício de 2022, conforme relatório do Departamento Jurídico, houve a provisão para contingências cíveis no valor de R\$/mil 299,17. Esta provisão refere-se a questões impetradas por consumidores. Em 2021 houve provisão para contingências cíveis no valor de R\$/mil 125,48.

• Contingências Fiscais

No exercício de 2021 e 2022 não houve reversão de contingências fiscais a provisionar.

Provisões para Contingências

Contingência	Valor da Provisão 2022			Valor da Provisão 2021		
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhistas						
Plano Blesser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	173,69	299,17	0,00	125,48	125,48	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	173,69	299,17	0,00	125,48	125,48	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	173,69	299,17	0,00	125,48	125,48	0,00

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 1.178,51 (Reais/mil), sendo composto por 1.178.510 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Diretoria	Cotas	%
ODAIR CORNELIANI MILHOSSI	Presidente	121	0,01%
RENATO PAZIANOTO	Vice Presidente	10	0,00%
RONALDO ARCILIO DA SILVA	Secretário	85	0,01%
ARMINDO MARIN	Diretor	701	0,06%
JORGE JAFET ARGENTIN	Diretor	409	0,03%
OSCAR NOGAROTO	Diretor	127	0,01%
OSMAR COVRE	Diretor	109	0,01%
CARLOS NICOLA DENOIS	Conselho Fiscal	1.000	0,08%

EDMILSON BARBOSA DE MELLO	Conselho Fiscal	325	0,03%
JOSÉ PAULO FERREIRA	Conselho Fiscal	187	0,02%
BIANCA CRISTINA FERREIRA	Conselho Fiscal (Suplente)	98	0,01%
JOSÉ APARECIDO BARUFI	Conselho Fiscal (Suplente)	107	0,01%
JOSÉ ROBERTO ZENI	Conselho Fiscal (Suplente)	1.000	0,08%
TOTAL		4.279	0,36%
DEMAIS COTISTAS		1.174.231	99,64%
TOTAL GERAL		1.178.510	100,00%

Composição Acionária

O Capital Social Subscrito da CERRP – Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 1.178,510 (Reais/mil), cujo processo de individualização e o seu controle encontra-se informatizado e devidamente conciliados com as fichas de matrículas e o saldo contábil.

15.2. Reserva de Capital

A composição das Reservas de Capital está desdobrada de acordo com a tabela abaixo:

	Legislação Societária	
	2022	2021
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Contas de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	5,56	5,56
Sub Total	5,56	5,56
Total da Reserva de Capital	5,56	5,56

15.3. Reservas de Lucros e Sobras

A composição das Reservas de Lucros e Sobras está desdobrada de acordo com a tabela abaixo:

	Legislação Societária	
	2022	2021
Reserva Legal	22.088,12	18.816,72
FATES	8.082,51	7.174,35
Reserva de Desenvolvimento	6.686,19	6.307,20
Lucros/Prejuízo Acumulados	0,00	0,00
Sobras/Perdas Destinadas a AGO	1.284,67	997,45
Capital Social	1.178,51	1.239,44
Sub Total	39.320,00	34.535,17

Total Patrimônio Líquido	39.325,56	34.540,73
--------------------------	-----------	-----------

16. Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2022 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

17. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2022 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

18. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	13.781	13.339	77,328	73,683	54.501,06	50.653,46
Residencial	12.162	11.743	26,475	23,872	24.926,287	22.332,19
Comercial	509	487	10,064	9,685	8.993,602	8.323,90
Industrial	26	27	14,60125	14,024	1.640,184	2.313,30
Rural	1.016	1.015	10,467	10,811	7.178,051	6.817,45
Poder público	2	2	0,153	0,122	170,040	93,95
Iluminação pública	16	15	3,923	3,659	2.332,076	2.160,63
Serviço público	50	50	11,645	11,509	9.260,818	8.612,05
Suprimento Faturado					-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado						

Obs: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por (Consumo + Demanda + Fator de Potência + ICMS + PIS + COFINS). Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

19. Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2022 e 2021 a CERRP não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

20. Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação Societária	
	2022	2021	2022	2021
ENERGISA	22.925,67	22.394,41	4.912,38	4.925,02
CPFL	56.328,98	55.094,28	23.403,97	20.328,60
PROINFA	1.971,48	1.331,33	851,11	574,15
OUTROS			3.956,11	2.169,41
	81.226,13	78.820,01	33.123,57	27.997,18

21. Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação		Legislação	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
Pessoal	0,00	0,00	6.033,39	5.047,28	0,00	0,00
Remunerações	0,00	0,00	3.265,35	2.702,75	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00	1.273,79	1.080,42	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00			0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	0,11	77,79	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transf. imobilização em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00	1.494,14	1.186,31	0,00	0,00
Material	0,00	0,00	923,77	1.064,13	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	0,00	0,00	2.069,89	1.689,74	0,00	0,00
Arrendam. e Aluguéis	0,00	0,00	1.135,69	1.030,83	0,00	0,00
Deprec. e Amortização	0,00	0,00	875,22	795,81	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	-150,50	377,90	0,00	0,00
Provisões (PDD)	0,00	0,00	-150,50	377,90	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	34.496,12	30.615,25	0,00	0,00
Energia comprada para revenda	0,00	0,00	33.123,57	27.997,18	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00	97,64	71,33	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	1.274,91	2.546,74	0,00	0,00
Total Geral	0,00	0,00	45.383,59	40.620,95	0,00	0,00

22. Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil no 6.3.6 sub item 2D do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM no 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

	Geração	Transmissão	Distribuição	Comercialização	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2022	2021
Encargos Financeiros Total	0,00	0,00	24,20	0,00	0,00	24,20	5,70
(-) Transferência para Imobilizado em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	24,20	0,00	0,00	24,20	5,70
Efeitos Inflacionários e Cambiais Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferência para Imobilizado em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	24,20	0,00	0,00	24,20	5,70

23. Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação Societária	
	2022	2021
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.309,13	4.613,48
(+/-) Ajustes Fiscais	-3.789,91	-3.891,51
Lucro (Prejuízo) Fiscal antes do Imposto de Renda e Contr. Social	1.519,22	721,97
Imposto de renda e Contribuição Social calculados (15% e 9%)	-463,36	-235,25
Efeitos Fiscais Sobre:	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00
Incentivos Fiscais	0,00	0,00
Encargos Capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	-463,36	-235,25

24. Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2022.

25. Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Não foi implantado o plano previdenciário e outros benefícios aos empregados da Empresa, até o exercício de 2022.

26. Transações com Partes Relacionadas

A CERRP possui 03 (três) Contratos com Partes Relacionadas, todos firmados com a UNIÃO – Cooperativa de Serviços Elétricos e Desenvolvimento. Os Contratos versam sobre Locação de Imóveis, Poda da faixa de servidão das redes de distribuição e Locação de Veículos. As anuências foram concedidas para Regularização através dos seguintes Despachos da Aneel:

- Locação de Imóveis: Despacho SFF/Aneel nº. 1.988 de 26/07/2016;
- Locação de Veículos: Despacho SFF/Aneel nº. 2204/2016, aditivado pelo Despacho SFF/Aneel Nº. 1003/2020; e,
- Terceirização do Serviço de Podas e Limpezas da Faixa de Servidão das Redes de Distribuição: Despacho SFF/Aneel No. 3.117/2021.

A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa”, foram pagos durante o exercício:

legislação societária

	2022	2021
Remuneração	724,22	646,41
Encargos	144,84	129,28
Outros Benefícios	19,79	16,96
Total	888,85	792,66

27. Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2022 e 2021, exceção feita a aplicações a curto prazo em 2022, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

28. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

No exercício de 2022 não participamos de processo de recuperação fiscal - REFIS.

29. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

APÓLICE	TIPO	VIGÊNCIA	PRÊMIO	RAMO	OBS	SEGURADORA
27303350	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	13/01/2022 a 13/01/2023	1.978,46	VEICULO	FIAT PALIO FSK 6190	TOKIO MARINE AUTO

27333400	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	17/01/2022 a 17/01/2023	4.733,81	VEICULO	HILUX ERA 7G07	TOKIO MARINE AUTO
27338439	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	17/01/2022 a 17/01/2023	4.435,46	VEICULO	HILUX GGG 3H62	TOKIO MARINE AUTO
27360232	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	17/01/2022 a 17/01/2023	4.435,46	VEICULO	HILUX EQX 7D69	TOKIO MARINE AUTO
171.67.1400 6019	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	18/01/2022 a 18/01/2023	3.959,13	CESTO AEREO	CAMINHÃO DML 0E46	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
82844	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	20/02/2022 a 20/02/2023	2.116,22	VEICULO	STRADA GEO 2A58	ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A
82843	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	20/02/2022 a 20/02/2023	2.116,22	VEICULO	STRADA ELA 6I27	ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A
1.016.431.83 1.506	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	22/04/2022 a 22/04/2023	3.906,25	VEICULO	COROLLA	HDI SEGUROS S.A.
28240369	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	02/05/2022 a 02/05/2023	4.345,99	VEICULO	S10 PICK FSO-2026	TOKIO MARINE AUTO
87575	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	20/05/2022 a 20/05/2023	5.975,78	VEICULO	S10 NOVA FRZ-8550	ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A
28324142	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	30/05/2022 a 30/05/2023	2.621,82	VEICULO	PALIO FRI-8186	TOKIO MARINE AUTO
28383325	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	17/06/2022 a 17/06/2023	5.204,65	VEICULO	CAMINHÃO DML 0E46	TOKIO MARINE AUTO

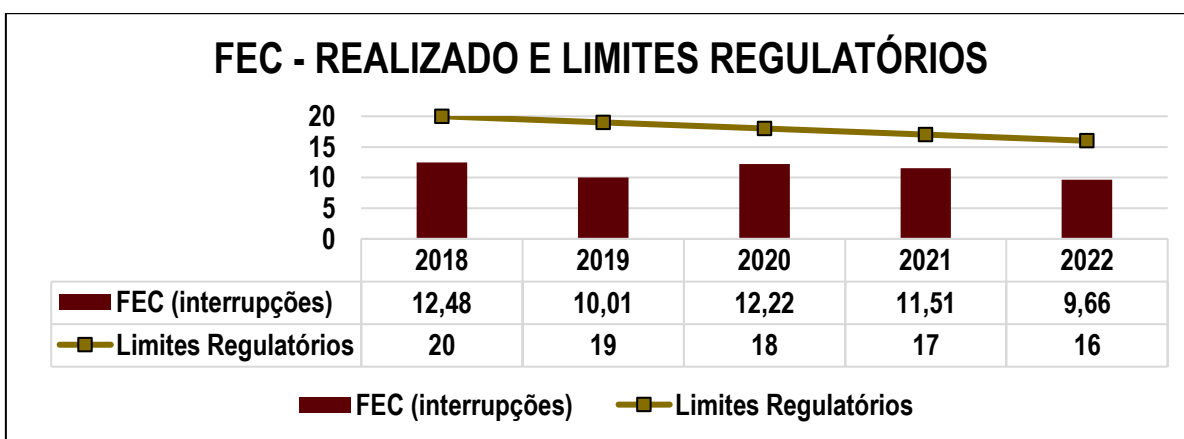
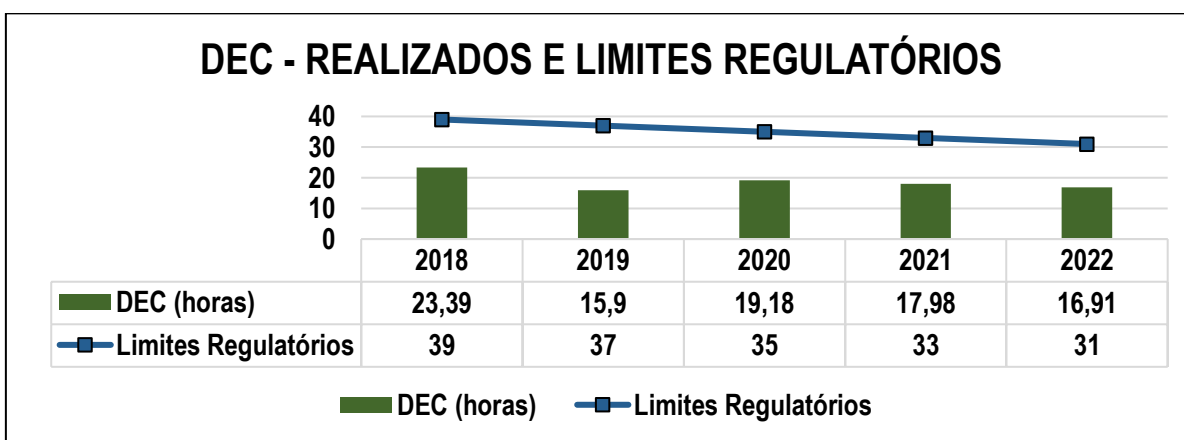
1800864581	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS	11/06/2022 a 11/06/2023	7.803,32	PREDIO	AREA ADMINISTRATIVO / DISTRIBUIÇÃO	SOMPO SEGUROS
28427313	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	29/06/2022 a 29/06/2023	9.268,26	VEICULO	CAMINHÃO FUW-3231	TOKIO MARINE AUTO
28427507	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	30/06/2022 a 30/06/2023	8.931,47	VEICULO	CAMINHÃO FUV-9426	TOKIO MARINE AUTO
28427523	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	30/06/2022 a 30/06/2023	3.714,76	VEICULO	CAMINHÃO FUJ-4553	TOKIO MARINE AUTO
1716714007 643	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	11/07/2022 a 11/07/2023	3.932,30	GUINDASTE ARGOS SUBST. TKA	CAMINHÃO FUW-3231	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
3182202204 03207	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	24/07/2022 a 24/07/2023	7.293,93	VEICULO	STRADA FQQ-1732 STRADA FSS-9273 STRADA FSM-3751	LIBERTY SEGUROS S/A
ENDOSSO 1800864581	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS	20/07/2022 a 11/06/2023	1.031,12	PREDIO	AREA ADMINISTRATIVO / DISTRIBUIÇÃO	SOMPO SEGUROS
28.533.553	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	31/07/2022 a 31/07/2023	5.327,80	VEICULO	CAMINHÃO ESA 0426	TOKIO MARINE AUTO
1716714007 798	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	01/08/2022 a 01/08/2023	2.436,34	GUINDASTE	CAMINHÃO ESA 0426	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
1716714007 859	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	06/08/2022 a 06/08/2023	1.955,34	CESTO AEREO	CAMINHÃO FUJ 4553	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
1716714005 112	DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	26/09/2022 a 26/09/2023	3.486,35	GUINDASTE	CAMINHÃO FUV 9426	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

30. Eventos Subsequentes

30.1. Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e continuidade.

Fruto dos investimentos maciços em melhoria de todas as nossas redes de distribuição, com satisfação, anunciamos que nossa Empresa ficou bem abaixo dos patamares regulatórios de qualidade, onde, em 2022, os indicadores DEC e FEC registraram 16,91 horas e 9,66 eventos anuais respectivamente, enquanto os limites definidos pela Aneel são 31 horas e 16 eventos anuais, respectivamente. Vale salientar que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000, cuja certificação vigora até fevereiro/2024, quando buscaremos a recertificação.



30.2. Subsídios Baixa Densidade de Carga - fixação de novo valor

A CERRP, em seu IRT 2022, teve fixado para benefício de seus consumidores, o Subsídios Baixa Densidade de Carga, cuja metodologia previa retirada dos valores de parte da Parcela B da Permissionária para depósito pela União, através da CCEE, utilizando-se a verba do fundo CDE, para compensar a reduzida densidade de carga de seu mercado, conforme previsto no § 2º, do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Esse valor, quando fixado para nossa Empresa, foi de: R\$ 392,01 mil mensais, totalizando R\$ 4.704,11 mil, anuais, através de atualização pelos indicadores de inflação. Já, no exercício de 2023, em função da Revisão Tarifária de nossa principal Supridora, o presente valor será revisto pela comparação de nossa densidade de carga comparada com a supridora, e, a diferença de agregação de receita na data base do cálculo. A CERRP ao final deste exercício já cumpriu sua tarefa do envio de Laudo de Avaliação Simplificado através de valoração de seus módulos de construção.

30.3. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERRP;

b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERRP;

c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Em 2022 os efeitos deste decreto ainda trazem impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

30.4. Efeitos da Revisão dos IFRS 9, 15 e 16.

A CERRP, em função de seu porte, não sofreu efeitos do IFRS 9 (Nova normatização dos Instrumentos Financeiros), IFRS 15 (Normatização de reconhecimento de receitas), e, IFRS 16 – (Arrendamentos).

Com relação ao reconhecimento de Receitas, sendo a CERRP uma Empresa Regulada, só afere receita em função do Serviço Público de Energia Elétrica, e, por essa razão, não houve mudanças na forma de contabilização.

30.5. Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2022 a CERRP contabilizou 10,02% de Perdas (Técnicas mais não técnicas). Durante o ano de 2023, a CERRP continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

30.6. Revisão do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico

A ANEEL, através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, anunciou durante o ano de 2022, que nomeou grupo de trabalho para nova revisão do Manual de Controle

Patrimonial do Setor Elétrico, o qual substituirá a atual REN 674/2015 da ANEEL. A CERRP realizará durante o exercício vindouro, treinamento e adaptações no modo de trabalho e nos sistemas, para que este evento subsequente possa ocorrer sem nenhum problema de descontinuidade.

30.7. Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Durante o exercício de 2020, o STF encerrou o julgamento do tema EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS, consagrando, de forma definitiva, que o ICMS não deve fazer parte da base de cálculo destes impostos federais.

A CERRP já efetuou o levantamento dos valores que solicitou a devolução à Receita Federal, e atualmente somam R\$ 814.996,42 mil reais sendo que já recebeu no ano de 2022 o valor R\$ 199.074,93 atualizado correspondente ao PIS, e, assim que for diferido pela Receita, procederá a devolução aos consumidores da forma exigida pela Aneel, quer seja em devolução tarifária, quer seja na devolução diretamente aos consumidores envolvidos.

30.8. Bônus Redução Voluntária de Energia

Implantado pelo Governo Federal através do Ministério de Minas e Energia, o Bonus Redução Voluntária de Energia trouxe incentivos financeiros para aqueles que contribuíssem com a economia de energia no período seco da crise hídrica do ano de 2021. A apuração desta economia encerrou-se no dia 31/12/2021, sendo o seu pagamento devido quando do consumo apurado no mês de janeiro/2022. O valor desta bonificação será reposta pelo Fundo da Conta Centralizadora CDE após a comprovação de sua devolução.

CIPA CERRP:

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) é composta por representantes do empregador e dos empregados, e tem como missão a preservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores e de todos aqueles que interagem com a instituição

Faz-se reuniões mensais, realizadas no escritório da CERRP e os membros da CIPA fiscalizam seus empregados, verificando se eles estão fazendo uso dos equipamentos disponibilizados pela Empresa e dentro dos padrões de segurança.

31. Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2022, a Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto - CERRP - desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida.

Neste sentido, houve quando necessário, o envio dos funcionários para o tele-trabalho, bem como a divisão da equipe técnica em turmas que não tinham contato entre si, para que eventuais contaminações não se espalhassem por todo o departamento técnico.

Para aqueles que foram contaminados, puderam contar com todo o apoio da CERRP, bem como suporte médico quando necessário.

Demonstração do Balanço Social - 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022			2021		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			48.860,42			43.073,08
Lucro Operacional (LO)			3.256,17			3.701,44
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			6.922,24			5.839,93
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	954,38	13,79%	1,95%	659,28	11,29%	1,53%
Encargos sociais compulsórios	1.418,64	20,49%	2,90%	1.209,71	20,71%	2,81%
Entidade de previdência privada	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	477,69	6,90%	0,98%	433,93	7,43%	1,01%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	22,69	0,39%	0,05%
Auxílio creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Incentivo à aposenta. e demissão voluntária	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	2,68	0,04%	0,01%	1,44	0,02%	0,00%
Outros Benefícios	59,39	0,86%	0,12%	61,29	1,05%	0,14%
Total	2.912,78	42,08%	5,96%	2.388,34	40,90%	5,54%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	(59,21)	-1,82%	-0,12%	50,78	1,37%	0,13%
Total de contribuições para a sociedade	(59,21)	-1,82%	-0,12%	50,78	1,37%	0,13%
Tributos - excluídos encargos sociais	9.855,80	302,68%	20,17%	10.198,72	275,53%	23,68%
Total	9.796,58	300,86%	20,05%	10.249,50	25,05%	25,59%

% sobre

% sobre

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%

	2022	2021
5 - Indicadores do corpo funcional	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	53	49
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	15	11
Ensino médio	36	36
Ensino fundamental	2	2
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	12	9
De 30 até 45 anos (exclusive)	21	24
Acima de 45 anos	20	16
Admissões durante o período	4	10
Mulheres que trabalham na empresa	6	5
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em rel. ao total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em rel. ao total de gerentes	0,00%	0,00%

Negros que trabalham na empresa	7	7
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao total de negros	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao total de gerentes	0,00%	0,00%
Portadores de deficiência física	1	1
Dependentes	0	0
Estagiários	1	1
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	13,24	12,20
Maior remuneração	15,75	14,3
Menor remuneração	2,51	2,10
Acidentes de trabalho	0	0

32. Análise Econômico-Financeira

32.1. Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERRP, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, sendo que, ao término do exercício de 2022, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual

A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 48.860,42 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 13,44% que foi de R\$ 43.073,09 (Reais/mil).

Número de Consumidores

O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2022 foi de 13.781, já em 2021 foi de 13.339 ocasionando um aumento de 3,31% em relação ao ano anterior.

Classe	2022	2021	Var %
Residencial	12.162	11.743	3,57%
Comercial	509	27	-3,70%
Industrial	26	487	4,52%
Rural	1.016	1.015	0,10%
Outros	68	67	1,49%
Poderes Públicos	2	2	0,00%
Iluminação Pública	16	15	6,67%
Serviço Público	50	50	0,00%
Total	13.781	13.339	3,31%

Despesas com Pessoal

As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2022, importou em R\$ 6.033,39 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 5.047,28 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 19,54% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal				
Classificação	Nome conta	2022	2021	Var %
6105.X.05.01	Remuneração	3.265,35	2.702,75	20,82%
6105.X.05.02	Encargos	1.273,79	1.080,42	17,90%
6105.X.05.06	Despesas Rescisórias	0,11	77,79	-99,86%
6105.X.05.08	Outros Benefícios Correntes	1.494,14	1.161,67	28,62%
6105.X.05.99	Outras Remunerações	-	24,64	-100,00%
Total		6.033,39	5.047,28	19,54%

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas Administrativas e Gerais no exercício de 2022, foi de R\$ 45.383,59 (Reais/mil), superior em 11,72% à do ano anterior que foi de R\$ 40.620,95 (Reais/mil).

Despesas Administrativas e Gerais				
Classificação	Nome conta	2022	2021	Var %
6105.3.01	Energia elétrica comprada para revenda	22.843,61	27.997,18	-18,41%
6105.3.02	Encargos de Transmissão, Conexão e Distr.	10.279,96	-	100,00%
6105.X.05	Pessoal	6.033,39	5.047,28	19,54%
6105.X.06	Administradores	888,85	792,66	12,14%
6105.X.07	Materiais	923,77	1.064,13	-13,19%
6105.X.08	Serviços de Terceiros	2.069,89	1.689,74	22,50%
6105.X.09	Arrendamento e aluguéis	1.135,69	1.030,83	10,17%
6105.X.10	Seguros	92,99	75,94	22,46%
6105.X.11	Doações, contribuições e subvenções	59,21	50,78	16,62%
6105.X.12	Provisões	(150,50)	377,90	-139,82%
6105.X.15	(-) Recuperação de despesas	(124,50)	(118,46)	5,10%
6105.X.16	Tributos	97,64	71,33	36,88%
6105.X.17	Depreciação e amortização	161,63	148,31	8,98%
6105.X.18	Amortização	713,60	647,50	10,21%
6105.X.19	Gastos diversos	358,35	1.745,83	-79,47%
Total		45.383,59	40.620,95	11,72%

Receita (Despesa) Financeira

O Resultado Financeiro no exercício de 2022, importou em R\$ 2.052,96 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2021, houve um Resultado Financeiro R\$ 912,04 (Reais/mil).

Resultado Financeiro				
Classificação	Nome conta	2022	2021	Var %
6301	Receitas financeiras	2.077,16	917,74	126,33%
6305	Despesas financeiras	-24,20	-5,70	324,44%
Total		2.052,96	912,04	125,10%

32.2. Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2022	2021
1. Liquidez				
Corrente Ou Comum	AC / PC	R\$	3,21	3,04
Seca	(AC - E) / PC	R\$	3,12	2,96
Absoluta	AD / PC	R\$	1,76	1,52
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	2,80	2,65
2. Lucratividade				
Brutas s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	7,71	7,49
Operacional S/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	4,73	6,01
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	7,04	7,11
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	411,18	353,24
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	12,32	12,68
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL/AT) X 100	%	7,93	7,89
4. Endividamento				
Recurso de Terceiros no Investimento	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	35,68	37,77
Recurso Próprios no Investimento	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	64,32	62,23
5. Investimento				
Capital Fixo Aplicado	(AP / AT) x 100	%	39,93	42,31
Capital de Risco Aplicado	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	60,07	57,69
6. Garantias				
Reais s/ Capital	(IM / CS) x 100	%	102,52	73,44
Totais s/ Capital	(AP / CS) x 100	%	2071,58	1894,85
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	(AC - PC) / 1.000	R\$	20,58	17,48

*** Dados Básicos e Siglas para Análise Acima**

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

Obs: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com fórmulas padrão de finanças e análise financeira.

33. Créditos Fiscais

Período	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Exercício de 2022	ICMS s/ Aquisição Ativo Imobilizado	326,73	468,31	795,04
Exercício de 2022	PIS/COFINS/CSLL – código 5952	0,00	0,00	0,00
Exercício de 2022	IR pago a Maior	53,75	0,00	53,75
Exercício de 2022	Imposto de Renda - Antecipação de 2016	0,00	0,00	0,00
Exercício de 2022	CSLL pago a Maior	15,80	0,00	15,80
Exercício de 2022	Contribuição Social - Antecipação de 2016	0,00	0,00	0,00
Exercício de 2022	PIS a Compensar	0,00	0,00	0,00
Exercício de 2022	COFINS a Compensar	0,00	0,00	0,00
Exercício de 2022	ICMS a recuperar	0,11	0,00	0,11
Exercício de 2022	IR retido na fonte	7,15	0,00	7,15
Total Geral				871,85

A CERRP possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

34. Informações de Natureza Social e Ambiental

A CERRP, periodicamente efetua o serviço de “Poda de Árvores” e a limpeza das faixas nas redes aéreas de distribuição

O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

35. Energia Ambiente de Contratação Livre

A CERRP no exercício de 2022 não operou compra no Mercado Livre de Energia

36. ICMS sob Subvenção Baixa Renda

O Estado de São Paulo optou pela tributação do Subsídio da União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda. Em obediência à essa determinação, a CERRP, durante todo o exercício de 2022, faturou a seus consumidores o ICMS sobre o subsídio efetivamente reembolsado pela União Federal, infelizmente diminuindo assim parcela do importante benefício aos consumidores participantes dos programas governamentais. Salientamos que a tributação da Subvenção ocorre nos mesmos moldes e alíquotas aplicadas à parte faturada ao consumidor

Todavia os consumidores da classe Residencial com até 90 KWH/MÊS estão isentos deste tributo conforme Decreto N° 50.473 de 20 de Janeiro de 2006.

37. Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Não houve Diferimento Tarifário no exercício de 2022 na CERRP.

38. Revisão Tarifária Periódica - Segundo Ciclo - Fato Relevante

Em 2020 ocorreu a assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, e, migramos do Submódulo 8.1 para o Submódulo 8.4 do PRORET. Com esta mudança, a nossa terceira revisão tarifária periódica ocorreu de maneira bem suave, uma vez que, nesta metodologia, a abertura e justificativa da Parcela B e da Receita Requerida fica por conta da Permissionária. Desta sorte, a partir desta data, a Parcela B passa a ser reajustada anualmente pelo crescimento do mercado em kwh do Grupo B mais a inflação do período. A CERRP segue anualmente em dia com os cálculos que tragam equilíbrio de menor tarifa possível, e garantia do equilíbrio econômico e financeiro.

39. Ganhos Contingentes

A CERRP não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem no exercício anterior.

40. Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória Aneel n° 3.098, de 23/08/2022, foram assim formados:

Descrição	INDICES	4,20%	2,45%	3,72%	2,04%	6,40%	11,77%
	Revisão 2016	IRT 2017	IRT 2018	IRT 2019	IRT 2020	IRT 2021	IRT 2022
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	55.545,84	57.878,77	59.299,23	61.503,52	62.758,19	66.774,71	74.634,10
(2) Obrigações Especiais Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(3) Bens Totalmente Depreciados	560,13	583,66	597,98	620,21	632,87	673,37	752,62
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	54.985,71	57.295,11	58.701,25	60.883,30	62.125,32	66.101,34	73.881,47
(5) Depreciação Acumulada	13.415,85	13.979,31	14.322,39	14.854,79	15.157,83	16.127,93	18.026,18

(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	42.130,00	43.899,46	44.976,84	46.648,73	47.600,36	50.646,79	56.607,91
(7) Obrigações Especiais Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(8) Terrenos e Servidões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(9) Almoxarifado em Operação	166,64	173,64	177,90	184,51	188,27	200,32	223,90
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	42.296,63	44.073,09	45.154,74	46.833,24	47.788,64	50.847,11	56.831,81
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	2.199,43	2.291,80	2.348,05	2.435,33	2.485,01	2.644,05	2.955,26
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	1.594,58	1.661,56	1.702,33	1.765,61	1.801,63	1.916,94	2.142,56

41. Reajuste Tarifário

Nos meses de janeiro a abril/2022, nossa tarifa foi norteada pela Resolução Homologatória Aneel no 2.874/2021, que reajustou nossa tarifa no IRT 2021. No dia 24/05/2022 foi publicada nossa Tarifa para o ciclo 2022/2023, com vigência a partir de 29/05/2022 a 28/05/2023, através da Resolução Homologatória Aneel No. 3.039/2022.

O presente reajuste corrigiu nossa "PARCELA B" em -16,28%. Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinados à nossa Empresa. O "fator x" para o presente ciclo foi fixado em 0,36%.

O efeito final foi: Econômico: 13,06%, Componentes Financeiros: -8,86%, totalizando um efeito Econômico e Financeiro de 10,77%. Para o nosso consumidor, o efeito médio foi de 14,97%, bem menor do que a maioria das Distribuidoras do Brasil.

42. Notas Não Divulgadas

Abaixo listamos notas constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, mais especificamente no Roteiro para Elaboração das Demonstrações Contábeis, documento esse complementado pelo Ofício de Encerramento da SFF/Aneel, referente NOTAS NÃO DIVULGADAS, em virtude de não fazerem parte do contexto de nossa Permissionária e, por esse motivo, não possuem movimentação, sendo:

- Comodato;
- Fusões, Cisões e Incorporações;
- Arrendamento Mercantil;
- Compromissos;
- Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos;
- Debêntures;
- RAP – Receita Anual Permitida;
- ECE e EAE – Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição Emergencial;
- Por esse motivo, justificamos a não divulgação de tais notas.

43. Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Nos exercícios de 2022 e 2021 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERRP vinculados ao Serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. No último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A Aneel, a partir de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória, valor esse estornado nas Demonstrações Societárias

44. Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBITDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 6.184,35 mil reais da LAJIDA/EBITDA do exercício contábil de 2022 foram utilizadas as seguintes contas:

	2022	2021
Lucro/Prejuízo Líquido	4.845,77	4.378,23
Juros Sobres Empréstimos e Financiamentos	-	-
Impostos (IR e CSLL)	463,36	235,25
Depreciação e Amortização	875,22	795,81
	6.184,35	5.409,29

45. Balanço Patrimonial Fiscal

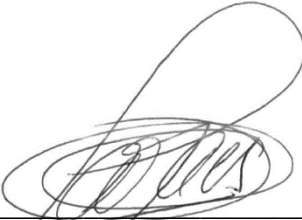
Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, apresentamos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2022						
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Ajustes	Fiscal
Ativos		80.603,66	(19.458,87)	61.144,78	-	61.144,78
Ativo circulante		29.897,99	-	29.897,99	-	29.897,99
Caixa e equivalentes de caixa		16.438,16	-	16.438,16		16.438,16
Consumidores		7.875,86	-	7.875,86		7.875,86
Concessionárias e permissionárias		-	-	-		-
Serviços em curso		37,22	-	37,22		37,22
Tributos compensáveis		403,54	-	403,54		403,54
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-		-
Almoxarifado operacional		803,72	-	803,72		803,72
Investimentos temporários		-	-	-		-
Empréstimos		-	-	-		-
Ativos financeiros setoriais		1.475,12	-	1.475,12		1.475,12
Despesas pagas antecipadamente		121,96	-	121,96		121,96
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-		-
Outros ativos circulantes		2.742,42	-	2.742,42		2.742,42
Ativo não circulante		50.705,66	(19.458,87)	31.246,79	-	31.246,79
Consumidores		-	-	-		-

Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-
Serviços em curso	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis	468,31	-	468,31	-	468,31
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	36,54	-	36,54	-	36,54
Empréstimos	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro	72,58	-	72,58	-	72,58
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	-	6.255,63	6.255,63	(6.255,63)	-
Bens e atividades não vinculadas à	-	-	-	-	-
Imobilizado	50.084,13	(48.875,88)	1.208,24	29.417,01	30.625,25
Intangível	44,10	23.161,38	23.205,47	(23.161,38)	44,10
Total do ativo	80.603,66	(19.458,87)	61.144,78	-	61.144,78

Passivo					
Passivo circulante	9.319,71	-	9.319,71	-	9.319,71
Fornecedores	4.331,72	-	4.331,72	-	4.331,72
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	559,97	-	559,97	-	559,97
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	853,42	-	853,42	-	853,42
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	524,04	-	524,04	-	524,04
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	1.196,04	-	1.196,04	-	1.196,04
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	131,76	-	131,76	-	131,76
Outros passivos circulantes	1.722,75	-	1.722,75	-	1.722,75
Passivo não circulante	12.499,51	-	12.499,51	-	12.499,51
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	-	-	-	-	-
Provisão para litígios	299,17	-	299,17	-	299,17
Encargos setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-

Outros passivos não circulantes	38,00	-	38,00		38,00
Obrigações vinculadas à concessão do	12.162,34	-	12.162,34		12.162,34
Total do passivo	21.819,22	-	21.819,22	-	21.819,22
Patrimônio líquido					
Capital social	1.178,51	-	1.178,51		1.178,51
Reservas de capital	(1.263,57)	1.269,13	5,56		5,56
Outros resultados abrangentes	19.458,87	(19.458,87)	-		-
Reservas de lucros	-	-	-		-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-		-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-		-
(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-		-
Proposta para distribuição de dividendos	-	-	-		-
Participação de Não Controladores	-	-	-		-
Reserva de sobras	36.856,82	-	36.856,82		36.856,82
Sobras à disposição da Assembleia	2.553,80	(1.269,13)	1.284,67		1.284,67
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-		-
Participação de não controladores	-	-	-		-
Total do patrimônio líquido	58.784,43	(19.458,87)	39.325,56	-	39.325,56
Total do passivo e do patrimônio líquido	80.603,66	(19.458,87)	61.144,78	-	61.144,78



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2022

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		63.997,45	-	63.997,45	-	63.997,45
Fornecimento de energia elétrica		54.344,52	-	54.344,52		54.344,52
(-) Transferências		(29.842,37)	-	(29.842,37)		(29.842,37)
Suprimento de energia elétrica		-	-	-		-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-		-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		33.011,26	-	33.011,26		33.011,26
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		31,65	-	31,65		31,65
Fornecimento - Diferimento ou Devoluções Tarifárias		(2.289,30)		(2.289,30)		(2.289,30)
Serviços cobráveis		305,93	-	305,93		305,93
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		8.435,76	-	8.435,76		8.435,76
Outras receitas vinculadas		-	-	-		-
Tributos		(9.758,16)	-	(9.758,16)	-	(9.758,16)
ICMS		(8.598,46)	-	(8.598,46)		(8.598,46)
PIS-PASEP		(206,57)	-	(206,57)		(206,57)
Cofins		(953,13)	-	(953,13)		(953,13)
ISS		-		-		
Encargos - Parcela "A"		(5.378,87)	-	(5.378,87)	-	(5.378,87)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-			-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(5.283,75)	-	(5.283,75)		(5.283,75)
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-		-
Taxa de fiscalização		(95,13)	-	(95,13)		(95,13)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-		-
Outros encargos		-	-	-		-
Receita líquida / Ingresso líquido		48.860,42	-	48.860,42	-	48.860,42
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(33.123,57)	-	(33.123,57)	-	(33.123,57)
Energia elétrica comprada para revenda		(21.992,50)	-	(21.992,50)	-	(21.992,50)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(851,11)	-	(851,11)	-	(851,11)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(10.279,96)	-	(10.279,96)	-	(10.279,96)
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis			-			

Resultado antes dos custos gerenciáveis	15.736,86	-	15.736,86	-	15.736,86
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(13.749,82)	1.269,13	(12.480,69)	-	(12.480,69)
Pessoal e administradores	(6.922,24)	-	(6.922,24)	-	(6.922,24)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-
Material	(923,77)	-	(923,77)	-	(923,77)
Serviços de terceiros	(2.069,89)	-	(2.069,89)	-	(2.069,89)
Arrendamento e aluguéis	(1.135,69)	-	(1.135,69)	-	(1.135,69)
Seguros	(92,99)	-	(92,99)	-	(92,99)
Doações, contribuições e subvenções	(59,21)	-	(59,21)	-	(59,21)
Provisões	150,50	-	150,50	-	150,50
Recuperação de despesas	124,50	-	124,50	-	124,50
Tributos	(97,64)	-	(97,64)	-	(97,64)
Depreciação e amortização	(2.144,35)	1.269,13	(875,22)	-	(875,22)
Gastos diversos da atividade vinculada	(358,35)	-	(358,35)	-	(358,35)
Outras Receitas Operacionais	399,90	1.430,56	1.830,46	-	1.830,46
Outras Gastos Operacionais	(620,56)	(1.430,56)	(2.051,12)	-	(2.051,12)
Resultado da Atividade	1.987,04	1.269,13	3.256,17	-	3.256,17
Equivalência patrimonial					
Resultado Financeiro	2.052,96	-	2.052,96	-	2.052,96
Despesas financeiras	(24,20)		(24,20)		(24,20)
Receitas financeiras	2.077,16		2.077,16		2.077,16
Operações com Associados	-	-	-	(3.891,51)	(3.891,51)
Resultado de operações com associados				(3.789,91)	(3.789,91)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	4.040,00	1.269,13	5.309,13	(3.891,51)	1.519,22
Despesa com impostos sobre os lucros	(463,36)		(463,36)		(463,36)
Resultado líquido das operações em continuidade	3.576,64		4.845,77		1.055,86
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas					
Resultado líquido do exercício	3.576,64		4.845,77		1.055,86
Atribuível aos:					
Acionistas controladores					
Acionistas não controladores					
Lucro por ação	-	-	-	-	-
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	3,03		4,11		0,90

diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias						
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias						
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias						




LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

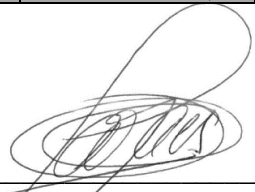
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.238,04	5,56	-	-	-	27.788,93	1.128,57	-	30.161,09
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1,40	-	-	-	-	-	-	-	1,40
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo do Exercício)	-	-	-	-	388,42	-	-	-	388,42
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	3.989,80	-	3.989,80
Reserva legal	-	-	-	-	-	3.522,45	(3.522,45)	-	-
FATES	-	-	-	-	(388,42)	587,91	(199,49)	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	398,98	(398,98)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.239,44	5,56	-	-	-	32.298,27	997,45	-	34.540,72
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(60,93)	-	-	-	-	-	-	-	(60,93)
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo do Exercício)	-	-	-	-	1.055,86	-	-	-	1.055,86
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	3.789,91	-	3.789,91
Reserva legal	-	-	-	-	-	3.271,40	(3.271,40)	-	-
FATES	-	-	-	-	(1.055,86)	908,16	147,70	-	0,00
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	378,99	(378,99)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.178,51	5,56	-	-	-	36.856,82	1.284,67	-	39.325,56



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

D S P R E - DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS / PERDAS E RESULTADOS DO EXERCÍCIO				
EMPRESA	COOPERATIVA DE ELETRIF. E DESENVOLV. DA REG. DE S.J.R.P.-CERRP			
CNPJ:	46.598.678/0001-19			
ENCERRAMENTO	31/12/2022			
DESCRIÇÃO	RESULTADOS COOPERADOS	RESULTADOS NÃO COOPERADOS	CONSOLIDADOS	
INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	23.560,54	34.752,50	58.313,05	
RENDA NÃO FATURADA	(93,99)	(62,54)	(156,53)	
INGRESSO COM FORNECIMENTO SERVIÇO	34,91	648,72	683,64	
OUTRAS RECEITAS				
(-) IMPOSTOS E ABATIMENTOS	(5.216,32)	(9.920,71)	(15.137,03)	
(=) INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS LIQUIDAS	18.285,15	25.417,98	43.703,12	
(-) CUSTO DAS VENDAS	(16.650,64)	(25.037,16)	(41.687,79)	
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	1.634,51	380,82	2.015,33	
OUTROS	2.155,40	1.138,40	3.293,80	
AJUSTES IFRS	-	-	-	
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	3.789,91	1.519,22	5.309,13	
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	-	-	-	
RESULTADOS ANTES DAS PROVISÕES	3.789,91	1.519,22	5.309,13	
PROVISÕES FISCAIS (IRPJ E CSLL)	-	(463,36)	(463,36)	
SOBRAS / PERDAS - LUCRO / PREJUÍZOS	3.789,91	1.055,86	4.845,77	



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
 Contador - CRC 1SP-240473/O-2
 CPF: 705.333.348-53

46. Quotas da CDE repassadas às Distribuidoras pela Eletrobrás.

Conforme determinação regulatória, os descontos concedidos sobre a TUSD/MUST e Subsídio TE foram reconhecidos contabilmente na conta 1119.1.09 e 2119.9. Adicionalmente, em função das novas regras implementadas a partir da MP 579/2012, reconhecemos, também, o valor a receber sobre os subsídios:

- a) Subsídio Baixa Densidade de Cargas;
- b) Subsídio Serviço Público - Água e Esgoto;
- c) Subsídio Consumidores Rurais e
- d) Subsídio Carga Incentivada
- e) Subsídio Distribuição
- d) Subsídios Irrigação.

Tais subsídios em dezembro/2022 somam um valor a receber de: 1.915,02 R\$/MIL.

	Saldo 2021	Realizado	Recebido	Transferência	Saldo 2022	A Devolver 2022
DMR a Receber	15,94	270,28	(232,05)	-	54,16	-
SUBVENÇÃO CDE - Baixa Densidade	352,21	4.544,92	(4.505,12)	-	392,01	-
SUBVENÇÃO CDE - Rural a Receber	1.040,61	818,20	(680,09)	-	1.178,72	(26,68)
SUBVENÇÃO CDE - Serviço Público a Receber	69,39	308,87	(306,52)	-	71,74	(28,79)
SUBVENÇÃO - Carga Incentivada	673,72	1.933,44	(2.388,77)	-	218,39	(272,16)
SUBVENÇÃO - Subsídio Distribuição	25,71	102,86	(128,57)	-	-	(16,53)
SUBVENÇÃO CDE - Irrigante	8,91	193,32	(202,23)	-	-	(391,89)
					1.915,02	(736,05)

47. Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/Aneel, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios	(284,70)	104,11	(180,59)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(284,70)	104,11	(180,59)
Participação Financeira do Consumidor	(1.073,82)	230,95	(842,87)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(312,13)	118,13	(194,00)
Data de aquisição: 31/01/2016	(17,83)	5,04	(12,79)
Data de aquisição: 28/02/2016	(88,87)	24,81	(64,06)
Data de aquisição: 30/06/2016	(21,58)	5,74	(15,84)
Data de aquisição: 31/07/2016	(13,17)	3,46	(9,71)
Data de aquisição: 31/08/2016	(3,03)	0,79	(2,24)

Data de aquisição: 31/10/2016	(2,56)	0,65	(1,91)
Data de aquisição: 31/03/2017	(4,67)	1,10	(3,57)
Data de aquisição: 30/04/2017	(18,94)	4,41	(14,53)
Data de aquisição: 30/06/2017	(82,52)	18,64	(63,88)
Data de aquisição: 31/08/2017	(9,41)	2,06	(7,35)
Data de aquisição: 31/10/2017	(2,80)	0,60	(2,20)
Data de aquisição: 30/11/2017	(2,87)	0,60	(2,27)
Data de aquisição: 31/12/2017	(3,18)	0,65	(2,53)
Data de aquisição: 31/01/2018	(21,42)	4,34	(17,08)
Data de aquisição: 28/02/2018	(15,51)	3,09	(12,42)
Data de aquisição: 31/05/2018	(3,29)	0,62	(2,67)
Data de aquisição: 30/06/2018	(25,76)	4,79	(20,97)
Data de aquisição: 31/07/2018	(8,55)	1,56	(6,99)
Data de aquisição: 31/08/2018	(16,86)	3,02	(13,84)
Data de aquisição: 30/09/2018	(7,09)	1,25	(5,84)
Data de aquisição: 31/01/2019	(1,70)	0,28	(1,42)
Data de aquisição: 28/02/2019	(5,99)	0,95	(5,04)
Data de aquisição: 30/04/2019	(2,99)	0,46	(2,53)
Data de aquisição: 31/01/2020	(16,75)	2,05	(14,70)
Data de aquisição: 31/07/2020	(29,79)	3,04	(26,75)
Data de aquisição: 30/09/2020	(8,00)	0,76	(7,24)
Data de aquisição: 31/10/2020	(4,00)	0,37	(3,63)
Data de aquisição: 30/11/2020	(4,00)	0,35	(3,65)
Data de aquisição: 31/12/2020	(4,00)	0,34	(3,66)
Data de aquisição: 31/01/2021	(31,87)	2,61	(29,26)
Data de aquisição: 31/03/2021	(144,63)	10,84	(133,79)
Data de aquisição: 30/04/2021	(3,25)	0,23	(3,02)
Data de aquisição: 31/05/2021	(3,25)	0,22	(3,03)
Data de aquisição: 30/06/2021	(19,13)	1,24	(17,89)
Data de aquisição: 31/07/2021	(3,25)	0,20	(3,05)
Data de aquisição: 30/11/2021	(13,10)	0,62	(12,48)
Data de aquisição: 30/09/2022	(66,13)	0,90	(65,23)
Data de aquisição: 30/11/2022	(11,20)	0,08	(11,12)
Data de aquisição: 31/12/2022	(18,75)	0,06	(18,69)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(11.404,98)	2.553,57	(8.851,41)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(3.920,11)	1.372,82	(2.547,29)
Data de aquisição: 31/03/2016	(1.250,00)	344,83	(905,17)
Data de aquisição: 31/05/2017	(1.052,07)	241,18	(810,89)
Data de aquisição: 30/06/2017	(165,41)	37,37	(128,04)
Data de aquisição: 31/03/2018	(448,41)	87,83	(360,58)
Data de aquisição: 30/06/2018	(448,16)	83,30	(364,86)
Data de aquisição: 30/09/2018	(67,06)	11,79	(55,27)
Data de aquisição: 31/10/2018	(238,40)	41,13	(197,27)

Data de aquisição: 30/04/2019	(880,00)	134,14	(745,86)
Data de aquisição: 31/07/2019	(267,75)	38,13	(229,62)
Data de aquisição: 31/08/2020	(166,72)	16,47	(150,25)
Data de aquisição: 31/10/2020	(228,50)	21,02	(207,48)
Data de aquisição: 31/05/2021	(619,09)	42,21	(576,88)
Data de aquisição: 31/07/2021	(181,34)	11,13	(170,21)
Data de aquisição: 30/11/2021	(1.471,96)	70,22	(1.401,74)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(90,00)	32,12	(57,88)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(90,00)	32,12	(57,88)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(16,94)	8,02	(8,92)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(16,94)	8,02	(8,92)
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	(951,41)	107,76	(843,65)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015 até 31/12/2016	(115,41)	28,00	(87,41)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2016 até 31/12/2020	(836,00)	79,76	(756,24)
Excedente de reativos	(908,84)	120,79	(788,05)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015 até 31/12/2016	(231,47)	56,16	(175,31)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2016 até 31/12/2020	(677,37)	64,63	(612,74)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(14.730,69)	3.157,32	(11.573,37)

48. Fato Relevante – Novo Marco Regulatório do GD

Em que pese a publicação no início do ano de 2022 da Lei 14.300/2022, alguns assuntos ainda careciam de regulamentação. No início de 2023, por intermédio da Resolução Normativa n. 1.059/2023, a ANEEL regulamentou o novo Marco Regulatório da Geração Distribuída pelo Sistema de Compensação, o que torna os temas regulados de extrema relevância, ante ao impacto que trouxe a nossa Empresa, principalmente mediante a acelerada expansão da instalação de novos Sistemas de GD, merecendo assim destaque nestas notas.

Nessa regulamentação foi corrigido distorção existente, que deixava a Distribuidora descoberta e acarretava o desequilíbrio econômico financeiro no período da entrada em operação da GD até o próximo processo tarifário da Empresa, sendo essa distorção sanada, já que foi inserido o custeio dos benefícios tarifários dos participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE na Conta do Desenvolvimento Energético (CDE) e nos processos tarifários das distribuidoras. Com isso a transferência destes custos que o gerador deixou de participar, passou a ser coberto, agora, pela conta centralizadora da CDE, através de subsídios tarifários. Outra correção também de relevância se refere


ao início do faturamento da TUSD, de forma progressiva, tratando de forma diferente os consumidores que pediram ligação até dia 08/01/2023 e aqueles que pediram após essa data.

49. Lei de Proteção dos Dados - LGPD


Com a implementação de direitos, deveres e princípios que envolvem o uso de dados pessoais em solo brasileiro, advindas da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados, nossa Empresa, em total obediência a referida Lei, implementou junto aos seus funcionários, empresa parceira de sistemas e consumidores, metodologia de como devem agir em relação à coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais e sensíveis. Isso implicou em uma mudança cultural dentro de nossa Empresa, modificando nossa postura frente ao uso de dados pessoais, o que não foi uma tarefa simples porque envolveu muitas pessoas, processos e departamentos. Melhoramos nossa política de privacidade tornando-a consistente, revisamos todos os contratos com usuários, funcionários e parceiros e criamos termos de consentimento, além de investirmos em soluções de segurança. Por último, mas não menos importante, realizamos treinamentos em nossa equipe.

50. Formatação Básica das Notas Explicativas


As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 (duas) casas decimais.



ODAIR CORNELIANI MILHOSSI
Diretor Presidente
CPF: 018.694.018-16



NIVALDO APARECIDO CANGINI
Gerente
CPF: 038.710.698-76



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53


1.7. – Parecer do Conselho Fiscal Societário

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CERRP

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, ACOMPANHADO DO BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31/12/2022.

Os signatários do presente, Membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto - CERRP, declaram que examinaram o Relatório do Conselho de Administração da Cooperativa, acompanhado do Balanço Geral encerrado em 31/12/2022, assim como todas as peças contábeis que o compõem: Demonstrativo de Resultado do Exercício, confirmando-os com a documentação respectiva, concluindo no final do exame que tudo se achava elaborado com perfeita técnica contábil expressando exatidão, motivo pelo qual aprovam a prestação de contas do referido exercício, recomendando a Assembléia Geral Ordinária que também o faça.

São José do Rio Preto, 24 de Fevereiro de 2023.



Carlos Nicolas Denois
Matr. nº 13766



Edmilson Barboza de Mello
Matr. nº 2633



José Paulo Ferreira
Matr. nº 2531

1.8. – Parecer do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Societárias

SEÇÃO VI RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração e Cooperados da:

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras da CERRP em 31 de dezembro de 2021, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 16 de fevereiro de 2022.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 19 de Abril de 2023.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07



GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5

2. – REGULATÓRIAS

2.1. – Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas/Associados,

Apresentamos a seguir, relatório com as principais atividades do exercício de 2022 (encerrado em 31 de dezembro de 2022), em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar, de forma objetiva e transparente, o desempenho da CERRP para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores. Tais informações possibilitam que o leitor conheça um pouco mais sobre a Cooperativa e suas atividades, além de servir de base para realização de um trabalho ainda mais produtivo a ser realizado nos próximos anos.

Carta do Presidente

E findou-se o exercício 2022!

Que ano desafiador!

Libertos da pandemia do COVID-19 e amenizados os efeitos nocivos da guerra europeia, viramos a página para as dificuldades políticas brasileiras no processo eleitoral.

Nossa missão foi trabalhar arduamente para evitar que a CERRP fosse atingidas por essas ondas maléficas.

Nesse encerrar de exercícios, agradecemos a DEUS por ter conseguido.

Assim, apresentamos aos Srs. Associados da CERRP e demais partes relacionadas, um balanço vitorioso, demonstrando solidez de nossa Cooperativa Permissionária para prosseguir na busca de ser a Permissionária que melhor atende o seu associado/consumidor e que mais qualidade oferece em nosso País.

Em um mundo de escuridão, nós escolhemos ser luz, e acreditamos ser possível seguir em frente com esperança de uma vida melhor, afinal, sua energia é a nossa força.

Por fim, agradecemos a DEUS, à Diretoria, aos Conselhos, colaboradores e terceirizados por mais esse exercício bem sucedido!

Nosso muito obrigado!



ODAIR CORNELIANI MILHOSSI
Diretor Presidente
CPF: 018.694.018-16

Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERRP - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos Senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2022, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

Neste exercício, podemos acompanhar e registrar adequadamente a retomada do crescimento, os novos projetos e execução dos mesmos, observando a abertura e finalização de cada Ordem em Curso, o que proporciona à Empresa, a clara demonstração ao Órgão Regulador de que a CERRP segue firme e equilibrada, oferecendo a cada ano mais qualidade e continuidade na distribuição de energia elétrica, e, transparência em sua administração.


Neste contexto, todo o resultado desta Prestação de Contas será enviado, dentro do prazo, para a Aneel, e, disponibilizado através do canal de divulgação da Permissionária, para todos os que desejarem verificar o equilíbrio econômico e financeiro da CERRP, bem como o resultado apresentado aos seus cooperados.

Frisamos, ainda, nosso empenho no cumprimento Regulatório, uma vez que a Aneel tem intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados, foram enviados tempestivamente e aprovados na pré-análise realizada pela Aneel.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal tem implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, REINF, EFD ICMS e IPI, EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos também têm sido enviados dentro do prazo legal.

Diante do acima descrito, e com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Cooperados que na sequência se encontram todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a possibilitar o conhecimento dos resultados e dar todas as condições para V.Sas. traçarem as metas para o novo exercício.

Por fim, agradecemos a DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como a todos os departamentos internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

Carta do Departamento Técnico

No ano de 2022 marcado pelo fim da pandemia, associado às dificuldades externas da guerra europeia, e a crise política eleitoral interna, conseguimos manter a estratégia de alocação eficiente de recursos humanos e financeiros, o que nos possibilitou concluir o ano com indicadores de continuidade entre os melhores do Brasil.

Investimentos na Rede de Distribuição

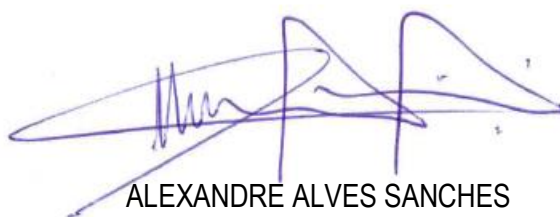
Em 2022 foram investidos 2.163 R\$/mil na rede de distribuição de energia elétrica, sendo 246 R\$/mil em alterações na rede devido solicitações de terceiros, 385 R\$/mil em obras de para atendimento a novas UCs, 493 R\$/mil em equipamentos de medição, 891 R\$/mil na renovação e/ou modernização de redes de distribuição e 147 R\$/mil em substituição de bens danificados.

Qualidade do Fornecimento

No ano de 2022 a CERRP manteve um bom desempenho na continuidade do fornecimento de energia elétrica prestado aos consumidores, em virtude dos investimentos em manutenção e reforço da rede de distribuição, o emprego de materiais de boa qualidade, e, também, ao treinamento do pessoal envolvido na manutenção do sistema elétrico. Cumprimos desta forma, as metas estabelecidas pela ANEEL, que são de 31 horas para o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e 16 interrupções para o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).

Base de Dados Geográfica da Distribuição

A CERRP entregou em novembro de 2022 a Base de Dados Geográfica da Distribuição - BDGD, com data-base 31/12/2021, obtendo o protocolo de validação e envio "BDGD_5385_2021-12-31_V10_20221027-1630". Neste sentido, apresentamos com satisfação os resultados operacionais no presente relatório da Administração e nas Notas Explicativas dos Balanços Regulatório e Societário, compilados por nosso Departamento Contábil.



ALEXANDRE ALVES SANCHES

Engenheiro Eletricista

CREA 5061770410

CPF 294.795.718-03

Cenário

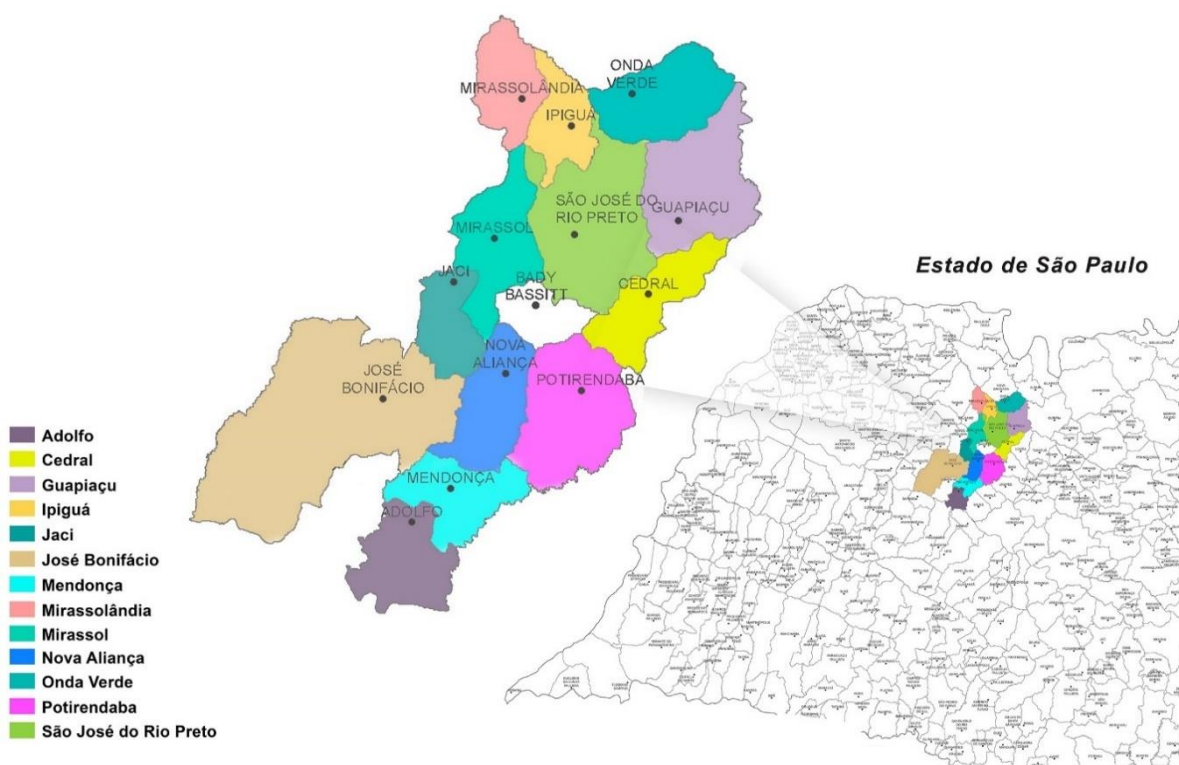
A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto – CERRP atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 47 anos de existência.

Em 2022, com todos os desafios que enfrentamos, usamos de toda a experiência adquirida para enfrentar todas as adversidades, e, levar ao consumidor energia com os melhores indicadores de continuidade e qualidade. Como fruto disto, tivemos um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor Residencial com um aumento de 10,91% com relação a 2021. O consumo do setor Residencial foi representativo, atingindo o patamar de 26,47 GWh (23,87 GWh em 2021). A demanda da classe Residencial representa 34,27% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2022.

Atualmente existe uma grande expectativa para o crescimento elétrico na área de atuação da CERRP, uma vez que a localização geográfica da permissão tem sido favorável e o desenvolvimento urbano na região de atuação muito promissor.

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica.

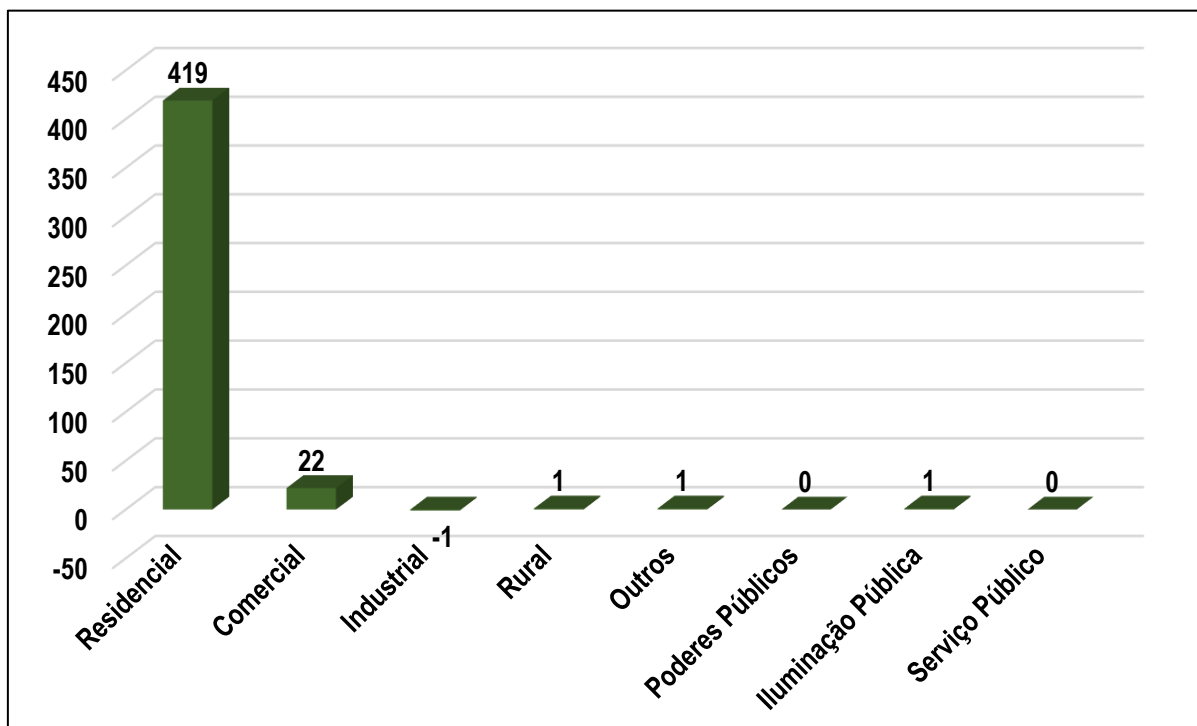
A Outorgada distribui energia elétrica em 13 dos 645 municípios do Estado, o que representa 0,04% dos consumidores do Estado de São Paulo. Atualmente atendemos um Consumidor no município de Nova Aliança com Status de “Consumidor Livre”.



Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano, 442 novas ligações com destaque 419 Residenciais, totalizando 13.781 consumidores atendidos pela CERRP, número 75,81% inferior ao de 2021 com 1.827 ligações realizadas.

Ligação de Consumidores					
	2018	2019	2020	2021	2022
Residencial	1.065	1.345	1.189	1.871	419
Comercial	23	6	51	12	22
Industrial	7	-2	0	-2	-1
Rural	21	11	4	-4	1
Outros	13	6	6	-50	1
Poderes Públicos	0	0	0	1	0
Iluminação Pública	7	1	3	-59	1
Serviço Público	6	5	3	8	0
Total	1.129	1.366	1.250	1.827	442
Variação	28,88%	20,99%	-8,49%	46,16%	-75,81%



Comportamento do mercado

A distribuição de energia pela Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2022 foi de 77,33 GWh (73,68 GWh em 2021).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial e Industrial. A classe Residencial foi a que teve maior crescimento nesse volume de energia, com 10,91%, que se deve à significativa evolução das construções na área da Permissionária, A classe Industrial apresentou aumento de 4,15% no consumo de energia elétrica, porém representando volume menor que o Residencial pela quantidade de consumidores, o que mostra que esse setor mantém as elevadas taxas de crescimento verificadas nos últimos anos. O desempenho deve-se, principalmente, aos novos investimentos no setor, notadamente em prédios residenciais e novos loteamentos. A classe Comercial teve forte impacto dos clientes, que manteve consumo significativo durante todo o ano.

A classe residencial apresentou evolução de 10,91%, refletindo o aumento no nível de emprego no estado, conforme dados publicados pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

A seguir são apresentados resultados do consumo faturado a variação nos últimos períodos:

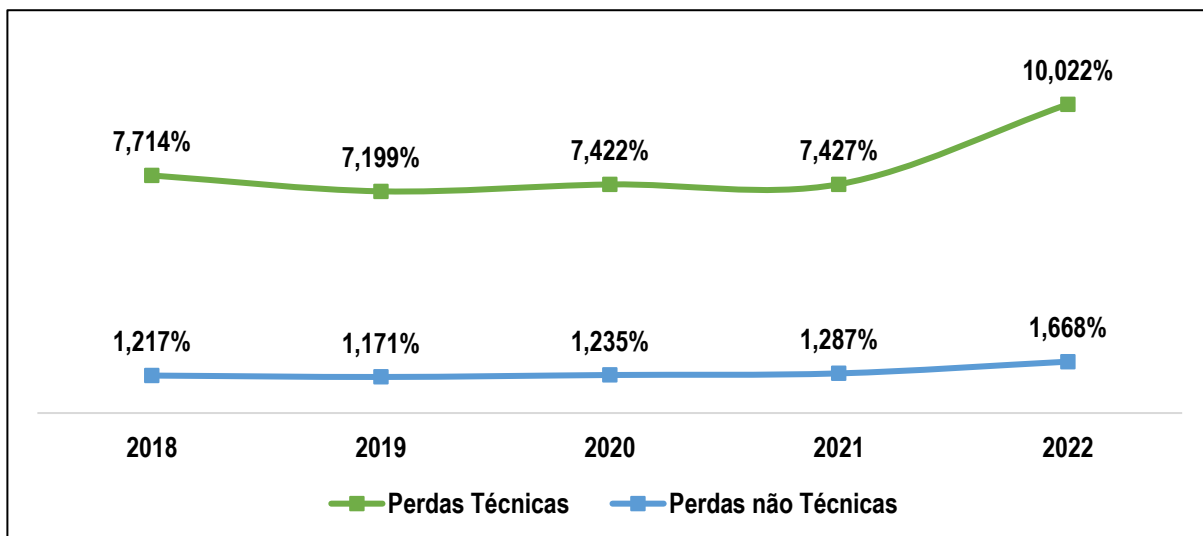
Mercado Atendido					
Mercado Atendido - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Energia Faturada	58,82	66,52	68,12	62,43	64,44
Fornecimento	58,82	66,52	68,12	62,43	64,44
Residencial	15,02	17,74	21,17	23,87	26,47
Comercial	6,54	8,16	8,22	9,69	10,06
Industrial	12,25	14,52	13,84	2,77	1,71
Rural	10,00	10,66	10,48	10,81	10,47
Poderes Públicos	0,18	0,14	0,13	0,12	0,15
Iluminação Pública	3,08	3,40	3,44	3,66	3,92
Serviço Público	11,74	11,89	10,84	11,51	11,65
Suprimento para agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	11,25	12,89
Consumidores Livres/Distribuição/Geração	-	-	-	11,25	12,89
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	58,82	66,52	68,12	73,68	77,33
Variação	6,15%	13,09%	2,41%	8,16%	4,95%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram aumento passando de 8,71%, 2021 para 11,69% em 2022.

Em 2023 continuamos buscando a redução das perdas não técnicas com evolução nas ferramentas tecnológicas e eliminação de perdas eventuais (desvios de energia – popularmente conhecidos como gatos).

Balanco Energético

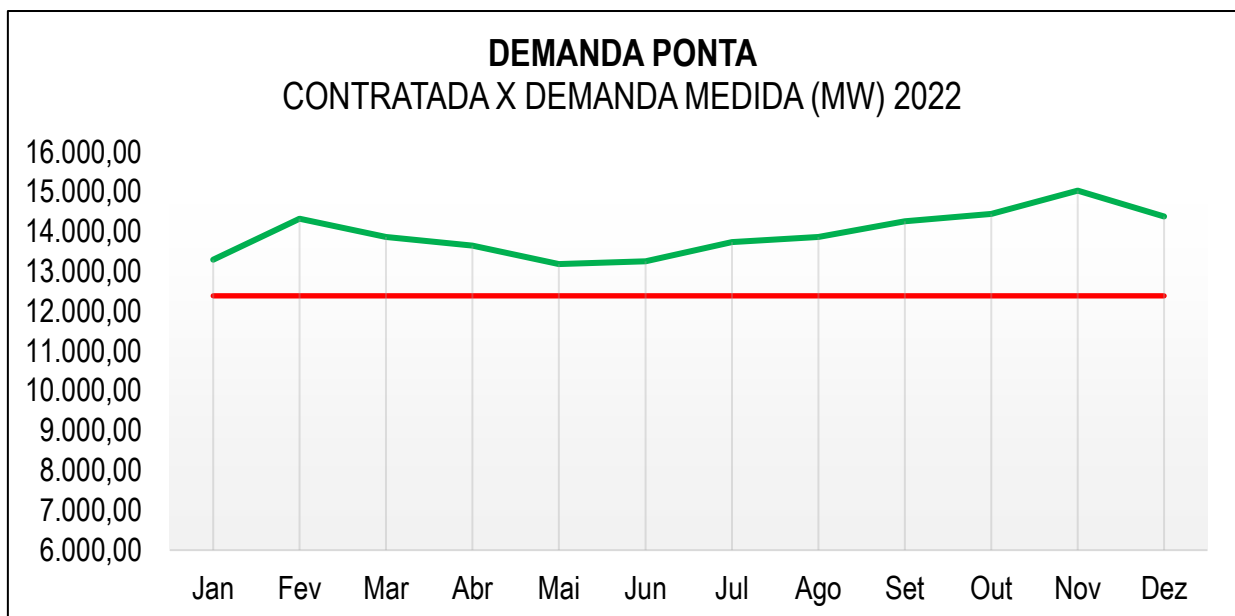
Energia Requerida - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Venda de Energia	58,82	66,52	68,12	73,68	77,33
- Fornecimento	58,82	66,52	68,12	62,43	64,44
- Suprimento para agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres / Distribuição / Geração	-	-	-	11,25	12,89
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	58,82	66,52	68,12	73,68	77,33
Perdas na Rede Básica					
Pernas na Distribuição	5,25	5,57	5,90	6,42	9,04
Perdas Técnicas	4,54	4,79	5,06	5,47	7,75
Perdas não Técnicas - PNT	0,72	0,78	0,84	0,95	1,29
Perdas Totais - PT	5,25	5,57	5,90	6,42	9,04
PNT / Energia Requerida %	1,22%	1,17%	1,24%	1,29%	1,67%
PT / Energia Requerida %	7,71%	7,20%	7,42%	7,43%	10,02%
Perda Total / Energia Requerida %	8,93%	8,37%	8,66%	8,71%	11,69%
Total	64,07	72,08	74,02	80,10	86,37



Nos quadros abaixo demonstramos os dados computados da demanda contratada e da demanda realizada no universo de cinco anos, para os sete pontos de conexão, contribuindo com o processo de contratação anual de energia e eventuais estudos técnicos para a adequação dos volumes contratados ou de conveniência de novas tomadas de energia.

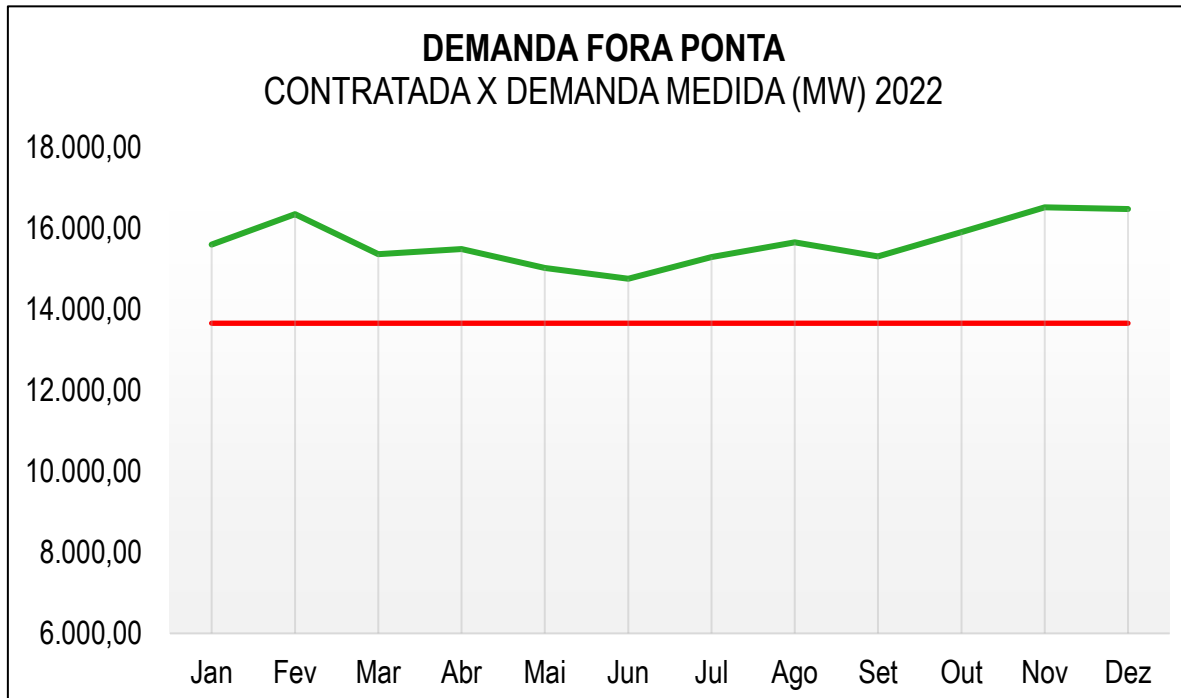
Demanda Ponta (KW)						
Mês	Contratada em 2022 (CPFL e ENERGISA)	Realizada				
		2018	2019	2020	2021	2022
Jan	12.390,00	10.040,15	12.026,16	11.743,36	12.758,40	13.301,16
Fev	12.390,00	10.515,84	11.508,74	11.575,44	12.323,44	14.327,92
Mar	12.390,00	9.429,55	10.951,01	11.739,97	12.951,48	13.866,84
Abr	12.390,00	8.970,69	10.966,36	9.648,52	12.651,80	13.654,76
Mai	12.390,00	9.974,13	10.787,13	11.341,36	12.288,92	13.188,52
Jun	12.390,00	9.258,63	10.556,92	11.451,17	13.519,20	13.260,04
Jul	12.390,00	9.905,57	10.884,04	13.171,65	13.389,72	13.741,84
Ago	12.390,00	10.080,27	10.959,45	12.726,88	12.824,20	13.872,16
Set	12.390,00	10.268,79	11.555,61	13.121,16	14.315,80	14.263,76
Out	12.390,00	10.261,33	11.993,07	13.409,60	12.998,40	14.448,52
Nov	12.390,00	10.823,73	11.716,19	12.805,76	13.281,40	15.033,96
Dez	12.390,00	10.582,89	12.831,48	13.820,76	13.963,52	14.384,24

Maior	10.823,73	12.831,48	13.820,76	14.315,80	15.033,96
Menor	8.970,69	10.556,92	9.648,52	12.288,92	13.188,52

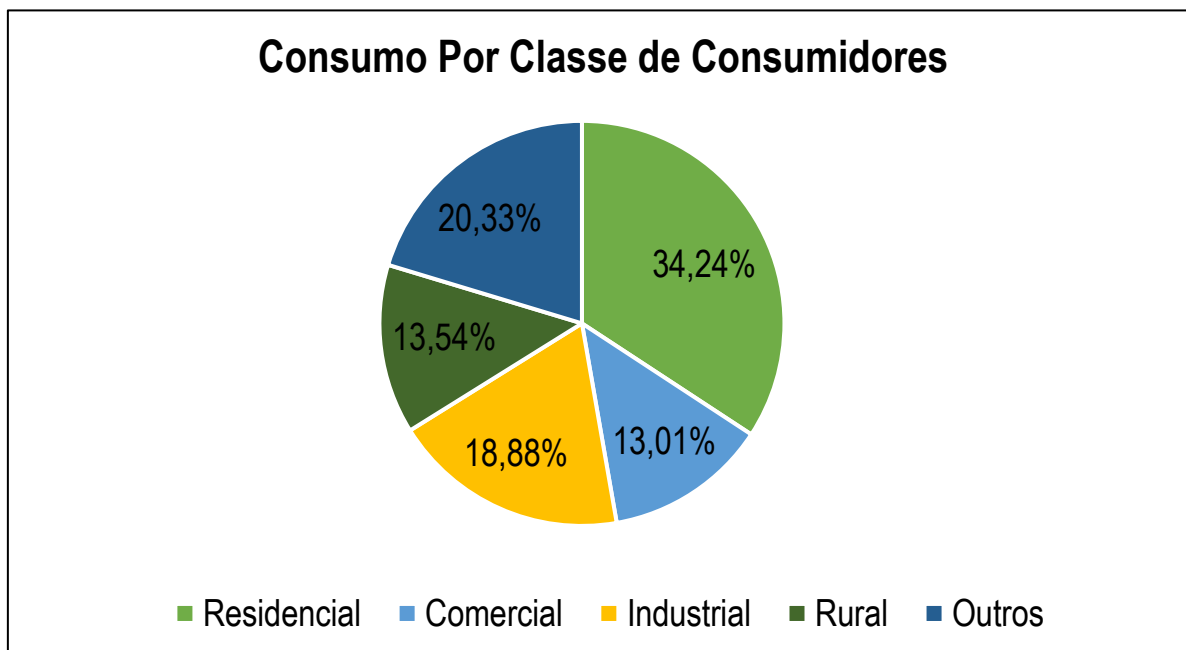


Demanda Fora de Ponta (KW)						
Mês	Contratada em 2022 (CPFL e ENERGISA)	Realizada				
		2018	2019	2020	2021	2022
Jan	13.660,00	11.274,04	13.425,60	13.589,76	15.020,00	15.600,64
Fev	13.660,00	11.530,64	12.911,64	13.597,72	14.550,00	16.356,68
Mar	13.660,00	10.550,77	12.169,73	13.225,20	14.567,00	15.363,36
Abr	13.660,00	11.893,90	12.169,87	13.039,76	14.383,04	15.490,08
Mai	13.660,00	11.911,78	12.033,53	13.068,72	14.462,36	15.021,92
Jun	13.660,00	11.780,44	11.710,91	12.970,55	14.735,48	14.758,92
Jul	13.660,00	10.982,45	11.769,78	14.112,31	14.417,28	15.293,24
Ago	13.660,00	11.058,33	12.335,07	14.089,00	15.014,28	15.657,96
Set	13.660,00	11.594,73	12.645,47	15.511,24	16.315,12	15.309,20
Out	13.660,00	11.678,05	13.630,72	15.920,88	15.455,36	15.911,76
Nov	13.660,00	12.016,13	12.875,20	15.390,60	15.600,04	16.522,64
Dez	13.660,00	11.405,41	13.621,00	15.151,24	15.342,92	16.480,40

Maior	12.016,13	13.630,72	15.920,88	16.315,12	16.522,64
Menor	10.550,77	11.710,91	12.970,55	14.383,04	14.758,92



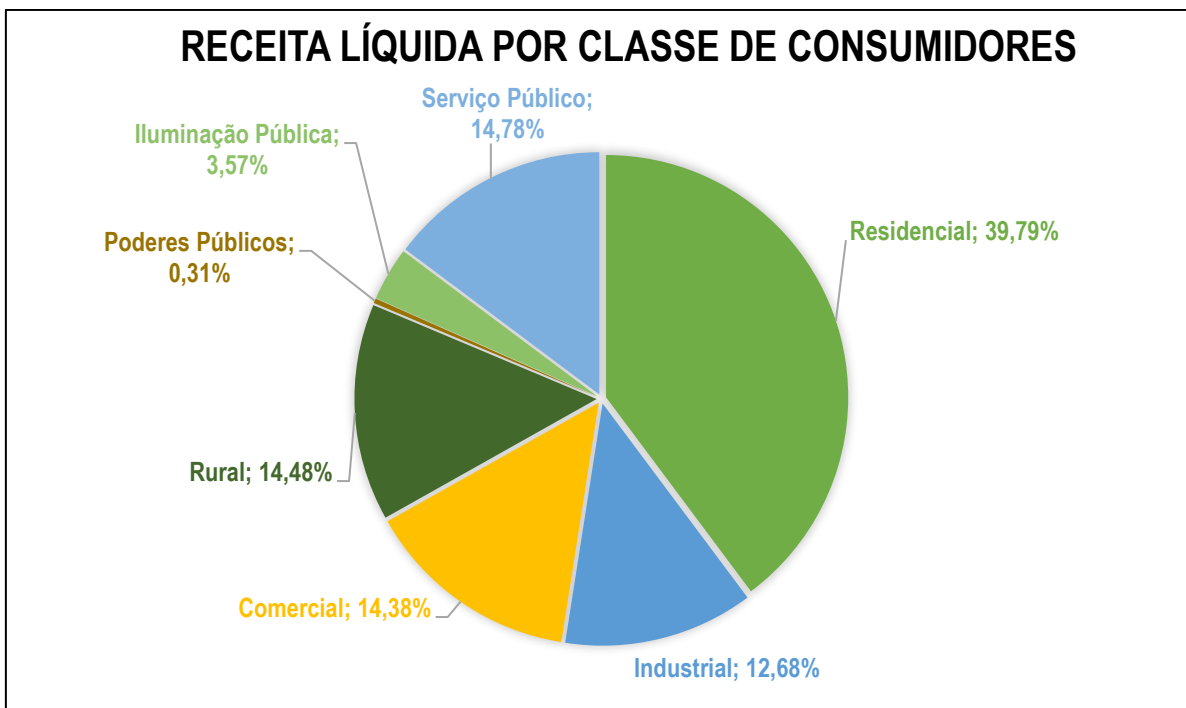
Abaixo o gráfico demonstrando o percentual do consumo por classe no ano de 2022:



Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, importou em R\$ 47.246,65 mil, com expressivo aumento de 13,23%, conforme quadro a seguir:

Classe	2022	2021	%
Residencial	18.799,75	15.548,53	20,91%
Industrial	5.990,39	6.757,01	-11,35%
Comercial	6.795,64	5.905,58	15,07%
Rural	6.843,08	5.956,46	14,88%
Outros	8.817,81	7.559,20	16,65%
Poderes Públicos	148,40	80,23	84,96%
Iluminação Pública	1.687,61	1.419,48	18,89%
Serviço Público	6.981,80	6.059,50	15,22%
Total	47.246,65	41.726,78	13,23%



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2022 apresentou um crescimento de 3,31% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir.

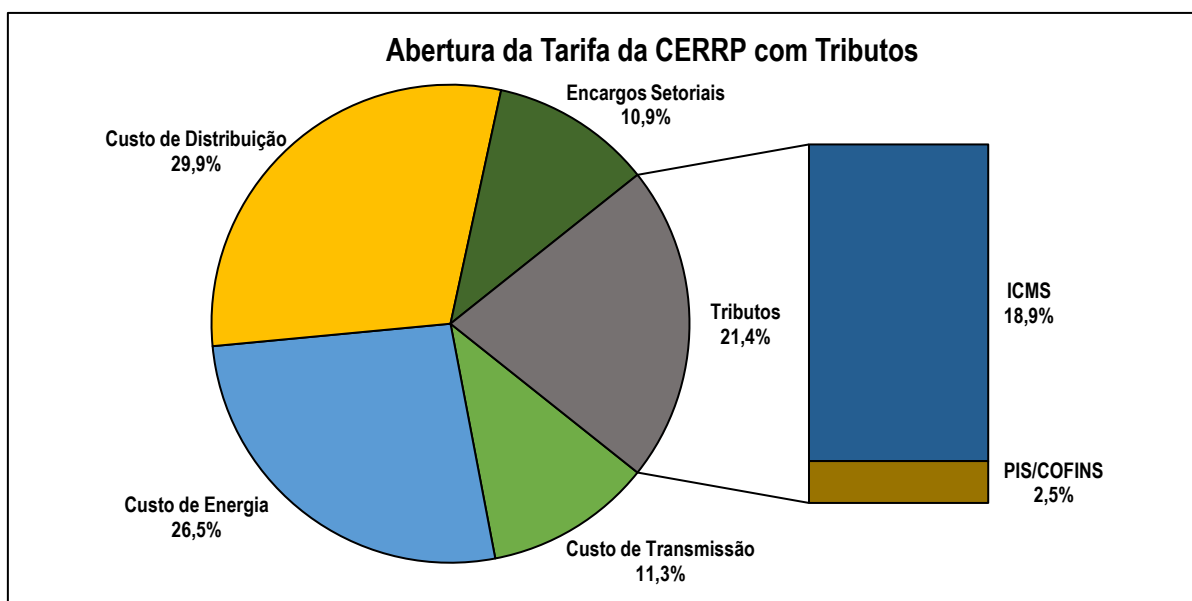
Número de Consumidores			
Classe	2022	2021	Var %
Residencial	12.162	11.743	3,57%
Industrial	26	27	-3,70%
Comercial	509	487	4,52%
Rural	1.016	1.015	0,10%
Outros	68	67	1,49%
Poderes Públicos	2	2	0,00%
Iluminação Pública	16	15	6,67%
Serviço Público	50	50	0,00%
Total	13.781	13.339	3,31%

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2022, atingiu R\$ 610,99/MWh, com aumento de 7,89% com relação a dezembro de 2021. A homologação das tarifas ocorreu pela Resolução Homologatória Aneel nº 3039 de 24/05/2022

Classe	2022			2021			%
	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	
Residencial	18.799,75	26,47	710,11	15.548,53	23,87	651,38	9,02%
Industrial	5.990,39	14,60	410,27	6.757,01	14,02	481,96	-14,87%
Comercial	6.795,64	10,06	675,23	5.905,58	9,69	609,45	10,79%
Rural	6.843,08	10,47	653,79	5.956,46	10,81	551,01	18,65%
Poderes Públicos	148,40	0,15	969,42	80,23	0,12	668,59	44,99%
Iluminação Pública	1.687,61	3,92	430,15	1.419,48	3,66	387,84	10,91%
Serviço Público	6.981,80	11,65	599,54	6.059,50	11,51	526,45	13,88%
Total	47.246,65	77,33	610,99	41.726,78	73,68	566,32	7,89%

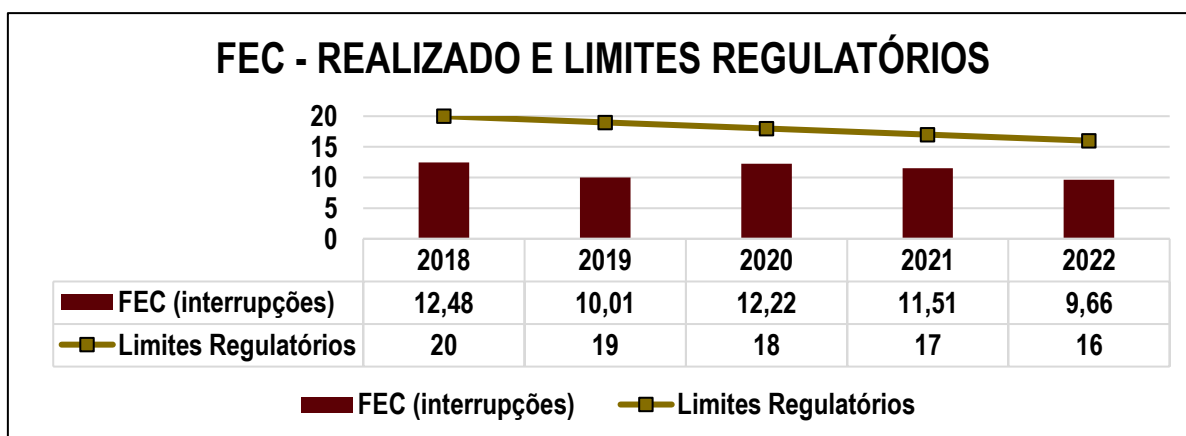
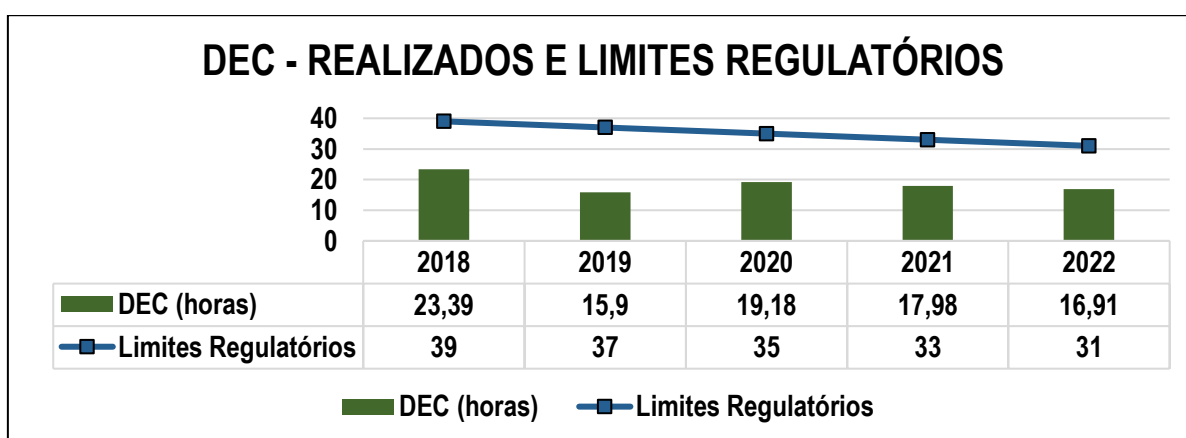
Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo (R\$/kWh)			
Tarifas Brutas	2022	2021	%
0 - 30 KWh	0,23265	0,21390	1,88%
31 - 100 KWh	0,39884	0,36669	3,22%
101 - 220 KWh	0,59826	0,55004	4,82%
221 acima KWh	0,66474	0,61116	5,36%



Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são: o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Qualidade do Fornecimento (Indicadores DEC e FEC)		
Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)
2018	23,39	12,48
2019	15,90	10,01
2020	19,18	12,22
2021	17,98	11,51
2022	16,91	9,66



Em 2022 o DEC registrou o índice de 16,91 mantendo abaixo do índice determinado pela Aneel que é de 31,00 e o FEC 9,66 mantendo também abaixo do índice determinado pela Aneel que é de 16,00.

Considerando o crescimento do número de consumidores e a ocorrência de temporais, a CERRP manteve a qualidade e continuidade do fornecimento de energia a seus consumidores, bem abaixo das metas estabelecidas pela Aneel.

Atendimento ao consumidor

Dando sequência ao processo de melhoria e modernização no atendimento ao consumidor, neste exercício de 2022, além do término da reforma de nossa sede administrativa, com foco no conforto ao consumidor, a Diretoria iniciou a construção de nosso escritório regional na Cidade de Mendonça – SP. Naquela localidade, quando concluída a construção, teremos Almoarifado, instalações do plantão e, principalmente, atendimento presencial com o mesmo conforto e disponibilidades da sede de São José do Rio Preto. Pretendemos inaugura-lo em meados de 2023, trazendo a modernidade e rápido atendimento que nosso consumidor merece.

Tecnologia da informação

Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CERRP continua aperfeiçoando o sistema comercial e de gestão interna, contando com banco de dados e novas ferramentas de trabalho, mais seguras e eficazes. Além da bem sucedida implantação de equipamentos mais modernos, foi implementado o sistema de comunicação com os equipamentos religadores automatizados, conectados 24 horas por dia com o Centro de Operação, manobrados remotamente, o que, garante um menor tempo de atendimento a ocorrências e às faltas de energia. Além disso, nesse exercício, houve a modernização do servidor, com aquisição de novos processadores, os quais trouxeram significativa melhora de velocidade de processamento.

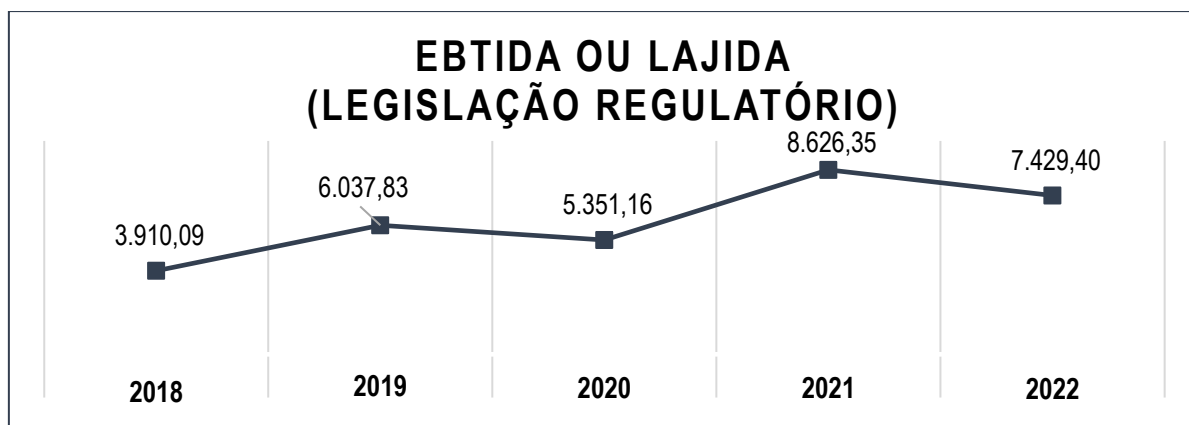
Por fim, implementamos um novo sistema de segurança e monitoramento, visando garantir melhor controle e segurança para nossos colaboradores, consumidores e patrimônio.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2022, os lucros líquidos foram de R\$ 3.576,64 mil, contra R\$ 3.078,43 mil em 2021, um aumento de 16,18%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 48.860,42 mil, enquanto em 2021 situou-se em R\$ 43.073,08 mil. Esse aumento de 13,44 % resulta da evolução nas vendas para consumidores finais.

As despesas operacionais totalizaram em 2022 R\$ 46.652,72 mil, 15,12% superiores em relação à 2021, destacando-se os custos com: Energia elétrica comprada para revenda que tiveram um crescimento de 18,31% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 6,08% contra 5,54% em 2021.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi alterado no ano 2022 conforme atualização da metodologia de cálculo que foi de R\$ 7.429,40 mil, 13,88% menor que em 2021, que foi de R\$ 8.626,35 mil, conforme involução abaixo:



Investimentos

Em 2022, os investimentos da Permissionária, importaram em R\$ 2.163 mil, 135,40% inferiores em relação à 2021, dos quais R\$ 2.163 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 22.577 mil.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais				R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2022				
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
AIS Bruto ¹	2.641	2.344	5.091	2.163	5.401	4.289	4.447	4.273	4.167
Transformador de Distribuição	671,6	612,4	1957	643,2	732,55	798,14	802,59	806,89	853,37
Medidor	418,3	356,4	634	493,3	497,66	557,66	515,89	517,64	612,67
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	238,4	264,3	530	281,5	435,22	583,77	623,52	632,87	655,26
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.238	1.111	1.656	744,8	1.515,74	1.830,55	1.793,57	1.536,67	1.536,67
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	74,88	0	314	0	2.220,20	518,59	711,10	779,37	508,89
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros					n.c.	n.c.	n.c.		
Originadas da Receita					n.c.	n.c.	n.c.		
Ultrapassagem de demanda					n.c.	n.c.	n.c.		
Excedente de reativos					n.c.	n.c.	n.c.		

Diferença das perdas regulatórias	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

R\$ Mil	2023P	2024P	2025P	2026P	2027P
Plano de Investimentos 2022	5.401	4.289	4.447	4.273	4.167

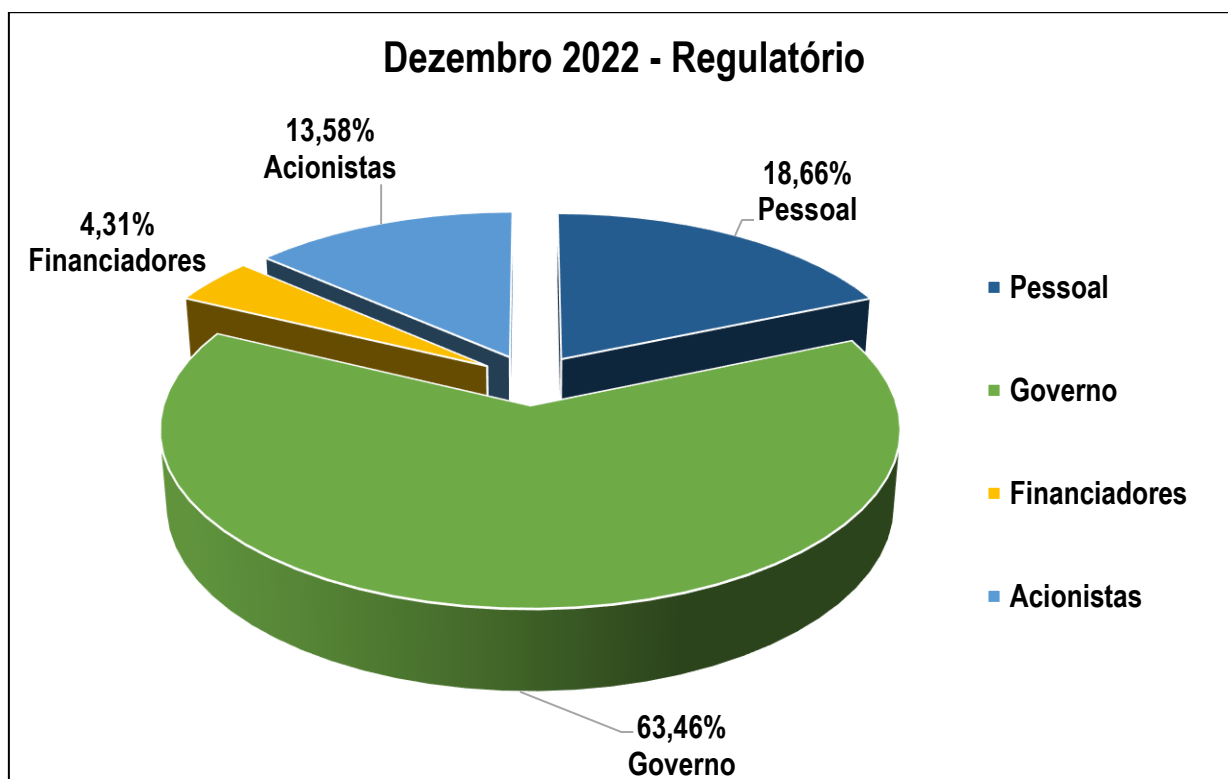
R\$ Mil	2023P	2024P	2025P	2026P	2027P
Plano de Investimentos 2021	3.485	3.289	2.877	3.273	3.273

Diferença	54,98%	30,40%	54,57%	30,55%	27,31%
------------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Obs: As diferenças apontadas nos Planos de Investimentos elaborados em 2021 e 2022 são devido à alteração de preço médio e inflação do período.

Valor adicionado regulatório

Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 24.293,15 mil, representando 37,96% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa, seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria dos serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social, constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de 60% para Reserva Legal e 5% de FATES e conforme Estatuto Social é destinado também 10% para Reserva de Desenvolvimento.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 1.178,51 mil, composto por 1.178.510 mil quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a acionistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou pelos telefones da empresa.

Gestão

Administração:

Durante o ano de 2022, a Permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Essas medidas que atendem às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel –, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve, em grande parte, à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais e econômicas.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Neste sentido, vale lembrar que atuamos num Setor totalmente Regulado, cujo órgão regulador, a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, regulamenta e fiscaliza mensal, trimestral e anualmente todas as informações técnicas, comerciais, e, no caso do presente balanço, de forma ampla, o resultado econômico e financeiro da CERRP.

Para melhor conhecimento de todos, destacamos de forma resumida no quadro abaixo, o DRE SOCIETÁRIO RESUMIDO, conforme segue:

Demonstração do Resultado do Exercício Simplificado

Operações em continuidade	Regulatório	
	2022	2021
Receita / Ingresso	63.997,45	61.614,56
Tributos	(9.758,16)	(10.127,39)
Encargos - Parcela "A"	(5.378,87)	(8.414,09)
Receita líquida / Ingresso líquido	48.860,42	43.073,08
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(33.123,57)	(27.997,18)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	15.736,86	15.075,90
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(13.749,82)	(12.674,26)
Resultado da Atividade	1.987,04	2.401,65
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	2.052,96	912,04
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	4.040,00	3.313,68
Despesa com impostos sobre os lucros	(463,36)	(235,25)
Resultado líquido das operações em continuidade	3.576,64	3.078,43
Operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-

Gestão pela qualidade total

Esta Permissionária prioriza o cumprimento da Regulação, dando ênfase aos direitos da energia elétrica para todos seus consumidores, respeitando a isonomia de tratamento. A CERRP faz planejamentos de curto, médio e longo prazo, objetivando uma Empresa organizada, resultando em clientes satisfeitos.

Quinzenalmente são realizadas, nas dependências da CERRP, reuniões entre a administração e demais setores da Empresa, para que o funcionário que participa de algum evento possa compartilhar com os demais suas novas experiências.

A CERRP também preza pela manutenção da Certificação de Indicadores e processos, em cumprimento à legislação setorial, assegurando alta confiabilidade na apuração de seus indicadores técnicos e comerciais.

Também mantém intenso trabalho de atualização dos processos técnicos e operacionais, obedecendo os critérios das normas ISO 9001:2015 e 10.002:2005, sempre melhorando o sistema de Gestão da Qualidade.

Recursos humanos

Em 2022, mantivemos os treinamentos essenciais, para todas as áreas. Realizamos um processo de melhoria de atuação dos gestores, os capacitando à identificar suas estruturas deficientes e conseqüentemente a melhoria da performance deficitária através de planos de ação. Buscando nos

gestores identificar o aprendizado nas ações práticas com seus colaboradores trazendo assim maior desempenho para toda a equipes laboral.

Responsabilidade social

Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números

Atendimento	2022	2021	%
Número de consumidores	13.781	13.339	3,31%
Número de empregados	53	49	8,16%
Número de consumidores por empregado	260	272	-4,41%
Número de localidades atendidas	12	12	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	664	664	0,00%
Geração própria (GWh)	0,00	0,00	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	16,52	16,32	1,23%
Distribuição direta (GWh)	0,00	0,00	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.106,84	2.032,90	3,64%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	610,99	566,32	7,89%
Total (exceto curto prazo)	0,00	0,00	0,00%
Residencial	710,11	651,38	9,02%
Comercial	675,23	609,45	10,79%
Industrial	410,27	481,96	-14,87%
Rural	653,79	551,01	18,65%
Suprimento	0,00	0,00	0,00%
DEC (horas)	16,91	17,98	-5,95%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	27,89	25,95	7,48%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	24,66	23,49	4,98%
FEC (número de interrupções)	9,66	11,51	-16,07%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	5,37	6,90	-22,18%


Operacionais			
Número de usinas em operação	0,00	0,00	0,00%
Número de subestações	0,00	0,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	881,04	877,18	0,44%
Capacidade instalada (MW)	56,40	57,29	-1,56%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	63.997,45	61.614,56	3,87%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	48.860,42	43.073,09	13,44%
Margem operacional do serviço líquida (%)	30,98%	43,05%	-28,03%
EBITDA OU LAJIDA	7.429,40	8.626,35	-13,88%
Lucro líquido (R\$ mil)	R\$ 3.576,64	R\$ 3.078,43	16,18%
Lucro líquido por mil cotas	329,50	402,63	-18,16%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	R\$ 58.784,43	R\$ 55.591,05	5,74%
Valor patrimonial por mil cotas	49,88	44,85	11,22%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	6,08%	5,54%	9,75%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	37,12%	37,71%	-1,56%
Em moeda nacional (%)	37,12%	37,71%	-1,56%
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00%
Ativos Regulatórios	1.475,12	1.513,61	-2,54%
Passivos Regulatórios	1.196,04	318,96	274,99%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	4,41	4,21	4,75%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1.532,57	1.608,57	-4,72%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	5,89	5,91	-0,34%
Retorno de ativos por unidade	3,96%	4,80%	-17,50%

***Ativos e Passivos Regulatórios tem a garantia real órgão Regulador de transformação em caixa no final da concessão**


Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Cooperativa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CERRP.


São José do Rio Preto, 14 de abril de 2023



ODAIR CORNELIANI MILHOSSI
Diretor Presidente
CPF: 018.694.018-16



NIVALDO APARECIDO CANGINI
Gerente
CPF: 038.710.698-76



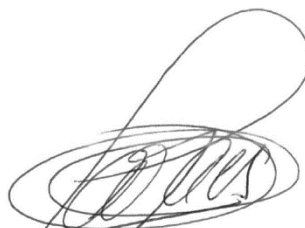
LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

2.2. – Balanço Patrimonial – BPREG

Ativos	Consolidado	
	2022	2021
Ativo Circulante	29.897,99	26.041,63
Caixa e equivalentes de caixa	16.438,16	12.980,11
Consumidores	7.875,86	7.803,62
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	37,22	-
Tributos compensáveis	403,54	376,26
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	803,72	666,99
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	1.475,12	1.513,61
Despesas pagas antecipadamente	121,96	81,40
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	2.742,42	2.619,64
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	50.705,66	50.512,73
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	468,31	475,96
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	36,54	30,91
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	72,58	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	50.084,13	49.994,55
Intangível	44,10	11,32
Total do ativo	80.603,66	76.554,36

Passivo	2022	2021
Passivo Circulante	9.319,71	8.563,50
Fornecedores	4.331,72	3.620,12
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	559,97	482,99
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	853,42	1.237,76
Provisão para litígios	-	125,48
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	524,04	1.790,15
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	1.196,04	318,96
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	131,76	69,30
Outros passivos circulantes	1.722,75	918,75
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	12.499,51	12.399,81
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	299,17	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	38,00	36,53
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	12.162,34	12.363,28
Total do passivo	21.819,22	20.963,31

Patrimônio líquido	58.784,43	55.591,05
Capital social	1.178,51	1.239,44
Reservas de capital	(1.263,57)	(1.294,24)
Outros resultados abrangentes	19.458,87	21.050,32
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	36.856,82	32.298,27
Sobras à disposição da Assembleia	2.553,80	2.297,25
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	58.784,43	55.591,05
Total do passivo e do patrimônio líquido	80.603,66	76.554,36



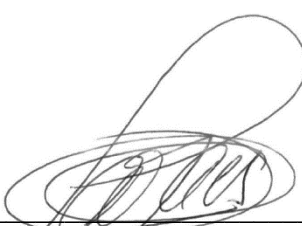
LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

2.3. – Demonstração do Resultado do Exercício – DREREG

	Consolidado	
Operações em continuidade	2022	2021
Receita / Ingresso	63.997,45	61.614,56
Fornecimento de energia elétrica	24.502,15	25.885,24
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	33.011,26	27.611,81
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	31,65	(54,22)
Serviços cobráveis	305,93	228,65
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	8.435,76	7.715,83
Outras receitas	(2.289,30)	227,26
Tributos	(9.758,16)	(10.127,39)
ICMS	(8.598,46)	(8.773,36)
PIS-PASEP	(206,57)	(241,12)
Cofins	(953,13)	(1.112,90)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(5.378,87)	(8.414,09)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(5.283,75)	(3.851,75)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(95,13)	(78,85)
Outros encargos	-	(4.483,48)
Receita líquida / Ingresso líquido	48.860,42	43.073,08
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(33.123,57)	(27.997,18)
Energia elétrica comprada para revenda	(33.123,57)	(27.997,18)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-


Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	15.736,86	15.075,90
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(13.749,82)	(12.674,26)
Pessoal e administradores	(6.922,24)	(5.839,93)
Material	(923,77)	(1.064,13)
Serviços de terceiros	(2.069,89)	(1.689,74)
Arrendamento e aluguéis	(1.135,69)	(1.030,83)
Seguros	(92,99)	(75,94)
Doações, contribuições e subvenções	(59,21)	(50,78)
Provisões	150,50	(377,90)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	124,50	118,46
Tributos	(97,64)	(71,33)
Depreciação e amortização	(2.144,35)	(2.095,61)
Gastos diversos	(358,35)	(351,83)
Outras Receitas Operacionais	399,90	377,04
Outras Despesas Operacionais	(620,56)	(521,74)
Resultado da Atividade	1.987,04	2.401,65
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	2.052,96	912,04
Despesas financeiras	(24,20)	(5,70)
Receitas financeiras	2.077,16	917,74
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	4.040,00	3.313,68
Despesa com impostos sobre os lucros	(463,36)	(235,25)
Resultado líquido das operações em continuidade	3.576,64	3.078,43
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-

Lucro por ação	3,03	2,48
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	3,03	2,48
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53


Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício		
	Consolidado	
	2022	2021
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-


LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

2.4. – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido – DMPLREG

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (preju�zos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposi�o da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.238,04	(1.333,84)	22.634,53	-	-	27.788,91	2.467,98	-	52.795,62
Remunera�o das imobiliza�es em curso									-
Aumento de capital social	1,40								1,40
Realiza�o de reservas									-
Reserva de Reavalia�o			1.114,47						1.114,47
Destina�es									-
Lucro L�quido (preju�zo) do exerc�cio					388,42				388,42
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS		39,61	(2.698,67)				(39,61)		(2.698,67)
Destina�o proposta � A.G.O.:							3.989,80		3.989,80
Reserva legal						3.522,45	(3.522,45)		0,00
FATES					(388,42)	587,91	(199,49)		-
Reserva de Lucro									-
Juros sobre o capital pr�prio									-
Dividendo									-
Reserva para Equaliza�o									-
Reserva de Desenvolvimento						398,98	(398,98)		-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.239,44	(1.294,23)	21.050,33	-	-	32.298,26	2.297,25	-	55.591,05
Remunera�o das imobiliza�es em curso									-
Aumento de capital social	(60,93)								(60,93)
Realiza�o de reservas									-
Reserva de Reavalia�o			1.092,22						1.092,23


Destinações									-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					1.055,86				1.055,86
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS		30,66	(2.683,68)				(30,66)		(2.683,68)
Destinação proposta à A.G.O.:							4.127,11		4.127,11
Reserva legal						3.271,40	(3.271,40)		-
FATES					(1.055,86)	908,16	(189,50)		(337,19)
Reserva de Lucro									-
Juros sobre o capital próprio									-
Dividendo									-
Reserva para Equalização									-
Reserva de Desenvolvimento						378,99	(378,99)		-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.178,51	(1.263,57)	19.458,87	-	-	36.856,82	2.553,80	-	58.784,43


 LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
 Contador - CRC 1SP-240473/O-2
 CPF: 705.333.348-53

2.5. – Demonstração do Fluxo de Caixa – DFCREG

	Consolidado	
	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.168,19	4.622,41
Fornecimento de Energia	55.302,74	49.946,58
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	9.028,68	7.795,11
Outros Recebimentos Operacionais	329,86	149,58
Fornecedores - Materiais e Serviços	(5.627,10)	(5.745,05)
Fornecedores - Energia Elétrica	(29.803,57)	(26.831,20)
Salários e Encargos Sociais	(3.967,91)	(3.506,07)
Tributos sobre a Receita - Federais	(2.938,51)	(3.153,18)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(6.921,40)	(5.654,83)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(218,51)	(256,84)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(8.745,80)	(7.140,75)
Outras Despesas Operacionais	(1.270,30)	(980,94)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.710,14)	(3.575,91)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(3.174,97)	(3.972,50)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	1.464,83	396,58
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	3.458,05	1.046,50

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.458,05	1.046,50
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.458,05	1.046,50
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.458,05	1.046,50
No início do exercício	12.980,11	11.933,61
No fim do exercício	16.438,16	12.980,11



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

2.6. – Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Cooperativa e suas controladas e controladoras em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a Aneel tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos.

Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou

consoma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela Aneel.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela Aneel, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 22 a 32, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Imobilizado em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2 de maio de 2014 e atualizado conforme aprovação da Aneel em 2017. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e
- d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização deste Intangível, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº15.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela Aneel.

Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Existe somente um consumidor de água, esgoto que isoladamente representa mais de 10% do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2022	Total 2021
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	6.119,00	-	940,21	26,82	44,05	514,46	(288,34)	227,74	-	-	-	(14,58)	7.569,35	7.579,99
Residencial	1.942,29	-	758,98	18,63	28,30	139,76	(186,69)	166,52	-	-	-	(8,39)	2.859,41	2.857,49
Industrial	376,09	-	11,66	7,38	-	298,75	-	1,47	-	-	-	-	695,36	411,99
Comercial	772,79	-	92,93	0,66	15,39	67,51	(82,90)	50,79	-	-	-	(6,20)	910,96	1.001,71
Rural	509,40	-	70,77	0,15	0,35	8,45	(8,45)	8,96	-	-	-	-	589,63	612,36
Poderes Públicos	13,64	-	5,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19,50	11,65
Iluminação Pública	189,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	189,10	224,32
Serviço Público	811,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	811,66	828,48
Serviço Taxado	48,82	-	-	-	-	-	(10,30)	-	-	-	-	-	38,52	20,24
Fornecimento Não Faturado	1.455,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.455,21	1.611,74
(-) Arrecadação Processo Classif	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	6.119,00	-	940,21	26,82	44,05	514,46	(288,34)	227,74	-	-	-	(14,58)	7.569,35	7.579,99

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - (a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - (b) Consumidores comerciais vencidos há mais 180 dias; e
 - (c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	67.898,41	2.719,99	(488,01)	-	(707,27)	69.423,12	2.231,98	(24.766,27)	44.656,85	45.194,80	-	-	-
Terrenos	143,44	-	-	-	-	143,44	-	-	143,44	143,44	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	66.557,52	2.306,33	(475,18)	-	(707,27)	67.681,40	1.831,15	(23.860,75)	43.820,65	44.654,90	-	-	-
Veículos	1.069,55	413,66	(11,21)	-	-	1.472,00	402,45	(867,11)	604,89	300,01	-	-	-
Móveis e utensílios	127,91	-	(1,62)	-	-	126,29	(1,62)	(38,41)	87,88	96,45	-	-	-
Administração	545,17	50,61	(3,27)	-	-	592,51	47,34	(220,47)	372,04	370,40	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	252,28	50,61	(2,67)	-	-	300,22	47,94	(128,39)	171,83	140,71	-	-	-
Veículos	151,84	-	-	-	-	151,84	-	(27,12)	124,72	146,42	-	-	-
Móveis e utensílios	141,05	-	(0,60)	-	-	140,45	(0,60)	(64,96)	75,49	83,28	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	68.443,58	2.770,60	(491,28)	-	(707,27)	70.015,63	2.279,32	(24.986,74)	45.028,89	45.565,20	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	4.429,35	2.831,11	-	(2.205,24)	-	5.055,22	625,87	-	5.055,22	4.429,35	-	-	-
Máquinas e equipamentos	179,48	2.725,80	-	(2.306,33)	-	598,95	419,47	-	598,95	179,48	-	-	-
Outros	4.249,87	105,31	-	101,09	-	4.456,27	206,40	-	4.456,27	4.249,87	-	-	-
Administração	-	50,61	-	(50,61)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	50,61	-	(50,61)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	4.429,35	2.881,72	-	(2.255,85)	-	5.055,22	625,87	-	5.055,22	4.429,35	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	72.872,93	5.652,32	(491,28)	(2.255,85)	(707,27)	75.070,85	2.905,19	(24.986,74)	50.084,11	49.994,54	-	-	-

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	201,29	-	-	-	-	201,29	-	(196,80)	4,49	6,48
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	201,29	-	-	-	-	201,29	-	(196,80)	4,49	6,48
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	163,08	35,97	-	-	-	199,05	35,97	(159,44)	39,61	4,84
Softw ares	-	35,97	-	-	-	35,97	35,97	(1,20)	34,77	-
Outros	163,08	-	-	-	-	163,08	-	(158,24)	4,84	4,84
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	364,36	35,97	-	-	-	400,33	35,97	(356,24)	44,09	11,32
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	364,36	35,97	-	-	-	400,33	35,97	(356,24)	44,09	11,32

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	66.557,52	2.306,33	(475,18)	-	(707,27)	67.681,40	1.831,15
Transformador de Distribuição	16.150,21	440,15	(96,74)	-	(185,94)	16.307,68	343,41
Medidor	3.161,67	374,23	(160,37)	-	(12,45)	3.363,08	213,86
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	10.079,68	507,87	(46,28)	-	(64,43)	10.476,84	461,59
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	37.165,96	984,08	(171,79)	-	(444,45)	37.533,80	812,29
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-

Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2022				2021
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-

Distribuição	7,27%	69.423,12	(24.766,27)	44.656,85	45.194,80
Custo histórico	3,34%	35.204,52	(10.006,54)	25.197,98	24.144,47
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	3,93%	34.218,60	(14.759,73)	19.458,87	21.050,32
Administração	4,54%	592,51	(220,47)	372,04	370,40
Custo histórico	4,54%	592,51	(220,47)	372,04	370,40
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	5.055,23	-	5.055,23	4.429,35
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	5.055,23	-	5.055,23	4.429,35
Administração	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.132,98	26,07	169,42	-	-	28,47	2.356,94
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	413,66	-	-	-	-	-	413,66
Total das Adições	2.546,64	26,07	169,42	-	-	28,47	2.770,60

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Aneel no 674 de 2015, são as seguintes:

Distribuição

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35

Administração Central

Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com nosso Contrato de Concessão (Permissão) para o Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, que está harmonizado com os extintos artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 (atualizado e revogado pelo Decreto No. 10.810/21), os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - CAM MARCA VOLSWAGEN MODELO 9.170 DRC 4 X 2 CHASSI N. 9535H5T	413,66
2 - SERVIDOR DELL POWEREDGE R640	77,33
3 - COMPENSADOR DINÂMICO REATIVO 300 KVAR	63,98
4 - COMPENSADOR DINÂMICO REATIVO 300 KVAR	63,98
5 - COMPENSADOR DINÂMICO REATIVO 300 KVAR	63,98
6 - CHAVE RELIGADORA 15 KV	36,91
7 - CHAVE RELIGADORA 15 KV	34,11
8 - POSTE CIRCULAR CONCRETO 12M 400DAN DIS	29,37
9 - POSTE CIRCULAR CONCRETO 12M 600DAN DIS	27,83
10 - POSTE DUPLO T CONCRETO 11M 400DAN LT	25,90

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - CHAVE RELIGADORA 15 KV	36,79
2 - RELIGADOR, CLASSE 15 KV, CORRENTE NOMINAL 630 A, TRIFÁSICO, TIPO DE CONTROLE AUTOMÁTICO, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO 16 KA	17,72
3 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, POTÊNCIA 112,5 KVA, TRIFÁSICO, TIPO DE PROTEÇÃO CONVENCIONAL	9,81
4 - MEDIDOR ELETRÔNICO DE ENERGIA BIFÁSICO	9,58
5 - MOTOCICLETA NXR 160 BROS MARCA HONDA, FAB/MOD 2017/2017, PRETA, GASOLINA, CHASSIS N. 9C2KD1000HR024585	8,96
6 - MEDIDOR ELETRÔNICO DE ENERGIA BIFÁSICO	7,78
7 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, POTÊNCIA 75 KVA, TRIFÁSICO, TIPO DE PROTEÇÃO CONVENCIONAL	6,58
8 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, POTÊNCIA 45 KVA, TRIFÁSICO, TIPO DE PROTEÇÃO CONVENCIONAL	6,51
9 - CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLEX, ISOLADO XLPE, BITOLA 3x1x120MM ² +70MM ² , TRIFÁSICO	6,33
10 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, POTÊNCIA 45 KVA, TRIFÁSICO, TIPO DE PROTEÇÃO CONVENCIONAL	5,85

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERRP não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2022.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

l) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social. Neste sentido, concedemos os descontos previstos no programa governamental para Residenciais Baixa Renda, bem como descontos aos consumidores Rurais.

II) Quota parte de energia nuclear

A CERRP, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

III) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

IV) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a Aneel deverá considerar até 110% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução Aneel nº 255, de 6 de março de 2007.

V) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Não tivemos diferimento de reajustes tarifários em nossa Permissionária nos exercícios de 2021 e 2022.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.513,62	3.075,51	(1.356,58)	0,47	(1.757,89)	1.475,13	402,21	1.072,92	1.475,13	-
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	58,71	110,62	-	0,47	(58,72)	111,08	-	111,08	111,08	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.454,90	2.964,89	(1.356,58)		(1.699,17)	1.364,04	402,21	961,83	1.364,04	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.513,62	3.075,51	(1.356,58)	0,47	(1.757,89)	1.475,13	402,21	1.072,92	1.475,13	-
Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	318,96	6.212,74	(7.034,35)	1,86	1.696,84	1.196,05	83,55	567,81	1.196,05	-
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	172,82	479,72	(261,31)	1,86	(198,16)	194,93	83,55	111,38	194,93	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	542,60	542,60	-	-	542,60	-
	-	5.144,49	(6.590,74)	-	1.448,34	2,09	-	-	2,09	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	146,14	588,53	(182,30)	-	(95,94)	456,43	-	456,43	456,43	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	318,96	6.212,74	(7.034,35)	1,86	1.696,84	1.196,05	83,55	567,81	1.196,05	-

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil														Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo									
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Ppto. Juros	Frequência Ppto. Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	2023	2024	2025	2026	2027	2028 +	Total	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa Econ. Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil																
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pcto. Juros	Frequência Pcto. Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Total
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final de Caixa - Conta 1101	-	16.438,16	-	16.438,16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Credicitrus	-	-	36,53	36,53	Sim	-	N.A.	Não há	0	31/01/2023	N.A.	31/01/2023	31/01/2023	N.A.	Outro, especific. no cronograma	-
União	-	-	0,01	0,01	Sim	-	N.A.	Não há	0	31/01/2023	N.A.	31/01/2023	31/01/2023	N.A.	Outro, especific. no cronograma	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Inicio	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2022	Total 2021
Dívida Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	0,00	16.438,16	36,54	16.474,70	13.011,02
Alta Liquidez	-	16.438,16	-	16.438,16	12.980,11
Demais Aplicações Financeiras	-	-	36,54	36,54	30,91
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	0,00	16.438,16	36,54	16.474,70	13.011,02

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERRP não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2022 e 2021.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2021	0,00	125,48	0,00	0,00	0,00	0,00	125,48
Constituição	0,00	299,17	0,00	0,00	0,00	0,00	299,17
Baixas/reversão	0,00	-133,49	0,00	0,00	0,00	0,00	-133,49
Atualização	0,00	8,01	0,00	0,00	0,00	0,00	8,01
Saldos em 31/12/2022	0,00	299,17	0,00	0,00	0,00	0,00	299,17

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	20,00%	-14.730,69	0,00	0,00	-14.730,69
Participação da União, Estados e Municípios	4,00%	-284,70	-	-	-284,70
Participação Financeira do Consumidor	4,00%	-1.073,82	-	-	-1.073,82
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4,00%	-11.404,97	-	-	-11.404,97
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	0,00	-	-	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento	4,00%	-90,00	-	-	-90,00
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	4,00%	-16,94	-	-	-16,94
Outros	8,00%	-1.860,26	0,00	0,00	-1.860,26
Ultrapassagem de demanda	4,00%	-951,41	-	-	-951,41
Excedente de reativos	4,00%	-908,84	-	-	-908,84

Diferença das perdas regulatórias	-	0,00	-	-	-
Outros	-	0,00	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00%	3.157,32	0,00	0,00	3.157,32
Participação da União, Estados e Municípios	-	104,11	-	-	104,11
Participação Financeira do Consumidor	-	230,96	-	-	230,96
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	2.553,57	-	-	2.553,57
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	0,00	-	-	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento	-	32,12	-	-	32,12
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	8,02	-	-	8,02
Outros	0,00%	228,55	0,00	0,00	228,55
Ultrapassagem de demanda	-	107,76	-	-	107,76
Excedente de reativos	-	120,79	-	-	120,79
Diferença das perdas regulatórias	-	0,00	-	-	-
Outros	-	0,00	-	-	-
Total	20,00%	-11.573,37	0,00	0,00	-11.573,37

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (a)-(b)+©	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço	(12.774,36)	(96,08)	-	-	-	(12.870,44)	(96,08)	2.928,78	(9.941,66)	(10.369,05)
Participação da União, Estados e Municípios	(284,70)	-	-	-	-	(284,70)	-	104,11	(180,59)	(192,23)
Participação Financeira do Consumidor	(977,75)	(96,08)	-	-	-	(1.073,82)	(96,08)	230,96	(842,87)	(787,82)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(11.404,97)	-	-	-	-	(11.404,97)	-	2.553,57	(8.851,40)	(9.317,83)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(90,00)	-	-	-	-	(90,00)	-	32,12	(57,88)	(61,56)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(16,94)	-	-	-	-	(16,94)	-	8,02	(8,92)	(9,61)
Outros	(1.860,25)	-	-	-	-	(1.860,25)	-	228,55	(1.631,70)	(1.707,79)
Ultrapassagem de demanda	(951,41)	-	-	-	-	(951,41)	-	107,76	(843,65)	(882,56)
Excedente de reativos	(908,84)	-	-	-	-	(908,84)	-	120,79	(788,05)	(825,23)

Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(14.634,61)	(96,08)	-	-	-	(14.730,69)	(96,08)	3.157,32	(11.573,36)	(12.076,84)
Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Liquidas (a)-(b)+©	Amortização Acum.	Valor Liquido em 31/12/2022	Valor Liquido em 31/12/2021
Em Curso	(10,49)	(573,52)	-	382,84	-	(201,17)	(190,68)	-	(201,17)	(10,49)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	(286,76)	-	96,08	-	(190,68)	(190,68)	-	(190,68)	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Valores Pendentes de Recebimento	(10,49)	(286,76)	-	286,76	-	(10,49)	-	-	(10,49)	(10,49)
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(275,95)	(111,86)	-	-	-	(387,81)	(111,86)	-	(387,81)	(275,95)
Ultrapassagem de demanda	(73,39)	(37,94)	-	-	-	(111,33)	(37,94)	-	(111,33)	(73,39)
Excedente de reativos	(202,56)	(73,92)	-	-	-	(276,48)	(73,92)	-	(276,48)	(202,56)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(286,44)	(685,38)	-	382,84	-	(588,98)	(302,54)	-	(588,98)	(286,44)

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios	(284,70)	80,83	(203,87)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(284,70)	80,83	(203,87)
Participação Financeira do Consumidor	(759,25)	151,85	(607,40)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(312,13)	92,61	(219,52)
Data de aquisição: 31/01/2016	(17,83)	3,58	(14,25)
Data de aquisição: 28/02/2016	(88,87)	17,55	(71,32)
Data de aquisição: 30/06/2016	(21,58)	3,97	(17,61)
Data de aquisição: 31/07/2016	(13,17)	2,38	(10,79)
Data de aquisição: 31/08/2016	(3,03)	0,54	(2,49)
Data de aquisição: 31/10/2016	(2,56)	0,44	(2,12)
Data de aquisição: 31/03/2017	(4,67)	0,72	(3,95)
Data de aquisição: 30/04/2017	(18,94)	2,86	(16,08)
Data de aquisição: 30/06/2017	(82,52)	11,89	(70,63)
Data de aquisição: 31/08/2017	(9,41)	1,29	(8,12)
Data de aquisição: 31/10/2017	(2,80)	0,37	(2,43)
Data de aquisição: 30/11/2017	(2,86)	0,37	(2,49)
Data de aquisição: 31/12/2017	(3,19)	0,40	(2,79)
Data de aquisição: 31/01/2018	(21,42)	2,59	(18,83)
Data de aquisição: 28/02/2018	(15,51)	1,82	(13,69)
Data de aquisição: 31/05/2018	(3,29)	0,35	(2,94)
Data de aquisição: 30/06/2018	(25,76)	2,68	(23,08)
Data de aquisição: 31/07/2018	(8,55)	0,86	(7,69)
Data de aquisição: 31/08/2018	(16,86)	1,64	(15,22)
Data de aquisição: 30/09/2018	(7,09)	0,67	(6,42)
Data de aquisição: 31/01/2019	(1,70)	0,14	(1,56)
Data de aquisição: 28/02/2019	(5,99)	0,46	(5,53)
Data de aquisição: 30/04/2019	(2,99)	0,21	(2,78)
Data de aquisição: 31/01/2020	(16,75)	0,68	(16,07)
Data de aquisição: 31/07/2020	(29,78)	0,61	(29,17)
Data de aquisição: 30/09/2020	(8,00)	0,11	(7,89)
Data de aquisição: 31/10/2020	(4,00)	0,04	(3,96)
Data de aquisição: 30/11/2020	(4,00)	0,03	(3,97)
Data de aquisição: 31/12/2020	(4,00)	0,01	(3,99)

Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(9.132,59)	1.683,20	(7.449,39)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(3.920,11)	1.052,26	(2.867,85)
Data de aquisição: 31/03/2016	(1.250,00)	242,62	(1.007,38)
Data de aquisição: 31/05/2017	(1.052,07)	155,15	(896,92)
Data de aquisição: 30/06/2017	(165,41)	23,84	(141,57)
Data de aquisição: 31/03/2018	(448,41)	51,16	(397,25)
Data de aquisição: 30/06/2018	(448,16)	46,65	(401,51)
Data de aquisição: 30/09/2018	(67,06)	6,31	(60,75)
Data de aquisição: 31/10/2018	(238,40)	21,63	(216,77)
Data de aquisição: 30/04/2019	(880,00)	62,18	(817,82)
Data de aquisição: 31/07/2019	(267,75)	16,24	(251,51)
Data de aquisição: 31/08/2020	(166,72)	2,84	(163,88)
Data de aquisição: 31/10/2020	(228,50)	2,33	(226,17)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(90,00)	24,76	(65,24)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(90,00)	24,76	(65,24)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(16,94)	6,64	(10,30)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(16,94)	6,64	(10,30)
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	(951,41)	29,96	(921,45)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015 até 31/12/2016	(115,41)	18,56	(96,85)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2016 até 31/12/2020	(836,00)	11,40	(824,60)
Excedente de reativos	(908,84)	46,46	(862,38)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015 até 31/12/2016	(231,47)	37,23	(194,24)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2016 até 31/12/2020	(677,37)	9,23	(668,14)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(12.143,73)	2.023,70	(10.120,03)

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios	(284,70)	104,11	(180,59)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(284,70)	104,11	(180,59)
Participação Financeira do Consumidor	(1.073,82)	230,95	(842,87)

Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(312,13)	118,13	(194,00)
Data de aquisição: 31/01/2016	(17,83)	5,04	(12,79)
Data de aquisição: 28/02/2016	(88,87)	24,81	(64,06)
Data de aquisição: 30/06/2016	(21,58)	5,74	(15,84)
Data de aquisição: 31/07/2016	(13,17)	3,46	(9,71)
Data de aquisição: 31/08/2016	(3,03)	0,79	(2,24)
Data de aquisição: 31/10/2016	(2,56)	0,65	(1,91)
Data de aquisição: 31/03/2017	(4,67)	1,10	(3,57)
Data de aquisição: 30/04/2017	(18,94)	4,41	(14,53)
Data de aquisição: 30/06/2017	(82,52)	18,64	(63,88)
Data de aquisição: 31/08/2017	(9,41)	2,06	(7,35)
Data de aquisição: 31/10/2017	(2,80)	0,60	(2,20)
Data de aquisição: 30/11/2017	(2,87)	0,60	(2,27)
Data de aquisição: 31/12/2017	(3,18)	0,65	(2,53)
Data de aquisição: 31/01/2018	(21,42)	4,34	(17,08)
Data de aquisição: 28/02/2018	(15,51)	3,09	(12,42)
Data de aquisição: 31/05/2018	(3,29)	0,62	(2,67)
Data de aquisição: 30/06/2018	(25,76)	4,79	(20,97)
Data de aquisição: 31/07/2018	(8,55)	1,56	(6,99)
Data de aquisição: 31/08/2018	(16,86)	3,02	(13,84)
Data de aquisição: 30/09/2018	(7,09)	1,25	(5,84)
Data de aquisição: 31/01/2019	(1,70)	0,28	(1,42)
Data de aquisição: 28/02/2019	(5,99)	0,95	(5,04)
Data de aquisição: 30/04/2019	(2,99)	0,46	(2,53)
Data de aquisição: 31/01/2020	(16,75)	2,05	(14,70)
Data de aquisição: 31/07/2020	(29,79)	3,04	(26,75)
Data de aquisição: 30/09/2020	(8,00)	0,76	(7,24)
Data de aquisição: 31/10/2020	(4,00)	0,37	(3,63)
Data de aquisição: 30/11/2020	(4,00)	0,35	(3,65)
Data de aquisição: 31/12/2020	(4,00)	0,34	(3,66)
Data de aquisição: 31/01/2021	(31,87)	2,61	(29,26)
Data de aquisição: 31/03/2021	(144,63)	10,84	(133,79)
Data de aquisição: 30/04/2021	(3,25)	0,23	(3,02)
Data de aquisição: 31/05/2021	(3,25)	0,22	(3,03)
Data de aquisição: 30/06/2021	(19,13)	1,24	(17,89)
Data de aquisição: 31/07/2021	(3,25)	0,20	(3,05)
Data de aquisição: 30/11/2021	(13,10)	0,62	(12,48)
Data de aquisição: 30/09/2022	(66,13)	0,90	(65,23)
Data de aquisição: 30/11/2022	(11,20)	0,08	(11,12)
Data de aquisição: 31/12/2022	(18,75)	0,06	(18,69)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(11.404,98)	2.553,57	(8.851,41)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(3.920,11)	1.372,82	(2.547,29)

Data de aquisição: 31/03/2016	(1.250,00)	344,83	(905,17)
Data de aquisição: 31/05/2017	(1.052,07)	241,18	(810,89)
Data de aquisição: 30/06/2017	(165,41)	37,37	(128,04)
Data de aquisição: 31/03/2018	(448,41)	87,83	(360,58)
Data de aquisição: 30/06/2018	(448,16)	83,30	(364,86)
Data de aquisição: 30/09/2018	(67,06)	11,79	(55,27)
Data de aquisição: 31/10/2018	(238,40)	41,13	(197,27)
Data de aquisição: 30/04/2019	(880,00)	134,14	(745,86)
Data de aquisição: 31/07/2019	(267,75)	38,13	(229,62)
Data de aquisição: 31/08/2020	(166,72)	16,47	(150,25)
Data de aquisição: 31/10/2020	(228,50)	21,02	(207,48)
Data de aquisição: 31/05/2021	(619,09)	42,21	(576,88)
Data de aquisição: 31/07/2021	(181,34)	11,13	(170,21)
Data de aquisição: 30/11/2021	(1.471,96)	70,22	(1.401,74)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(90,00)	32,12	(57,88)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(90,00)	32,12	(57,88)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(16,94)	8,02	(8,92)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(16,94)	8,02	(8,92)
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	(951,41)	107,76	(843,65)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015 até 31/12/2016	(115,41)	28,00	(87,41)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2016 até 31/12/2020	(836,00)	79,76	(756,24)
Excedente de reativos	(908,84)	120,79	(788,05)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015 até 31/12/2016	(231,47)	56,16	(175,31)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2016 até 31/12/2020	(677,37)	64,63	(612,74)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(14.730,69)	3.157,32	(11.573,37)

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Participação Financeira do Consumidor Mês 09/2022	66,13

2 - Participação Financeira do Consumidor Mês 12/2022	18,75
3 - Participação Financeira do Consumidor Mês 11/2022	11,20
Obs: Não ocorreram baixas no exercício de 2022.	

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 1.178.510 (Reais/mil), sendo composto por 1.178.510 cotas de responsabilidade limitada (cooperativista) de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Diretoria	Cotas	%
ODAIR CORNELIANI MILHOSSI	Presidente	121	0,01%
RENATO PAZIANOTO	Vice Presidente	10	0,00%
RONALDO ARCILIO DA SILVA	Secretário	85	0,01%
ARMINDO MARIN	Diretor	701	0,06%
JORGE JAFET ARGENTIN	Diretor	409	0,03%
OSCAR NOGAROTO	Diretor	127	0,01%
OSMAR COVRE	Diretor	109	0,01%
CARLOS NICOLA DENOIS	Conselho Fiscal	1.000	0,08%
EDMILSON BARBOSA DE MELLO	Conselho Fiscal	325	0,03%
JOSÉ PAULO FERREIRA	Conselho Fiscal	187	0,02%
BIANCA CRISTINA FERREIRA	Conselho Fiscal (Suplente)	98	0,01%
JOSÉ APARECIDO BARUFI	Conselho Fiscal (Suplente)	107	0,01%
JOSÉ ROBERTO ZENI	Conselho Fiscal (Suplente)	1.000	0,08%
TOTAL		4.279	0,36%
DEMAIS COTISTAS		1.174.231	99,64%
TOTAL GERAL		1.178.510	100,00%

Destinações legais e estatutárias das sobras

Das sobras apuradas ao fim do exercício, conforme normas legais e Estatuto Social da Cooperativa, são apropriados:

- 60% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES), destinada à prestação de assistência aos associados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa; e
- 10% para Reserva de Desenvolvimento, destinada a investimentos necessários ao atendimento das atividades da Cooperativa.

Reserva de avaliação patrimonial

Refere-se à reavaliação regulatória compulsória, no qual o montante decorrente da diferença entre o valor contábil do exercício e o Valor Novo de Reposição – “VNR”, ajustado pela

respectiva depreciação acumulada, decorrente da Reavaliação Regulatória Compulsória – “RRC”, tem seus efeitos reconhecidos no Patrimônio Líquido, conforme determinação da ANEEL.

Reservas de Capital

Tratam-se de reservas formadas pelos efeitos FRS adicionadas de correção monetária do capital integral realizada em anos anteriores à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica.

	2022	2021
Correção Monetária do Capital Integral (19xx)	5,56	5,56
Efeitos IFRS X Resultado da Contab. Regulat.	(1.269,13)	(1.299,80)
Total	(1.263,57)	(1.294,24)

Outros Resultados Abrangentes

Trata-se do resultado reconhecido da Reavaliação Regulatória Compulsória realizada pela ANEEL a cada etapa de Revisão Tarifária Periódica de nossa principal Supridora. Este é o último ano deste ciclo, devendo haver recontabilização no ano de 2023. Os números reconhecidos ao final de 2022, apresentam-se como se segue:

	2022	2021
Ajustes de Elementos do Ativo	19.458,87	21.050,32
Total	19.458,87	21.050,32

Reserva de Lucros e Sobras

Tratam-se das reservas estatutárias da CERRP, que visam fazer frente a eventuais anos de resultado reduzido ou negativo, bem como da reserva cooperativista FATES, que deverá ser realizada para assistência técnica, educacional e social de associados e funcionários.

	2022	2021
Reserva Legal	22.088,12	18.816,72
Lucros a realizar	0,00	0,00
FATES	8.082,51	7.174,35
Reservas Estatutárias	6.686,19	6.307,20
Sub Total	36.856,82	32.298,27

Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição ou compensação das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO), para deliberação dos cooperados quanto a sua destinação e são assim demonstradas. As perdas são compensadas com a reserva legal.

	2022	2021
--	------	------

Sobras/Perdas Destinadas a AGO	2.553,80	2.297,25
Total	2.553,80	2.297,25

Capital Social

Ao final dos exercícios de 2022 e 2021, o capital social da CERRP apresenta-se conforme abaixo:

	2022	2021
Capital Social	1.178,51	1.239,44
Total	1.178,51	1.239,44
Total Patrimônio Líquido	58.784,43	55.591,04

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a utilização dos serviços usufruídos da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados em Assembleia Geral.

12. Receita Operacional Bruta

	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	13.781	13.339	77,33	73,68	54.501,06	50.653,46
Residencial	12162	11743	26,47	23,87	24.926,29	22.332,19
Industrial	26	27	14,60	14,02	1.640,18	2.313,30
Comercial	509	487	10,06	9,69	8.993,60	8.323,90
Rural	1016	1015	10,47	10,81	7.178,05	6.817,45
Poder público	2	2	0,15	0,12	170,04	93,95
Iluminação pública	16	15	3,92	3,66	2.332,08	2.160,63
Serviço público	50	50	11,65	11,51	9.260,82	8.612,05
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					33.011,26	27.611,81
Consumidores Cativos					29.730,52	24.688,15
Consumidores Livres					3.280,74	2.924
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências					(29.842,37)	(24.804,99)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					(37,94)	(37,18)

(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					(73,92)	(79,65)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos					(29.730,52)	(24.688,15)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					(156,53)	36,77
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					(2.289,30)	227,26
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					31,65	(54,22)
Serviços Cobráveis					305,93	228,65
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					8.435,76	7.715,83
Total	13.781	13.339	77,33	73,68	63.997,45	61.614,56

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2022 e 2021, a CERRP não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

14. Pessoal e Administradores

	2022	2021
Pessoal	6.033,39	5.047,28
Remuneração	3.232,31	2.702,75
Encargos	1.273,79	1.080,42
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	77,79
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	1.494,14	1.161,67
Estagiários e Programa de Iniciação ao Jovem Aprendiz	33,15	-
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	-	24,64
Administradores	888,85	792,66
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	869,06	775,69

Benefícios dos administradores	19,79	16,96
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	6.922,24	5.839,93

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	4.040,00	3.313,68
Ajustes Efeitos IFRS	1.269,13	1.299,79
Lucro Ajustado	5.309,13	4.613,48
Ajustes Fiscais + Lalur	3.789,91	3.837,28
Base de Calculo Fiscal	1.519,22	776,20
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(463,36)	(235,25)
Efeitos fiscais sobre:		
Participação nos resultados		
Juros sobre o capital próprio		
Incentivos fiscais		
Encargos capitalizados		
Compensação da CSLL e com a COFINS		
Outros		
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(463,36)	(235,25)

Obs: Nos valores dos impostos acima, R\$ 131,33 mil referem-se à CSLL e R\$ 332,03 mil referem-se ao IRPJ.

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude de a empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, somos dispensados da necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1. Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2016, mais precisamente no mês de abril, nossa Permissionária deveria estar concluindo seu Processo de Segunda Revisão Tarifária Periódica.

Ocorre que, por atraso na metodologia a ser aplicado, em virtude de várias solicitações das Permissionárias e suas Federações, tal metodologia foi aprovada depois da data de aniversário de nossa Revisão. Neste sentido, para que não ficássemos sem tarifa, a Aneel acabou por prorrogar por 12 meses nossa tarifa de 2015.

Tal ação acabou por criar uma diferença entre a tarifa de 2015 e a de 2016, publicada, no nosso caso em 2017. Como a nova tarifa foi menor que a de 2015, principalmente em virtude da devolução das Bandeiras Tarifárias que, por critérios regulatórios ficaram em nosso caixa e devem ser devolvidas aos consumidores através de descontos tarifários, tivemos que reconhecer uma bolha financeira a devolver no valor de R\$ 1.813,54 reais mil.

Esta bolha financeira, foi incluída em sua totalidade em nosso IRT 2017, cuja quitação ao consumidor se deu no mês de março/2018, uma vez que foi incluída na ordem de 1/12 avos/mês em nossa tarifa de Energia Elétrica.

Por fim, destacamos que na Revisão Tarifária Periódica foram calculados todos os custos da Parcela B da Empresa, bem como o valor da Base de Remuneração Regulatória, totalizado pelo Ativo Imobilizado em Serviço mais a diferença entre o Laudo de Avaliação Regulatório deduzido dos valores contábeis originais.

Dentre eles, podemos destacar:

O resultado foi homologado através da Resolução Homologatória Aneel no 2219, de 11/04/2017. O índice de reposicionamento foi: 24,85% referente à Parcela A + Parcela B e de 2,52% quando totalizado com os "componentes financeiros". O Fator X foi fixado em: Pd: 1,15%, e, T= (-1,11%), totalizando 0,04%. O Nível Regulatório de Perdas de Energia Elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários de 2017 a 2020 foi definido em 8,27%. Os itens financeiros, que causaram um grande impacto financeiro nesta Revisão, foram compostos principalmente pelo encontro de contas das Bandeiras Tarifárias Credoras, faturadas por ordem da Legislação e, agora, devolvida aos consumidores a parte não requerida pelas usinas, através de descontos tarifários.

Em 2020 ocorreu a assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, e, migramos do Submódulo 8.1 para o Submódulo 8.4 do PRORET. Com esta mudança, a nossa terceira revisão tarifária periódica ocorreu de maneira bem suave, uma vez que, nesta metodologia, a abertura e justificativa da Parcela B e da Receita Requerida fica por conta da Permissionária.

As tarifas de aplicação da CERRP, constantes da Resolução Homologatória nº 2.529, de 9 de abril de 2019, foram, em função da pandemia, prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 2.674, de 14 de abril de 2020, mas, a partir de julho/2020, reajustadas pela Resolução Homologatória Aneel No. 2.692/2020, determinando que as tarifas da CERRP ao consumidor final ficassem, em média, reajustadas em 10,00% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

Nos meses de janeiro a abril/2022, nossa tarifa foi norteadada pela Resolução Homologatória Aneel no 2.874/2021, que reajustou nossa tarifa no IRT 2021. No dia 24/05/2022 foi publicada nossa Tarifa para o ciclo 2022/2023, com vigência a partir de 29/05/2022 a 28/05/2023, através da Resolução Homologatória Aneel No. 3.039/2022.

O presente reajuste corrigiu nossa parcela B em 16,28%. Já com relação à parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinados à nossa Empresa. O "fator x" para o presente ciclo foi fixado em 0,36%. O efeito médio percebido por nossos consumidores foi de 14,97%.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Em 2020 ocorreu a assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, e, migramos do Submódulo 8.1 para o Submódulo 8.4 do PRORET. Com esta mudança, a nossa terceira revisão tarifária periódica ocorreu de maneira bem suave, uma vez que, nesta metodologia, a abertura e justificativa da Parcela B e da Receita Requerida fica por conta da Permissionária. Desta sorte, a partir desta data, a Parcela B passa a ser reajustada anualmente pelo crescimento do mercado em kwh do Grupo B mais a inflação do período. A CERRP segue anualmente em dia com os cálculos que tragam equilíbrio de menor tarifa possível, e garantia do equilíbrio econômico e financeiro.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração, atualizada até Dezembro de 2022, conforme segue:

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	74.634,10
(2) Índice de Aproveitamento Integral	0,00
(3) Obrigações Especiais Bruta	0,00
(4) Bens Totalmente Depreciados	752,62
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	73.881,47
(6) Depreciação Acumulada	18.026,18
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	0,00
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	0,00
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	0,00
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	56.607,91
(10) Almoxarifado em Operação	223,90
(11) Ativo Diferido	0,00
(12) Obrigações Especiais Líquida	0,00
(13) Terrenos e Servidões	0,00
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	56.831,81
(15) Saldo RGR PLPT	0,00

(16) Saldo RGR Demais Investimentos	0,00
(17) Taxa de Depreciação	4,00%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	2.955,26
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	0,00
21) Taxa RGR Demais Investimentos	0,00
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	2.142,56

Obs: Segue abaixo resumo do reflexo dos principais números em nossa revisão de 2022.

Descrição	INDICES	4,20%	2,45%	3,72%	2,04%
	Revisão 2016	IRT 2017	IRT 2018	IRT 2019	IRT 2020
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	55.545,84	57.878,77	59.299,23	61.503,52	62.758,19
(2) Obrigações Especiais Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(3) Bens Totalmente Depreciados	560,13	583,66	597,98	620,21	632,87
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	54.985,71	57.295,11	58.701,25	60.883,30	62.125,32
(5) Depreciação Acumulada	13.415,85	13.979,31	14.322,39	14.854,79	15.157,83
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	42.130,00	43.899,46	44.976,84	46.648,73	47.600,36
(7) Obrigações Especiais Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(8) Terrenos e Servidões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(9) Almoarifado em Operação	166,64	173,64	177,90	184,51	188,27
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	42.296,63	44.073,09	45.154,74	46.833,24	47.788,64
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%	4%	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	2.199,43	2.291,80	2.348,05	2.435,33	2.485,01
(13) Remuneração de Capital (RC)= BRR líq x WACC	1.594,58	1.661,56	1.702,33	1.765,61	1.801,63

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	3.381,30
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	845,32
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	845,32
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	1.690,65
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	46,23
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	136,69
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	350,86
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	533,79

Este valor atualizado até o IRT 2022 figura em R\$ 533,79 mil.

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros. No presente ciclo tarifário de nossa Permissionária, a Aneel estará monitorando os índices de DEC/FEC para verificar a necessidade de penalidade ou não quando do descumprimento de nosso PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Na metodologia implementada a partir do exercício de 2020, a penalidade ocorrerá quando não se atingir o nível de investimentos, e, os indicadores forem ultrapassados. Com muita satisfação declaramos que nossos indicadores de DEC/FEC realizados ficaram abaixo do teto estabelecidos pela Aneel. Isso demonstra que, a CERRP, embora não tenha alcançado o nível de investimentos em virtude da não conclusão de alguns loteamentos/condomínios, os investimentos para qualidade e continuidade de energia foram realizados e geraram os efeitos desejados, resultando em excelência na distribuição de energia aos nossos consumidores/cooperados.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 8.1 do PRORET, que trata da revisão/reajuste tarifária das Permissionárias de distribuição de energia elétrica, o nosso IRT 2022 (Reajuste Tarifário para o ciclo 2022/2023) é sintetizado na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da CERRP, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT R\$	Receita Verificada	Revisão	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	10.602,77	29.434,11	32.720,49	710,28%	125,04%	61,91%
1.1. Encargos Setoriais	2.163,13	5.001,57	7.334,81	340,30%	115,05%	13,88%
TFSEE	38,55	86,81	101,51	125,18%	16,94%	0,19%
CDE	1716,24	4224,86	6186,94	146,17%	46,44%	11,71%
PROINFA	408,33	689,89	1046,35	68,95%	51,67%	1,98%
1.2. Transmissão	2.577,80	7.047,68	7.581,87	173,40%	7,58%	14,35%
CUSD	2577,80	7047,68	7581,87	173,40%	7,58%	14,35%
1.3. Compra de Energia	5.861,84	17.384,86	17.803,82	196,58%	2,41%	33,69%
Contratos Bilaterais	5861,84	17384,86	17803,82	196,58%	2,41%	33,69%
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	8.458,00	17.309,19	20.127,66	104,65%	16,28%	38,09%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Parcela B	8.458,00	17.309,19	20.127,66	104,65%	16,28%	38,09%
3. Reposicionamento Econômico	25,75%		13,06%			
4. Componentes Financeiros	-22,33%		-8,24%			
5. Reposicionamento com Financeiros	3,42%		4,82%			
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-3,72%		10,15%			
7. Efeito para Consumidor	7,01%		14,97%			

2.7 – Notas Conciliatórias Societária x Regulatória

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		29.897,99	-	29.897,99	26.041,63	-	26.041,63
Caixa e equivalentes de caixa		16.438,16		16.438,16	12.980,11		12.980,11
Consumidores	14.1	7.875,86		7.875,86	7.803,62		7.803,62
Concessionárias e permissionárias		-		-	-		-
Serviços em curso		37,22		37,22	-		-
Tributos compensáveis		403,54		403,54	376,26		376,26
Depósitos judiciais e cauções		-		-	-		-
Almoxarifado operacional		803,72		803,72	666,99		666,99
Investimentos temporários		-		-	-		-
Empréstimos		-		-	-		-
Ativos financeiros setoriais	14.2	1.475,12		1.475,12	1.513,61		1.513,61
Despesas pagas antecipadamente		121,96		121,96	81,40		81,40
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-		-	-		-
Instrumentos financeiros derivativos		-		-	-		-
Outros ativos circulantes		2.742,42		2.742,42	2.619,64		2.619,64
Ativo não circulante		50.705,66	19.458,87	31.246,78	50.512,73	21.050,32	29.462,41
Consumidores		-		-	-		-

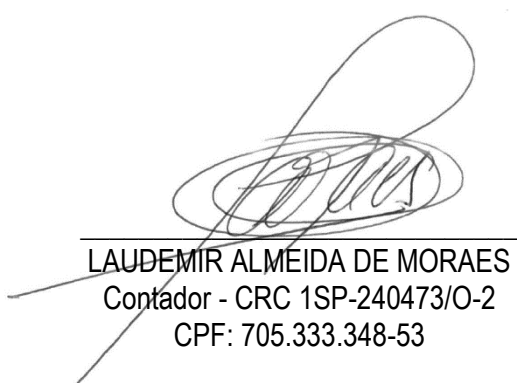
Concessionárias e permissionárias		-		-	-		-
Serviços em curso		-		-	-		-
Tributos compensáveis		468,31		468,31	475,96		475,96
Depósitos judiciais e cauções		-		-	-		-
Investimentos temporários		36,54		36,54	30,91		30,91
Empréstimos		-		-	-		-
Tributos diferidos		-		-	-		-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-		-	-		-
Despesas pagas antecipadamente		-		-	-		-
Bens e direitos para uso futuro		72,59		72,59	-		-
Instrumentos financeiros derivativos		-		-	-		-
Outros ativos não circulantes		-	(6.255,63)	6.255,63	-	(5.469,97)	5.469,97
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-		-	-		-
Imobilizado	14.4	50.084,13	48.875,89	1.208,24	49.994,55	49.084,25	910,30
Intangível	14.5	44,10	(23.161,38)	23.205,47	11,32	(22.563,95)	22.575,27
Total do ativo		80.603,66	19.458,87	61.144,78	76.554,36	21.050,32	55.504,04

Passivo							
Passivo circulante		(9.319,71)	-	(9.319,71)	(8.563,50)	-	(8.563,50)
Fornecedores		(4.331,72)		(4.331,72)	(3.620,12)		(3.620,12)
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-		-	-		-
Obrigações sociais e trabalhistas		(559,97)		(559,97)	(482,99)		(482,99)
Benefício pós-emprego		-		-	-		-
Tributos		(853,42)		(853,42)	(1.237,76)		(1.237,76)
Provisão para litígios		-		-	(125,48)		(125,48)
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-		-	-		-
Encargos setoriais		(524,04)		(524,04)	(1.790,15)		(1.790,15)
Provisão para descomissionamento		-		-	-		-
Passivos financeiros setoriais	14.1	(1.196,04)		(1.196,04)	(318,96)		(318,96)
Provisão para uso do bem público		-		-	-		-

Passivos de operações descontinuadas		-		-	-		-
Instrumentos financeiros derivativos		-		-	-		-
Obrigações com associados		(131,76)		(131,76)	(69,30)		(69,30)
Outros passivos circulantes		(1.722,75)		(1.722,75)	(918,75)		(918,75)
Passivo não circulante		(12.499,51)	-	(12.499,51)	(12.399,81)	-	(12.399,81)
Fornecedores		-		-	-		-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-		-	-		-
Benefício pós-emprego		-		-	-		-
Tributos		-		-	-		-
Provisão para litígios		(299,17)		(299,17)	-		-
Encargos setoriais		-		-	-		-
Provisão para descomissionamento		-		-	-		-
Tributos diferidos		-		-	-		-
Passivos financeiros setoriais	14.1	-		-	-		-
Provisão para uso do bem público		-		-	-		-
Instrumentos financeiros derivativos		-		-	-		-
Obrigações com associados		-		-	-		-
Outros passivos não circulantes		(38,00)		(38,00)	(36,53)		(36,53)
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		(12.162,34)		(12.162,34)	(12.363,28)		(12.363,28)
Total do passivo		(21.819,22)	-	(21.819,22)	(20.963,31)	-	(20.963,31)

Patrimônio líquido							
Capital social		(1.178,51)		(1.178,51)	(1.239,44)		(1.239,44)
Reservas de capital		1.263,57	(1.269,13)	(5,56)	1.294,24	(1.299,79)	(5,56)
Outros resultados abrangentes		(19.458,87)	(19.458,87)	-	(21.050,32)	(21.050,32)	-
Reservas de lucros		-		-	-		-
Recursos destinados a aumento de capital		-		-	-		-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-		-	-		-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-		-	-		-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-		-	-		-

Participação de Não Controladores	-		-	-	-	-
Reserva de sobras	(36.856,82)		(36.856,82)	(32.298,27)		(32.298,27)
Sobras à disposição da Assembleia	(2.553,80)	1.269,13	(1.284,67)	(2.297,25)	1.299,79	(997,45)
Perdas não cobertas pelos cooperados	-		-	-		-
Participação de não controladores	-		-	-		-
Total do patrimônio líquido	(58.784,43)	(19.458,87)	(39.325,56)	(55.591,05)	(21.050,32)	(34.540,73)
Total do passivo e do patrimônio líquido	(80.603,66)	(19.458,87)	(61.144,78)	(76.554,36)	(21.050,32)	(55.504,04)



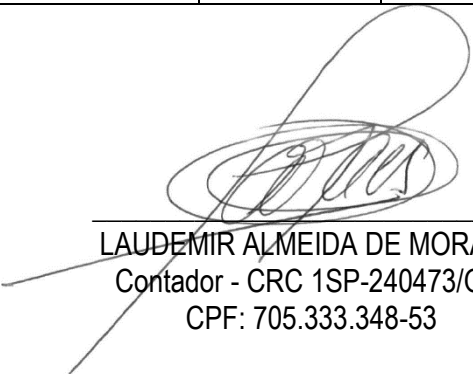
LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

Conciliação do Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório e Societário

	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso	63.997,45	-	63.997,45	61.614,56	-	61.614,56
Fornecimento de energia elétrica	22.212,85		22.212,85	26.112,49		26.112,49
(-) Transferências	-		-	-		-
Suprimento de energia elétrica	-		-	-		-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-		-	-		-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	33.011,26		33.011,26	27.611,81		27.611,81
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	31,65		31,65	(54,22)		(54,22)
Serviços cobráveis	305,93		305,93	228,65		228,65
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	8.435,76		8.435,76	7.715,83		7.715,83
Outras receitas vinculadas	-		-	-		-
Tributos	(9.758,16)	-	(9.758,16)	(10.127,39)	-	(10.127,39)
ICMS	(8.598,46)		(8.598,46)	(8.773,36)		(8.773,36)
PIS-PASEP	(206,57)		(206,57)	(241,12)		(241,12)
COFINS	(953,13)		(953,13)	(1.112,90)		(1.112,90)
ISS	-		-	-		-
Encargos - Parcela "A"	(5.378,87)		(5.378,87)	(8.414,09)		(8.414,09)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-		-	-		-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(5.283,75)		(5.283,75)	(3.851,75)		(3.851,75)
Programa de Eficiência Energética – PEE	-		-	-		-
Taxa de fiscalização	(95,13)		(95,13)	(78,85)		(78,85)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-		-	-		-
Outros encargos	-		-	(4.483,48)		(4.483,48)
Receita líquida / Ingresso líquido	48.860,42	-	48.860,42	43.073,08	-	43.073,08
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(33.123,57)	-	(33.123,57)	(27.997,18)	-	(27.997,18)

Energia elétrica comprada para revenda	(21.992,50)		(21.992,50)	(27.997,18)		(27.997,18)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	(851,11)		(851,11)			
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(10.279,96)		(10.279,96)			
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-		-			
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-		-			
Resultado antes dos custos gerenciáveis	15.736,86	-	15.736,86	15.075,90	-	15.075,90
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(13.749,82)	- 1.269,13	(12.480,69)	(12.674,26)	- 1.299,79	(11.374,46)
Pessoal e administradores (inclui 434,13 de remuneração a administradores)	(6.922,24)		(6.922,24)	(5.839,93)		(5.839,93)
Entidade de previdência privada	-		-	-		-
Material	(923,77)		(923,77)	(1.064,13)		(1.064,13)
Serviços de terceiros	(2.069,89)		(2.069,89)	(1.689,74)		(1.689,74)
Arrendamento e aluguéis	(1.135,69)		(1.135,69)	(1.030,83)		(1.030,83)
Seguros	(92,99)		(92,99)	(75,94)		(75,94)
Doações, contribuições e subvenções	(59,21)		(59,21)	(50,78)		(50,78)
Provisões	150,50		150,50	(377,90)		(377,90)
Recuperação de despesas	124,50		124,50	118,46		118,46
Tributos	(97,64)		(97,64)	(71,33)		(71,33)
Depreciação e amortização	(2.144,35)	1.269,13	(875,22)	(2.095,61)	1.299,79	(795,81)
Gastos diversos da atividade vinculada	(358,35)	-	(358,35)	(351,83)	(1.394,00)	(1.745,83)
Outras Receitas Operacionais	399,90	1.430,56	1.830,46	377,04	1.394,00	1.771,05
Outras Gastos Operacionais	(620,56)	(1.430,56)	(2.051,12)	(521,74)		(521,74)
Resultado da Atividade	1.987,04	1.269,13	3.256,17	2.401,65	1.299,79	3.701,44
Equivalência patrimonial	-					
Resultado Financeiro	2.052,96	-	2.052,96	912,04	-	912,04
Despesas financeiras	(24,20)		(24,20)	(5,70)		(5,70)
Receitas financeiras	2.077,16		2.077,16	917,74		917,74
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	4.040,00	1.269,13	5.309,13	3.313,68	1.299,79	4.613,48
Despesa com impostos sobre os lucros	(463,36)		(463,36)	(235,25)		(235,25)

Resultado líquido das operações em continuidade	3.576,64	1.269,13	4.845,77	3.078,43	1.299,79	4.378,23
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas						
Resultado líquido do exercício	3.576,64	1.269,13	4.845,77	3.078,43	1.299,79	4.378,23
Atribuível aos:						
Acionistas controladores						
Acionistas não controladores						
Lucro por ação						
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	(3,03)	1,08	- 4,11	2,48	1,05	3,53
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias						
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias						
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias						



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

18.1. Consumidores

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 3º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 3º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2022	2021
SalDOS no final do exercício (societário)	39.325,56	34.540,73
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	19.458,87	21.050,32
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)		
Ativos e passivos financeiros setoriais		
Reavaliação regulatória compulsória	34.218,60	34.925,88
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(14.759,73)	(13.875,55)
Reserva de Capital - Efeitos IFRS		
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-
Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia		
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis		

Saldos no fim do exercício (regulatório)	58.784,43	55.591,05
---	------------------	------------------

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais e Sobras/Perdas a Disposição da Assembleia, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	4.845,77	4.378,23
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(1.269,13)	(1.299,79)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)		
Ativos e passivos financeiros setoriais		
Reavaliação regulatória compulsória		
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(1.269,13)	(1.299,79)
Anulação Não Operacional		
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis		
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	3.576,64	3.078,43

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2022, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERRP;

b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERRP;

c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Em 2019, foi revertido, através de recuso ao MME, o item C acima porém, a retirada dos descontos em 5 anos continuam em vigor.

Em 2023 os efeitos deste decreto trarão grande impacto aos consumidores até então amparados por estes subsídios, uma vez que já será o quinto ciclo de diminuição, sendo efetivamente retirado 80% do benefício tarifário, até o mês de julho/23, e, onde após, essa data será retirado integralmente.

20. Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2022 a CERRP trabalhou fortemente na redistribuição de carga em seus alimentadores elétricos e na manutenção preventiva das redes de distribuição. Como resultado, a Empresa contabilizou 11,69% de Perdas na Distribuição (somatório de perdas técnicas e não técnicas). O valor alcançado é superior à meta regulatória publicada pela ANEEL para a CERRP. Este resultado demonstra que estamos procurando a eficiência na gestão de seus ativos. Durante o ano de 2023, a CERRP continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica e combatendo os desvios de energia (gatos).

21. Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Durante o exercício de 2020, o STF encerrou o julgamento do tema EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS, consagrando, de forma definitiva, que o ICMS não deve fazer parte da base de cálculo destes impostos federais.

A CERRP já efetuou o levantamento dos valores que solicitou a devolução à Receita Federal, e atualmente somam R\$ 814.996,42 mil reais sendo que já recebeu no ano de 2022 o valor R\$ 199.074,93 atualizado correspondente ao PIS, e, assim que for diferido pela Receita, procederá a devolução aos consumidores da forma exigida pela Aneel, quer seja em devolução tarifária, quer seja na devolução diretamente aos consumidores envolvidos.

22. Fato Relevante – Novo Marco Regulatório do GD

Em que pese a publicação no início do ano de 2022 da Lei 14.300/2022, alguns assuntos ainda careciam de regulamentação. No início de 2023, por intermédio da Resolução Normativa n. 1.059/2023, a ANEEL regulamentou o novo Marco Regulatório da Geração Distribuída pelo Sistema de Compensação, o que torna os temas regulados de extrema relevância, ante ao impacto que trouxe a nossa Empresa, principalmente mediante a acelerada expansão da instalação de novos Sistemas de GD, merecendo assim destaque nestas notas.

Nessa regulamentação foi corrigido distorção existente, que deixava a Distribuidora descoberta e acarretava o desequilíbrio econômico financeiro no período da entrada em operação da GD até o próximo processo tarifário da Empresa, sendo essa distorção sanada, já que foi inserido o custeio dos benefícios tarifários dos participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE na Conta do Desenvolvimento Energético (CDE) e nos processos tarifários das distribuidoras. Com isso a transferência destes custos que o gerador deixou de participar, passou a ser coberto, agora, pela conta centralizadora da CDE, através de subsídios tarifários. Outra correção também de relevância se refere ao início do faturamento da TUSD, de forma progressiva, tratando de forma diferente os consumidores que pediram ligação até dia 08/01/2023 e aqueles que pediram após essa data.

23. Lei de Proteção dos Dados - LGPD

Com a implementação de direitos, deveres e princípios que envolvem o uso de dados pessoais em solo brasileiro, advindas da Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados, nossa Empresa, em total obediência a referida Lei, implementou junto aos seus funcionários, empresa parceira de sistemas e consumidores, metodologia de como devem agir em relação à coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais e sensíveis. Isso implicou em uma mudança cultural dentro de nossa Empresa, modificando nossa postura frente ao uso de dados pessoais, o que não foi uma tarefa simples porque envolveu muitas pessoas, processos e departamentos. Melhoramos nossa política de privacidade tornando-a consistente, revisamos todos os contratos com usuários, funcionários e parceiros e criamos termos de consentimento, além de investirmos em soluções de segurança. Por último, mas não menos importante, realizamos treinamentos em nossa equipe.

24. Formatação Básica das Notas Explicativas


As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 24/02/2023 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.



ODAIR CORNELIANI MILHOSSI
Diretor Presidente
CPF: 018.694.018-16



NIVALDO APARECIDO CANGINI
Gerente
CPF: 038.710.698-76



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

2.8. – Parecer do Conselho Fiscal Regulatório

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CERRP

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, ACOMPANHADO DO BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31/12/2022.

Os signatários do presente, Membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto - CERRP, declaram que examinaram o Relatório do Conselho de Administração da Cooperativa, acompanhado do Balanço Geral encerrado em 31/12/2022, assim como todas as peças contábeis que o compõem: Demonstrativo de Resultado do Exercício, confirmando-os com a documentação respectiva, concluindo no final do exame que tudo se achava elaborado com perfeita técnica contábil expressando exatidão, motivo pelo qual aprovam a prestação de contas do referido exercício, recomendando a Assembléia Geral Ordinária que também o faça.

São José do Rio Preto, 24 de Fevereiro de 2023.



Carlos Nicolas Denois
Matr. nº 13766



Edmilson Barboza de Mello
Matr. nº 2633



José Paulo Ferreira
Matr. nº 2531

2.9. – Parecer do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Regulatórias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

À
Diretoria e Cooperados da
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com

nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis regulatórias da CERRP em 31 de dezembro de 2021, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 16 de fevereiro de 2022.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias .

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 19 de Abril de 2023.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07



GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5



CERRP

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
RODOVIA DÉLCIO CUSTÓDIO DA SILVA, KM 4, BAIRRO: SÃO PEDRO, ZONA RURAL
CEP 15.048-000, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
0800 878 1031 / (17) 3236-2220
cerrp.com.br